



Universidade do Minho
Escola de Arquitetura, Arte e Design

**Percursos de Inês de Jesus:
*lugares-do-saber na paisagem***

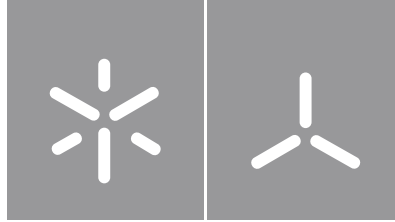
Inês Francisca Barros Oliveira

**Percursos de Inês de Jesus:
*lugares-do-saber na paisagem***

Inês Francisca Barros Oliveira

UMinho | 2022

outubro de 2022



Universidade do Minho

Escola de Arquitetura, Arte e Design

Inês Francisca Barros Oliveira

**Percursos de Inês de Jesus:
lugares-do-saber na paisagem**

Dissertação de Mestrado
Integrado em Arquitetura
Área de Cultura Arquitetónica

Trabalho efetuado sob a orientação da
Professora Doutora Maria Manuel Oliveira

DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.

Licença concedida aos utilizadores deste trabalho



**Atribuição
CC BY**

<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Começo por expressar o meu agradecimento a toda a equipa docente e não docente da Escola de Arquitetura, Arte e Design da Universidade do Minho, que me acompanhou ao longo destes anos, assim como a todas as pessoas que se cruzaram no meu caminho e com as quais certamente cresci e me tornei quem sou hoje. Esta dissertação é o fim de um ciclo de desenvolvimento pessoal que só foi possível pelo apoio e acompanhamento que recebi por quem caminhou comigo nesta jornada.

Agradeço especialmente à minha orientadora, professora Maria Manuel Oliveira, pela paciência, apoio e compreensão durante o processo de orientação. Agradeço a atenção que sempre recebi no decorrer do trabalho, quer pelas leituras meticolosas, quer por sempre me “puxar à terra”. Agradeço sobretudo, o facto de ter acreditado em mim, desde o início, de me ter permitido sonhar, fazer o meu trabalho “de dentro para fora” com a oportunidade de o construir acompanhada de uma mulher inspiradora.

E, como é obvio por toda a envôlência deste trabalho, agradeço à minha família, à de sangue, por me ter permitido aceder a este ciclo de estudos, pelo apoio e estabilidade e à que fui encontrando, pelo companheirismo e amor.

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

Percursos de Inês de Jesus: *lugares-do-saber* na paisagem

Resumo:

Havia uma terra de memórias
D'(e/a) Inês

Nunes não é apenas um lugar físico
lá por terras transmontanas...
É um lugar que existiu.

Inês nasceu em Nunes,
foi e fez paisagens que contam histórias.
Simbioticamente,
as histórias constroem a paisagem,
pelo menos, mantêm-na viva,
geram memória.

- (1) Nunes existe.
- (2) Inês foi uma memória esquecida.

Agora,
em Guimarães,
vive Inês.
Inês busca as histórias
Dirige-se a Nunes,
procura a memória d'Inês.
Mas, o que são histórias?
Sabendo o tempo ficção
e o espaço imaginação
indagam-se as histórias da paisagem.
ficção? realidade?

mapas, fotografias, livros, memórias narradas....

Inês embebe-se de Nunes,
nutre-se,
alimenta a ficção
Na ausência de informação, imagina.
Não fosse a história mais do que ficção:
real em factos
e com muita imaginação.

Por fim,
para a representação,
de índole gráfica e dramática,
Inês liberta o imaginário.
(Re)constrói-se a paisagem,
realidade? ficção?

- (1) Nunes existe
- (2) E Inês? Qual a sua história?

Desvenda-se Inês,
através de Nunes,
ao longo das histórias da paisagem.
Conta-se a memória das mulheres,
mantém-se a paisagem viva...
lembra-se,
agora,
a memória.

- (1) Nunes existe.
- (2) Inês é uma memória presente.

Há uma terra de memória. Das Inês.

Percursos de Inês de Jesus: *lugares-do-saber* na paisagem

Abstract:

There was a memory land
Of Inês

Nunes is not just a physical place
there, in Tansmontana's lands...
It is a place that existed once

Inês was born in Nunes
she was and made landscapes that tell stories
Symbiotically,
stories build the landscape,
at least, they keep it alive,
create memory.

- (1) Nunes exists
- (2) Inês was a forgotten memory

Now,
in Guimarães,
lives Inês.
Inês is searching for the stories
Heads to Nunes,
searches for Inês memories.
But what are stories?
Knowing the time as fiction
and the space as imagination
the landscapes stories ask themselves
are they fiction? reality?

maps, photographs, books, narrated memories...

Inês soaks herself in Nunes,
nourishes herself,
feeds the fiction

In the absence of information, she imagines.
Were not for the history more than fiction:
real in facts
and with a lot of imagination.

Finally,
for the representation,
with graphic and dramatic temper,
Inês frees the imaginary.
(Re)builds the landscape,
reality? Fiction?

- (1) Nunes exists
- (2) And Inês? What's her history?

Inês is unravelled,
trough Nunes,
along the landscapes histories.
The memory of women is told,
the landscape is kept alive...
remember,
now,
the memory.

- (1) Nunes exists
- (2) Inês is a present memory

There is a memory land. Of Inês

Índice

I.	Mulheres na paisagem	1
-	escutar a mulher	3
-	memória da paisagem	5
-	geração de mulheres	7
-	pensamento sistémico	8
-	<i>songlines</i>	9
-	passagem de conhecimento	11
-	estereótipos da mulher e da casa	12
-	idiossincrasias rurais	15
-	linguagem	17
-	novas histórias	8
-	lugares-do-saber	18
-	representação	19
II.	Paisagem de produção construção do ecossistema	21
II.I	Biografia de uma aldeia transmontana	23
-	acima dos 700m	23
-	primeiras mulheres	27
-	territorialização	30
-	romanização (no Vale do Tuela)	31
-	diáspora judaica	33
-	criptojudaísmo e “marranas”	34
II.II	Contributos para uma leitura da paisagem	37
-	primeiros estudos	37
-	inquérito à habitação rural	39
-	inquérito à arquitetura popular	43
-	fotografia no séc.XX	47
II.III	Ecossistema de produção	47
-	resiliência	47
-	<i>eco-acção</i>	49
-	povoamento M	52
-	habitações	53
III.	O pão do povo habitar a paisagem	57
III. I	Organização Agrária	59
-	pão de centeio	59
-	mercado local	60
-	sistema de produção	61

III. II Arquitetura de produção	67
- dispositivos anónimos	67
- espaço público	68
- forno “do povo”	70
- sistemas de abrigo	71
III. II A Casa Transmontana	76
- linhas gerais	76
- tipologias	79
- divisão interior	80
- zona umbral	81
- a cozinha	84
- o forno	85
IV. Da Terra ao pão transformações da memória	87
IV. I Propriedade Rural	89
- as cinco quintas	89
- cabanal e curralada	92
- eira	93
- medas	94
- moinho de água	95
- pombais	97
IV. II Ciclos da mulher e da terra	100
- calendário de saberes	100
- luas e a mulher	102
- sistema ciclico da paisagem	103
IV. III Caminhos do pão	105
- arcas de pão	105
- transformações do cereal	107
- Quinta do Porpinto	110
- percursos da bisavó	110
V. Percursos de [uma] mulheres	111
Dicionário de expressões transmontanas	117
Referências bibliográficas	128
Bibliografia	132
Índice de imagens	140
Anexos	151





I. Mulheres na paisagem

1
mulheres rurais transmontanas
nos trabalhos diários, 1950

escutar a mulher

“Tenho percebido que é a curiosidade que sustem o encontro entre duas pessoas e descobri que a palavra curiosidade vem da raiz latina “cur” que significa porque. E cur é também a origem da palavra cura. Curar e curiosidade unem-se na sua origem. Ter curiosidade para curar... Curar pela fala do outro. Escutar para reparar. Ser espectadora para mim é ter curiosidade. É escutar e curar.”

Raquel André, Coleção de Espectadores, Guimarães, 2022

Inês de Jesus (1906 - 1951), nas primeiras décadas do séc.XX, a par da sua infância e juventude experienciou e constituía paisagem de Nunes, freguesia do concelho de Vinhais, na Terra Fria Transmontana. Em 2020 encontrei um vislumbre dessa paisagem num retrato seu. A imagem da bisavó morta rodeada de flores, com a inscrição “minha mãe”, escrita pelo meu avô nas costas, era a única coisa que, para além do nome herdado por mim, a mantinha viva. Parecia que a fotografia tinha um ar tão enigmático que, se até ao início deste trabalho nunca me preocupara muito em saber quem fora esta mulher, desde o contacto com aquela recordação, captada no dia do seu velório, o cenário mudou. Fiquei curiosa. Parecia-me tão limitador o facto de encontrar a minha bisavó a viver exclusivamente numa fotografia...

A foto lembrava-me um excerto do filme francês *L'écume des jours* (BELMONT, 1968,), adaptação da obra homónima do autor surrealista Boris Vian (1920-1959), um dos meus livros preferidos. Nesse frame, Chloe está doente, com um nenúfar próximo do coração e é rodeada de flores que Colin, seu marido, traz numa tentativa de a curar. Ele pensa que assim conseguirá inibir o nenúfar de crescer. O interessante é que na primeira parte da obra Chloe é uma mulher cheia de vida e apenas após o casamento adoece. A crítica ao matrimónio é evidente, assim como a Colin, marido desta mulher, que sendo um romântico, vive no ócio e na luxúria. Chloe falece, o tratamento não foi eficaz. A história é contada com foco em Colin, mas talvez se tivesse sido contada do ponto de vista de Chloe, ou Colin se tivesse tornado seu espectador, o encontro entre estas duas pessoas se tivesse sustentado e ela tivesse sobrevivido. Talvez o realmente necessário para a curar fosse simplesmente escutá-la, integralmente.



1_figura 2
fotografia da bisavó Inês, 1951



1_figura 3
Chloe, rodeada de flores a tentar recuperar da doença no coração, *L'écume des jours*, adaptação cinematográfica da obra de Boris Vian, 1968

Perceber a vida de uma mulher na sua época, ter curiosidade para ver além da existência aparentemente feliz, que na realidade muitas mostravam, poderia ter trazido a cura? Escutar com atenção, dar voz ao que o ser mulher da época significava, traria o encontro profundo entre estas duas pessoas. Era esse encontro que eu desejava ter com a bisavó Inês. Se inicialmente acreditei que ela era, de alguma maneira aquela foto - serena, perene, vestida de branco, de mãos ao ventre, sem proferir uma única palavra - rapidamente percebi que, tal como Chloe, ela teria muitas coisas a dizer. “Sob o patriarcado, a imagem benigna da natureza converteu-se numa imagem de passividade, ao passo que a visão da natureza como selvagem e perigosa deu origem à ideia de que ela tinha de ser dominada pelo homem.” (CAPRA, 1986, p.37) A bisavó Inês não era uma fotografia. Ela existiu e eu desejava encontrar-me com ela, escutar a sua história, saber quem tinha sido.

memória da paisagem

“Fisicamente, habitamos um espaço, mas, sentimentalmente, somos habitados por uma memória. Memória que é a de um espaço e de um tempo, memória no interior da qual vivemos, como uma ilha entre dois mares: um que dizemos passado, outro que dizemos futuro. Podemos navegar no mar do passado próximo graças à memória pessoal que conservou a lembrança das suas rotas, mas para navegar no mar do passado remoto teremos de usar as memórias que o tempo acumulou, as memórias de um espaço continuamente transformado, tão fugidio como o próprio tempo.”

(SARAMAGO, (2018[2009]))

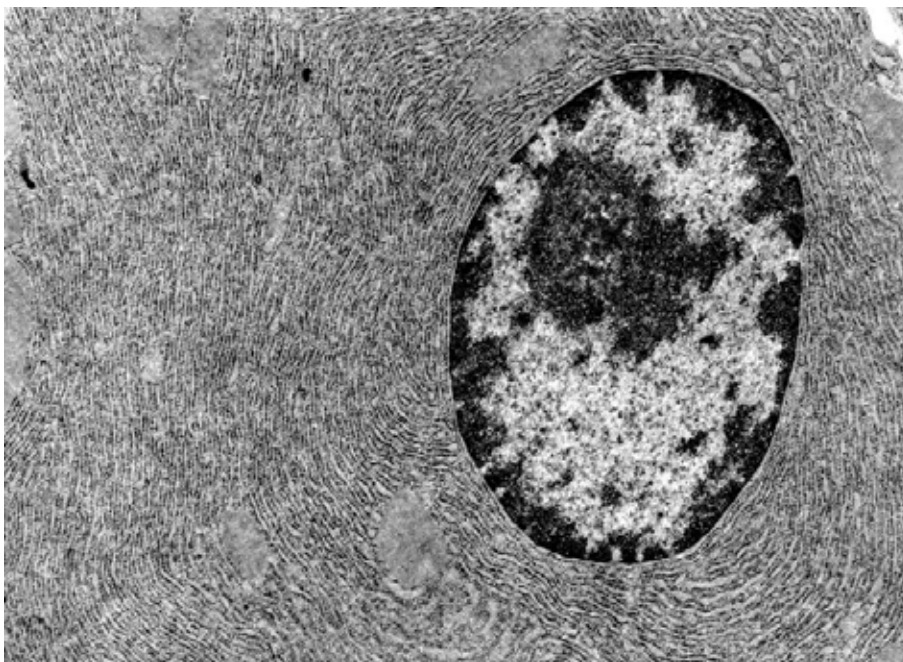
Só a partir da sua memória, nos podíamos encontrar. Como poderia projetar as suas memórias? Primeiramente, tornando-se este de um trabalho de arquitetura e sendo esta disciplina a que me dotou das ferramentas necessárias para escutar, é essencial a premissa de que todas as memórias, têm um espaço associado. No momento em que a nossa cabeça capta uma vivência, gravando-o em forma de memória o que existe é uma determinada experiência, que acontece num tempo e num espaço. Como tal, ao falar de memória estão implícitos os espaços nos quais essa memória acontece. Foi no território vinhaense do início do séc. XX que a bisavó Inês teve as suas experiências na paisagem. Ela construiu-a e foi parte integrante dela, tendo lá vivido as experiências captadas pela mente e transformadas em memórias.

1_ figura 4
fotografia de Nunes, 2020



Assim, para ser espectadora da bisavó Inês considero a sua construção da paisagem transmontana. Para a análise, tenho como base a clarificação dos conceitos de território, ambiente e paisagem proposta por Rosário Assunto (2013). Para a autora, o território é o tangível, material e o ambiente são os conteúdos inerentes a este. Ambos são condições que, para a sua definição, exigem um exercício de abstração do “carácter concreto da paisagem” (ASSUNTO, 2013, p.128), que unifica a tríade. O conceito de paisagem engloba portanto a experiência e conhecimento do território/ambiente enquanto conjunto indissociável.

“surgirá com bastante facilidade uma definição de “paisagem” como “forma” que o ambiente (“função” ou “conteúdo”, podemos chamá-lo assim, empregando por analogia os termos da crítica literária e artística) confere ao território como “matéria” de que ele se serve. Ou melhor, se quisermos ser mais precisos, “paisagem” é a “forma” na qual se exprime a unidade sintética *a priori* (no sentido kantiano: não a “unificação” de dados recebidos separadamente, mas a “unidade” necessária que condiciona o seu apresentar-se na consciência) da “matéria (território)” e do “conteúdo-ou-função (ambiente)”. (ASSUNTO, 2013, p.128)



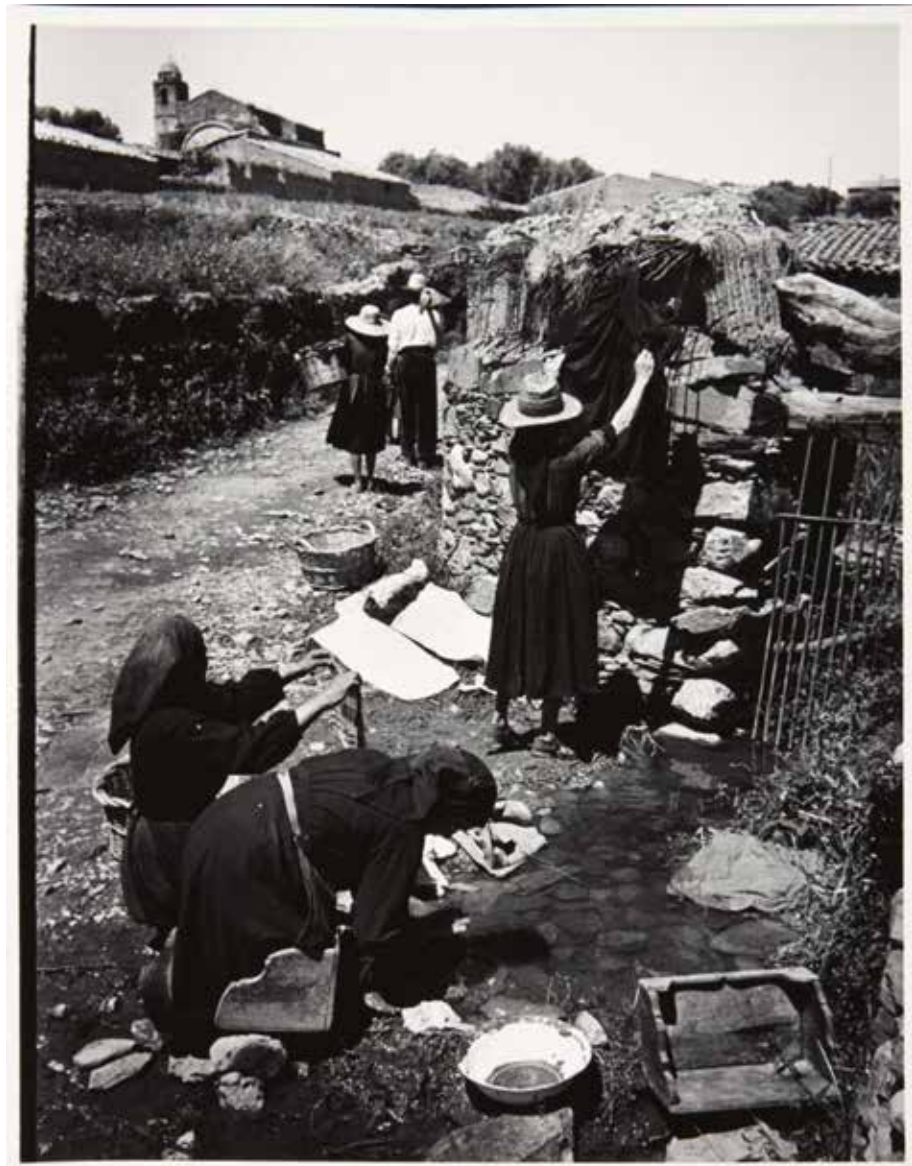
l_figura 5
fotografia microscópica de uma célula

No fundo estes três conceitos organizam-se como uma célula. Existe o território, que funciona como núcleo. Contém o ADN do lugar, a sua identidade material, acessível com as abstrações da informação geológica, hidrográfica e geográfica. Em torno e em também influenciada por este, existe o citoplasma, cheio de organelos, com diferentes formas e funções. Encerrando estes elementos básicos da unidade básica de vida, está a membrana, que nesta analogia

seria a “paisagem”. O núcleo e o citoplasma, comunicam o que significa que a paisagem, acaba sempre por espelhar as influências contínuas entre o território e o ambiente. Assim, a memória da bisavó, sendo resgatada a partir de uma leitura da paisagem, fazia parte de um conjunto de ambientes que influenciavam simbioticamente o território vinhaense. Ou seja, olhar para a sua memória implica os exercícios de abstração das condições tangíveis - que seriam da ordem matéria que é o território - e as intangíveis - manifestando-se por dinâmicas socio-culturais na paisagem.

gerações de mulheres

A bisavó habitou em comunidade portanto as condições do território e dos ambientes, foram feitas no colectivo. Os organelos que constituem o citoplasma da paisagem de Nunes pertenciam então ao espectro social e percebi que a história da bisavó partilhava linhas comuns com a história da sua geração de mulheres. Elas construíram a paisagem transmontana. As inquietações que



L_ figura 6
mulheres rurais nos ofícios
diários, 1950

tinha em relação a ela, passaram a ter uma escala coletiva. Já não se tratava apenas de uma, mas sim de todas. Tornei-me então espectadora da mãe do meu avô, da minha bisavó e com isso, de muitas bisavós rurais. Não escutava apenas Inês, tinha curiosidade sobre todas as mulheres do seu contexto espaço-temporal. Quem foram estas mulheres que habitaram em Nunes? Elas “terão sido as últimas a sentir na carne, nos ossos e na alma, o que foram as condições de existência numa província que parecia manter intactos os usos, costumes e condições de vida num atraso medieval” (CARVALHO, 2017, p.39). Viveram ainda a monarquia, passaram a transição para a 1ª República, e experienciaram o poder ditatorial que se fez sentir no Estado Novo em Portugal. No meio disto, as suas vidas foram também marcadas pela 1ª Guerra e por toda a miséria e perdas que esse acontecimento trouxe.

A posição da mulher em qualquer uma destas fases foi tão menosprezada, e tão distinta do contexto social no qual cresci, que me fez perceber que, se a alguém posso agradecer a honra de hoje ser uma mulher e me poder expressar, é a todas elas que, mesmo em condições miseráveis perpetuaram a vida. E aqui estou eu. E aqui estamos todas.

Para mim, mais do que saber de cor os feitos heróicos dos descobrimentos portugueses ou o nome de todos os reis de Portugal, dou o devido reconhecimento a todas aquelas que, com as angústias e as dores suportadas, me permitiram estar aqui, hoje, a fazer este trabalho. Abençoada com o mistério da vida, de ser uma mulher e de viver em liberdade. O mínimo que estas mulheres merecem é reconhecimento mas a palavra reconhecimento significa voltar a conhecer e para tal é preciso ter-se conhecido em algum momento. Para as reconhecermos, primeiro temos de as conhecer e “conhecer é tornar presente; conhecer algo do passado é resgatá-lo desse tempo, é puxá-lo para aqui e para hoje” (TAVARES, 2013, p.37) Como podia escutar estas mulheres, que entre o território, a família e o lar partilharam memórias se já não estavam cá?

Segundo Alexandre Herculano (1810-1877) uma geração não existe apenas por si, pois pertence simultaneamente ao passado que herda e, ao futuro, que irá viver e, no meu caso, quer pela bisavó quer pela condição de ser mulher, a minha história ligava-me a estas mulheres e liga-me às mulheres que virão depois de mim. Se comparo a memória da paisagem destas mulheres a uma célula, então facilmente entendo que, diariamente, nos ambientes nos quais vou criando paisagens, levo comigo o ADN da bisavó Inês, e portanto, da paisagem que estas mulheres constituíram em Nunes, no início do séc. XX. Eu sou a Inês porque houve um passado antes de mim, haverá um futuro

**pensamento
sistémico**

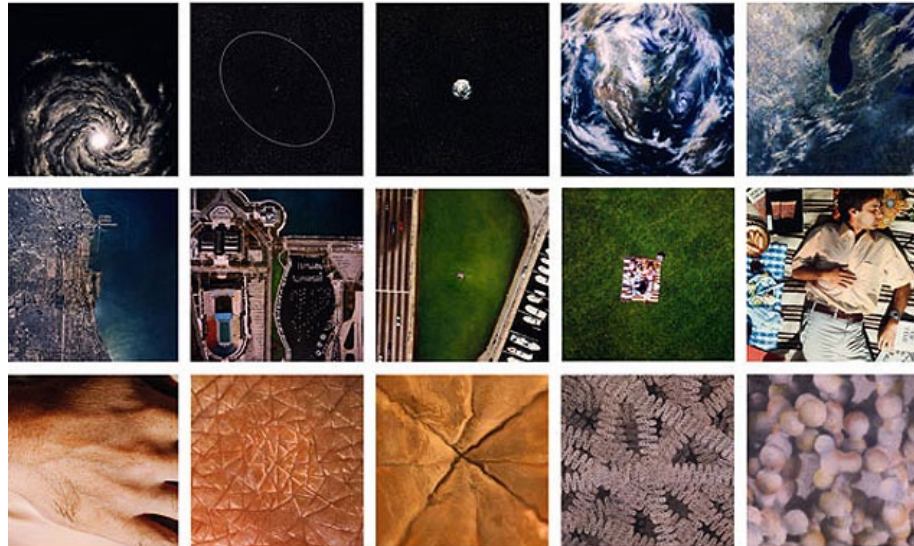


Figura 7

The powers of ten: ideia de escala e de repetição de padrões tudo se repete na natureza, a imagem inicial do filme assemelha-se muito à imagem final mesmo sendo de escalas de aproximação a um objeto completamente distantes

depois de mim, e a minha existência, consoante a forma como recorde o passado, influenciará as minhas paisagens vindouras. É uma forma sistêmica de interpretar a experiência do corpo no território, essencial para integrar a complexidade que são todas as interações inerentes à paisagem de Nunes. Segundo Capra (1986) o mundo não pode ser visto como fragmentos, da mesma forma que acontece com as disciplinas académicas. É necessária uma visão em sistema para se abranger completamente as questões a investigar. A mesma visão é proposta por Edgar Morin (1921- a.) na obra *Introdução ao Pensamento Complexo* (2017 [1990]). Este filósofo, antropólogo e sociólogo, acreditava que a evolução da investigação advirá do cruzamento de conhecimentos a várias escalas e áreas disciplinares. Neste trabalho, cruzo a arquitetura com geografia, a sociologia, a antropologia e a etnografia. O pensamento complexo é utilizado não só pela geneológica inerente à paisagem, nem pela pesquisa multidisciplinar, mas também pela própria visão da arquitetura. Tomo a disciplina para além de um ciência espacial, pela sua componente social, fruto de um sistema de relações culturais, políticas, económicas, ambientais, e humanas. Para esta análise, dada a interligação entre gerações, território, ambientes, tipologias arquitetónicas, ciclos de produção e paisagem, o recurso a uma visão sistêmica de aproximação à paisagem é essencial.

songlines

A memória da paisagem, pela necessidade da presença humana para adquirir esta definição e enquadrando-se na ideia de sistema, vive da máxima de que o ser humano não habita na natureza, mas é sua parte integrante. Esta ideia assemelha-se à forma como outras comunidades, distintas da minha, vivem e habitam o mundo. Este é o caso dos aborígenes e é pela maneira como se posicionam no planeta que comecei a interessar-me pela sua forma de vida, particularmente pela capacidade que têm de preservar memórias e de viver

com a consciência destas ligações ao seu passado e futuro a partir da paisagem e da genealogia. Para o povo aborígene australiano, percorrer o território é encarado como uma recriação ou revisitação do tempo dos ancestrais a partir de percursos na paisagem. Chamam-lhe *songlines*. Este conceito proliferou-se na década de 80 graças à obra de nome homónimo de Bruce Chatwin (*The Songlines*, 1987). Uma *songline*, também vulgarmente chamada de *dreaming track*, é parte constituinte de um sistema de crenças animista e é descrita como um percurso na terra feito por familiares muito, muito distantes genealogicamente ou “seres-criadores”, durante o *The Dreaming*. É interpretada pelo povo aborígene como um processo contínuo que os conecta às suas origens. São, essencialmente, trilhos ancestrais aborígenes que atravessam o território australiano na sua totalidade, ligando lugares de valor para a comunidade que alimentam o seu sentido de pertença àquela terra. Expressam-se a partir de cânticos entoados na paisagem. É uma espécie de forma de honrar os mais velhos, de os escutar intemporalmente, como desejava fazer com a bisavó Inês.



1_ figura 8
mulheres aborígenes a retratarem a memória das suas ancestrais, a partir das *songlines*

As *songlines* são também uma forma de preservar os ensinamentos dos ancestrais e baseiam-se numa interpretação do ser humano como parte integrante da criação do mundo, ou seja, numa visão do momento presente como continuação do *Big Bang* inicial. Estas manifestações são de valor incalculável para a cultura aborígene e constituem a manutenção e fortalecimento da conexão das pessoas às suas origens. Assume-se que a terra

¹ Para os aborígenes a *songline* é uma narrativa sagrada da criação do mundo; Eles acreditam que os ancestrais têm um papel forte no reconhecimento de lugares, por terem atravessado o continente há muito tempo.

à qual pertencem não é apenas o seu local de nascimento, mas todos os locais pelos quais os seus ancestrais passaram. Nesse sentido, Nunes é também um lugar ao qual pertencem. E sentindo eu essa pertença, entendendo que a minha árvore genealógica é feita de lugares, assim como para os aborígenes, reconheço que a memória da bisavó Inês e do seu colectivo de mulheres deve ser conservada e transmitida.

passagem de conhecimento

Nas *songlines*, a preservação da cultura e das práticas ancestrais é sagrada e, como tal, têm sido um exemplo a seguir no que toca à conservação e passagem oral de conhecimento. A sua herança, que têm vindo a passar de geração em geração, chega-nos aos dias de hoje não só como informação cultural de um grupo, mas, mais importante, enquanto conhecimento da paisagem, dos ciclos da natureza e dos ecossistemas que a constituem e do qual o ser humano faz parte. Para as comunidades australianas o resgate das *songlines*, cultura e conhecimento aborígene, tem sido relevante por se aperceberem da riqueza que esses saberes têm na manutenção dos ecossistemas. Então, olhar para a paisagem transmontana do ponto de vista feminino, à parte da história que nos foi ocultada, pode-se mostrar de especial relevância. Os aborígenes acreditam que se tomarem conta da terra, ela toma conta deles. As transmontanas do início do séc. XX também viviam com uma profunda integração entre espécies. Nós não vivemos na natureza, nós somos natureza. Como tal, escutar as mulheres, a partir da paisagem de Nunes, do seu território e ambientes, é essencial para que, tal como nos aborígenes, o conhecimento seja transmitido e com essa herança cultural se consigam reconhecer saberes que contribuam para o equilíbrio do ecossistema, respeitando os seus ciclos naturais.

***l_* figura 9**

rituais aborígenes: danças das *songlines*, feitas ao longo dos percursos marcados no território australiano



Para as tribos, existe sempre um responsável pelos ritos de passagem de saber, enquanto que, neste caso, estou eu a resgatá-lo. O trabalho que a cineasta Noémia Delgado (1933 -2016) fez, nas décadas de 60/70, com a realização do documentário “Máscaras” (1976), também foi um resgate e inspirou-me. Percebi que uma investigadora, quando segue a sua curiosidade, pode realmente ter impacto no meio no qual atua. No caso dela, quando se aproximou do meio rural transmontano, a tradição dos “caretos” estava quase esquecida e o facto de ela questionar os locais sobre esses rituais fez com que voltassem a recriar a tradição para lhe mostrar e tendo-o feito, continuaram até aos dias de hoje. Desde 2019 que os “caretos” são património da humanidade, fruto da vontade de resgate que esta mulher e a comunidade tiveram.



l_ figura 10
resgate da tradição dos caretos transmontanos no documentário etnográfico “Máscaras” de Noémia Delgado, 1976

É claro pois que os processos de resgate de conhecimento em comunidades isoladas, como é o caso de Nunes, podem ser cruciais por conseguirem contribuir para que as próprias comunidades voltem a adotar hábitos que já se tinham perdido e, acima de tudo, que as estruturas sociais sejam escutadas na íntegra e se valorizem pelas suas particularidades.

Resgatando a memória da bisavó, acedemos a uma riqueza de conhecimento relativo ao papel da mulher enquanto agente de transformador do território, cujo valor é indiscutível. Ao iniciar as pesquisas sobre o contexto transmontano da época percebi o quão apagadas as mulheres estavam. Como poderia escutá-las verdadeiramente se a história que encontrava foi escrita por homens? No livro “A Vila de Vinhais” (ELMANO, 2006) não se contam as trabalhadoras do sexo feminino. As mulheres não trabalhavam? O que faziam então ao ponto de as suas histórias não despertarem qualquer interesse a quem escreveu? Ou no tempo da bisavó a força patriarcal estaria tão enraizada que criava esta desinformação relativa ao trabalho feminino, mais evidente ainda no contexto rural? Do ponto de vista do patriarcado, a história que me chegou da mulher

estereótipos da mulher e da casa

transmontana é tão limitada e redutora que colmatou numa representação estereotipada da fiadeira. Nas ilustrações da mulher transmontana a fiar, apesar das mulheres serem o sujeito da acção, entende-se que foram “retratadas como passivas e subservientes ao homem” (CAPRA, 1986, p.38), ocupando-se apenas de um único ofício. Escolheram o mais delicado, de entre todos os outros que faziam, na maioria das vezes mais exigentes quer fisicamente quer a nível da multiplicidade de ofícios que desempenhavam.

Criou-se uma representação estereotipada projetado pela visão de inferioridade que os homens tinham do género feminino. Criaram uma imagem de como gostariam que fosse, como de alguma forma fez o Estado Novo com o mito da casa portuguesa. Os estereótipos relativos à mulher seguiam as mesmas linhas que da arquitetura rural idealizada. Romantizar a realidade de um modo de vida duro e miserável, que se expressava não só no enquadramento

Figura 11

representação de mulher transmontana a fiar na 2ª série da revista “Ilustração Portuguesa” nº 297, 30 de Outubro de 1911



Figura 12

representações de mulher a fiar em postais portugueses: à esquerda da série “Portugal em Silhuetas”, ilustrador desconhecido, ed. António Vieira, Lda., Lisboa, s.d e à direita campanha publicitária do vinho “Bujarcas Colares”, 1939



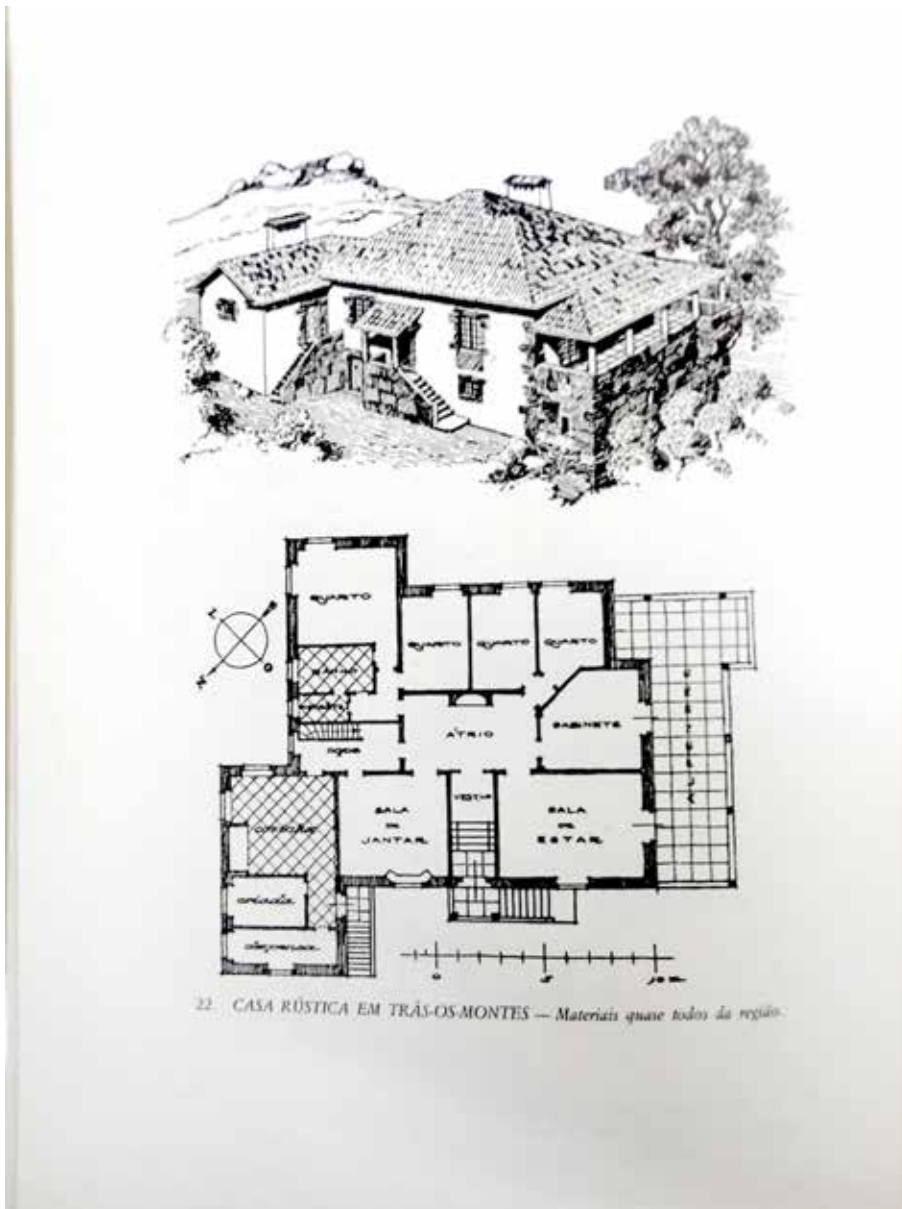


Figura 13
representação estereotipada da
casa rural transmontana, 1933

socio-cultural da mulher como na paisagem que esta integrava. Valorizar a fição e a delicadeza do ofício faz sentido, até porque era essencial para a produção da roupa de toda a comunidade, permitindo superar o clima rigoroso. No entanto, neste trabalho, questiono a parte romântica das representações estereotipadas, quer da mulher fiadeira, quer da casa rural. O ofício da fição é valorizado, nesta introdução, pelo papel que teve na construção de comunidade feminina pelos momentos em que as mulheres se reuniam para esse trabalho e tinham, talvez, liberdade de se exprimirem, se apoiarem mutuamente e desenvolverem pensamento crítico.

Tinha a certeza que ela e todas as da sua geração tinham sido mais do que meras fiadeiras. Aonde estavam representadas verdadeiramente as suas vidas? Onde poderia encontrar as suas histórias? Segundo Beavouir (1970 [1949]),

**idiosincrasias
rurais**

a repetição estilizada dos atos constitui o género; como tal, olhar para o dia-a-dia da comunidade consegue trazer uma definição mais aproximada do ser mulher em Nunes no início do séc. XX. O ser mulher da paisagem transmontana da época caracterizava-se simultaneamente por a mulher ser “o outro” (enunciado por Beavouir) - dada a discrepância social de poder entre géneros na esfera doméstica e social - e a mulher não ser “outro”, dada a equidade no que dizia respeito ao trabalho agrícola e construção da paisagem. Relativamente ao primeiro, não há como alterar os factos. Foi o que foi, agora é diferente. Quanto ao segundo cenário, há ainda um trabalho muito grande a fazer a nível de reescrita da história nestes contextos rurais. Daí focar-me em retratar as idiossincrasias dos fortes corpos que trabalhavam no campo, junto com os homens, numa procura constante de garantir que todas as bocas da família pudessem comer e crescer com saúde. Já num primeiro olhar dos estudos em geografia física e humana, que surgiram a partir de meados do século XX com os geógrafos Amorim Girão (1895-1960) e Orlando Ribeiro (1911-1997), encontrei uma representação da mulher não a fiar, mas a pastorar. Deu-me esperança de que poderia haver outras ilustrações do trabalho feminino. No mapa *Imagens Regionais* (1941) existem várias regiões do território português que utilizam a imagem da mulher rural nos seus ofícios. No entanto, com um olhar mais atento percebe-se, pela inscrição no canto inferior esquerdo, que continua a ser uma visão patriarcal da paisagem.

I_ figura 14
recorte do “Mapa de *Imagens Regionais*” de Amorim Girão, 1941

A paisagem modeladora
do Homem; o Homem remodelador
da paisagem.
AMORIM GIRÃO

The landscape moulds Man;
Man remoulds the landscape.

Para escutar as mulheres tinha que me libertar do Homem. Retifiquei então o escrito de Amorim Girão enquanto fundamento deste trabalho:

I_ figura 15
montagem da imagem regional da região transmontana com reformulação do conceito de paisagem proposto por Girão para o feminino

A paisagem modeladora
da mulher a mulher remodelador
da paisagem.
AMORIM GIRÃO

The landscape moulds **women**
women remoulds the landscape.



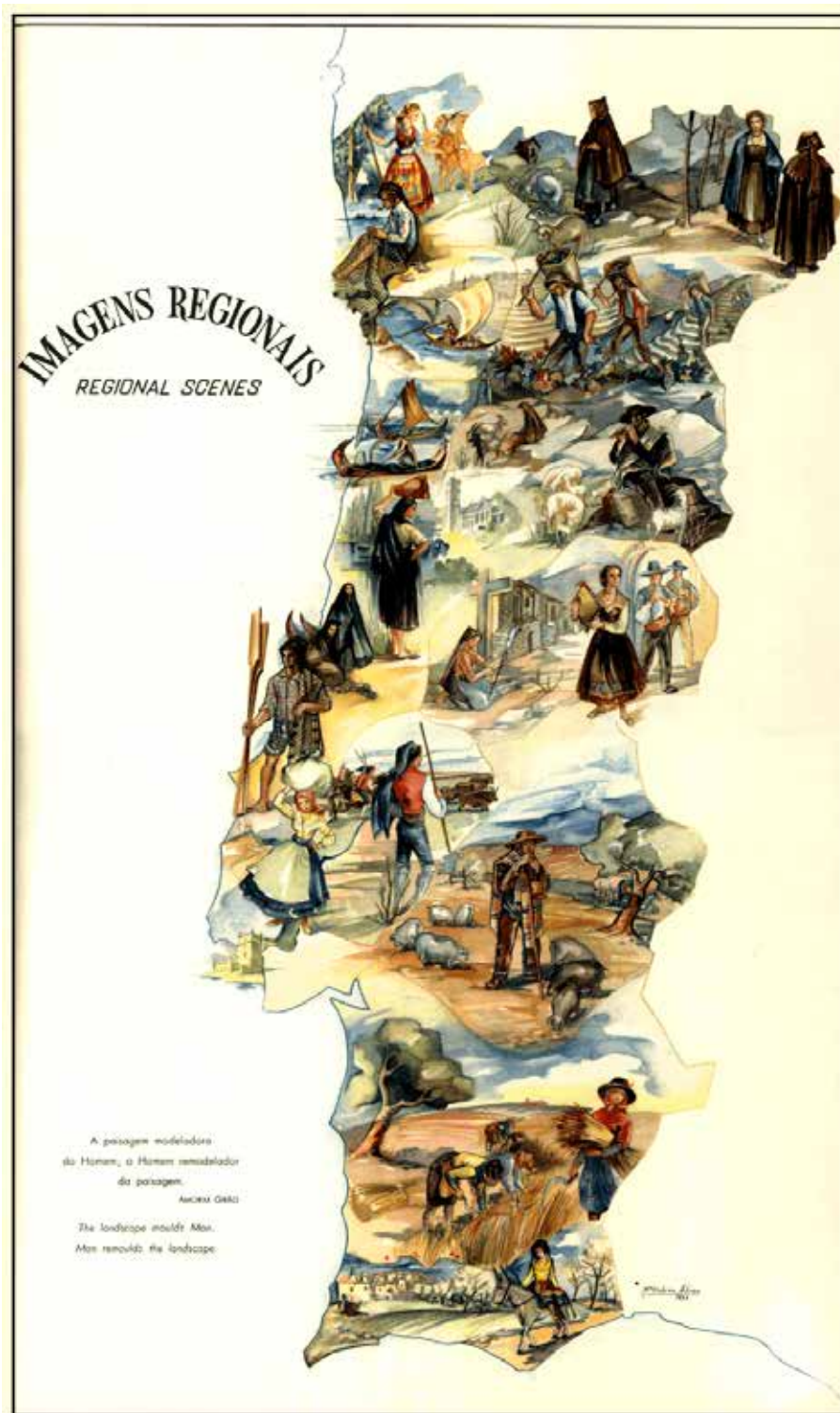


Figura 16
"Imagens Regionais" de
Amorim Girão, 1941

Ao longo do trabalho, a utilização da escrita no feminino e quase sistemática troca da palavra "homem" por "mulher" são propositadas. Exagero para provocar uma estranheza no exercício de imaginação dos cenários narrados. Essa estranheza tem o poder de fazer refletir, inclusive sobre o que estamos a investigar em 2022. Sobre o que uma aluna de arquitetura, numa sociedade na qual a equidade de género ainda é uma luta constante, tem a dizer. Eu duvidei da informação que encontrei. Questionei genuinamente o que lia. Duvidava

linguagem

que a história que os homens contaram fosse a totalidade dos factos e que as mulheres tivessem um papel tão passivo na sociedade. Com consciência do menosprezo que a sociedade da época dava às mulheres, duvidei que algum homem, por mais letrado que fosse, conseguisse narrar a vida dura que a bisavó teve.

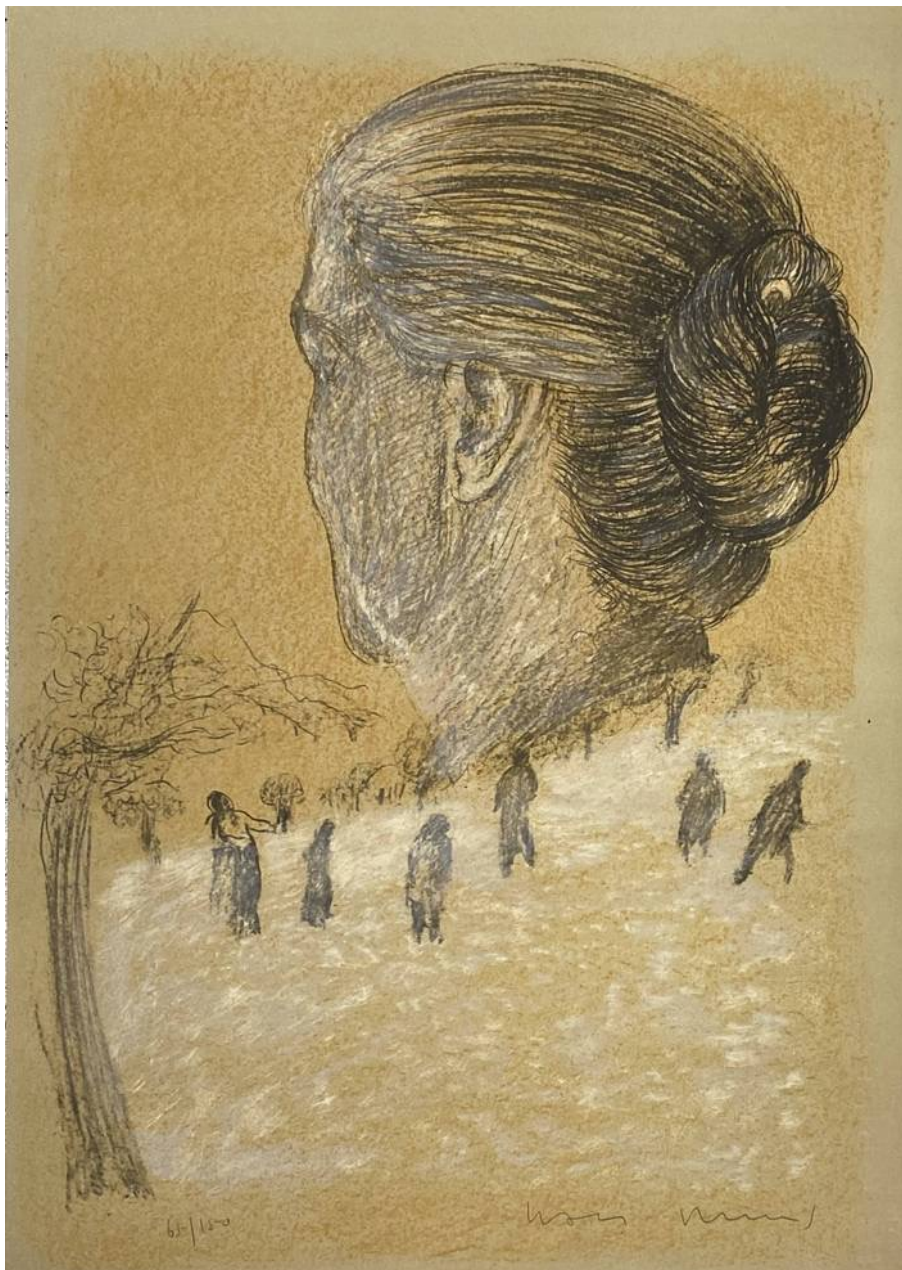
novas histórias

A formação académica em arquitetura dá-me as ferramentas necessárias para projetar espaços. Espaços esses que têm um contexto socio-cultural. Então, se estudar esses espaços, a paisagem neste caso, consigo interpretar e estudar criticamente o contexto. O que eu vejo é a urgência de mudança e de, colectivamente, haver mais sensibilidade para um lado da história que foi quase sempre ocultado. Chimamanda Adichie (1977-a.), na *TedTalk* intitulada *The Danger of a Single Story* (2009) fala do perigo de uma história única. Enuncia como o poder associado ao patriarcado, construiu na sociedade um conjunto de estereótipos, fruto do conhecimento de apenas uma versão dos factos. Assim limitaram a forma como nos identificamos com o contexto que nos está a ser apresentado. Enquanto mulher, sinto que o colectivo no qual eu me insiro não teve, nem no passado, nem agora (apesar da clara evolução) a escuta que merecia. Não me sinto suficientemente representada. Ainda há muito a fazer e, enquanto futura arquiteta, tenho o potencial de criar novas realidades, começando por imaginar a paisagem destas mulheres, que agora, sim, posso dizer que existiram. Tenho a capacidade de começar a sentir-me mais representada ao expressar espacialmente a minha identidade de género. Eu sou uma mulher a contar uma memória e como tal, trago atenção para as figuras com as quais me identifico e à paisagem à qual estavam intimamente ligadas. Para escutar a bisavó Inês é preciso entender como as mulheres construíram e alimentaram o ecossistema em que se expressavam na paisagem de Nunes. É preciso considerar o papel que ambos os géneros, masculino e feminino, tiveram na consolidação da paisagem e dos ambientes. Para tal, a versão patriarcal da história não é suficiente. **É preciso mais mulheres contarem a história de mulheres.**

representação

Graça Morais (1948 - a.), notável artista transmontana, como explicado no documentário “Na cabeça de uma mulher está a história de uma aldeia” (Joana Morais, 2000) conseguiu levar para a representação esta ideia da memória do trabalho feminino no território e a forma como a história também é das mulheres que fizeram paisagem. Sendo um trabalho desenvolvido por uma mulher, local, aproximava-se mais daquilo que a bisavó vivera do que a informação que li escrita por homens. Vê-se as mulheres no campo, as

árvores e rostos, tão indefinidos como a história que os homens escreveram o fez. Se a vida da bisavó Inês era uma incógnita, de alguma maneira, com a visualização do trabalho de Graça Morais começou-se a desvendar. Paisagem, na língua portuguesa, fala-se no feminino. É nela que as diferenças de gênero se esvanecem. E é a partir dela que se pode contar encontrar as remeniscências



L_ figura 17

litografia de Graça Morais representativa da memória do trabalho da mulher na paisagem-transmontana, sem título, s.d

de uma história feita de homens e mulheres, sem H's nem M's maiúsculos. Para falar de mulheres, neste caso, é urgente falar de paisagem. É nela que ainda se preservam as memórias das gerações passadas, e por isso se mostra operativa na reconstrução da sua história para a criação da *songline* de Inês de Jesus. Todas as memórias se inscrevem no território. A paisagem é não só aquilo que experienciamos, como também a memória da interação do território com as mulheres.

Não estando cá a bisavó Inês, está o território no qual viveu para nos mostrar a sua história e projetar as paisagens criadas. É possível então, contar a história destas mulheres a partir da memória representada na paisagem. O trabalho começa com representações baseadas no território, que enunciam a ideia de memória pelo uso de transparências e paleta cromática inspirada em folhas antigas. Com a evolução dos mapas e aumento da informação imaginada do que seria o quotidiano das mulheres de Nunes, utilizam-se cores mais fortes que cruzam com os tons claros representativos da memória.

Para o resgate da memória, dada a escassa informação local e a as linhas comuns entre o território vinhaense, foi utilizada a informação relativa à Terra Fria Transmontana como fonte a aplicar na zona específica de Nunes. A análise sustenta-se em (1) histórias e memórias do território recolhidas com locais, (2) cartas militares da época e da atualidade, (3) bibliografia sobre o tema, o recurso aos (4) registos fotográficos de George Dussaud e Artur Pastor, assim como aos (5) Inquéritos à Habitação Rural e à Arquitetura Popular.

lugares-do-saber

Por forma a integrar a complexidade de temas, áreas disciplinares e interações recolhidas, foi necessário o desenvolvimento do conceito de lugar-do-saber¹. Este é essencial enquanto filtro de análise de todo o trabalho. A sua definição baseia-se na interação dos (1) ciclos naturais, com a (2) comunidade e o (3) território.

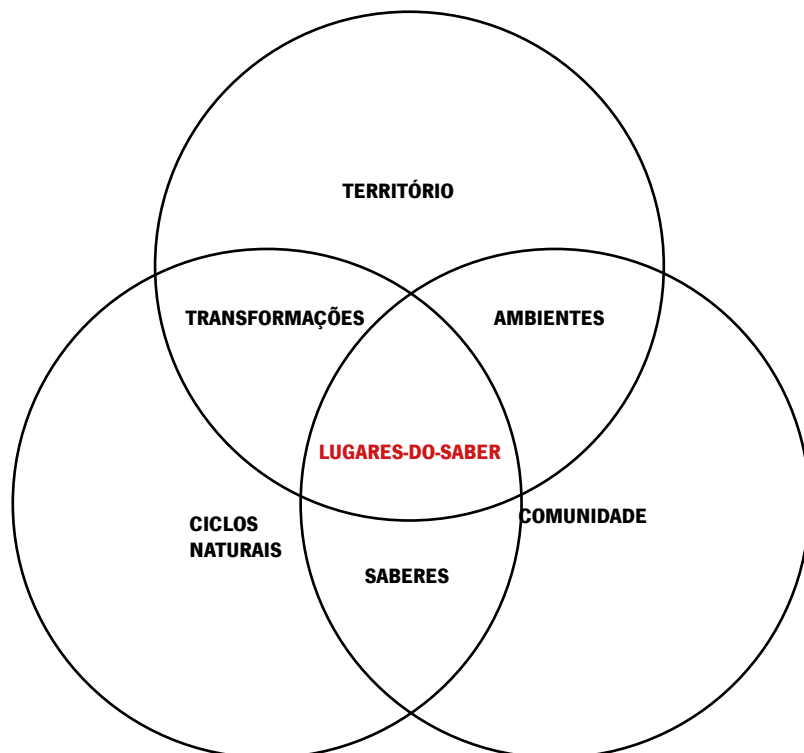


Figura 18
esquema explicativo do conceito
de lugares-do-saber

¹ Este conceito foi desenvolvido por mim, no âmbito desta dissertação, de forma a seriar os espaços relevantes para a análise tratando o tema da representação da memória da bisavó Inês.

Os lugares-do-saber por vezes tomam a forma de objetos arquitetónicos, outras vezes assumem-se como partes/divisões desses mesmos espaços e ainda, num terceiro cenário, apresentam-se como parcelas ou outras áreas do território com particularidades que as elevam ao estatuto de lugar. Os lugares-do-saber são os lugares nos quais os saberes tomam forma.

Os lugares-do-saber são os lugares nos quais as pessoas trabalharam, aplicando o seu conhecimento empírico do território. Os lugares-do-saber são os lugares nos quais este conhecimento se foi desenvolvendo e se manifesta. Apesar de nos dias de hoje não haver vestígios tangíveis de alguns destes espaços, sabe-se que na época existiam, ora em Nunes, ora noutros povoados muito próximos desta aldeia, como é o exemplo dos abrigos de pastor.

Existem coisas neste trabalho que não foram bem assim, mas podiam ter sido. À semelhança de Boris Vian (1920-1959), propõe-se que o inconsciente se sobreponha à realidade, ao longo do trabalho proponho uma leitura na qual a lógica e a compreensão são deixadas em último plano, para sentir. É na junção desta dimensão emocional ou fictícia com a representação do território que se escutam estas mulheres a partir da paisagem que construíram. É nesse exercício imaginário que ainda as podemos encontrar, resgatando na memória, não para ser eterna, apenas para as conhecermos. Para nos lembrarmos, agora, que as mulheres são já um pouco mais escutadas e estão a construir uma história diferente.





II. Paisagem de produção | construção do ecossistema 21

II.I Biografia de uma aldeia transmontana 23

acima dos 700m	23
primeiras mulheres	27
territorialização	30
Vale do Tuela	31
diáspora judaica	33
criptojudaísmo e “marranas”	34

II.II Contributos para uma leitura da paisagem 37

primeiros estudos	37
inquérito à habitação rural	39
inquérito à arquitetura popular	43
fotografia no séc.XX	47

II.III Ecossistema de produção 47

resiliência	47
eco-acção	49
povoamento	52
habitações	53

II_ figura 1

*mulheres a armazenarem batatas
em Trás-os-Montes, Artur Pastor*

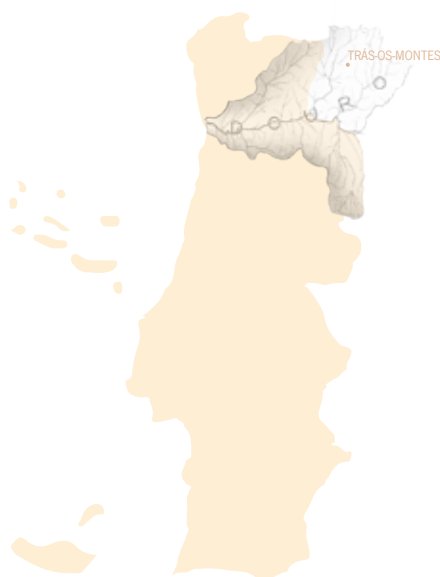
acima dos 700m

II.I Biografia da aldeia transmontana

A história do território ilumina o caminho. Para contar a história que quero contar, comecei por visitar o lugar no qual o corpo da bisavó repousa. Rapidamente percebi que não a conseguia encontrar lá. Resolvi então começar por conhecer Nunes - o lugar onde nasceu e viveu - do ponto de vista teórico, tentando ler aquela aldeia, não só com as ferramentas que a arquitetura me deu, como também através do olhar de outras disciplinas que me permitiam interpretar a paisagem de uma maneira holística. A biografia da bisavó era tão importante para a paisagem como a história dela. Foram as duas narrativas que se cruzaram e que me indicavam que, para escutar uma, tinha que desvendar a outra.

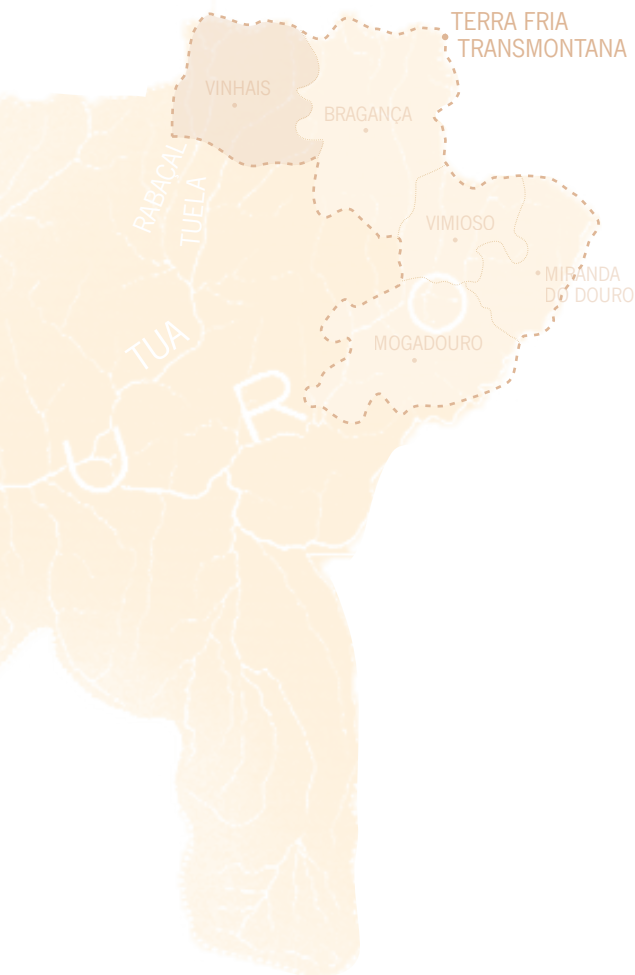
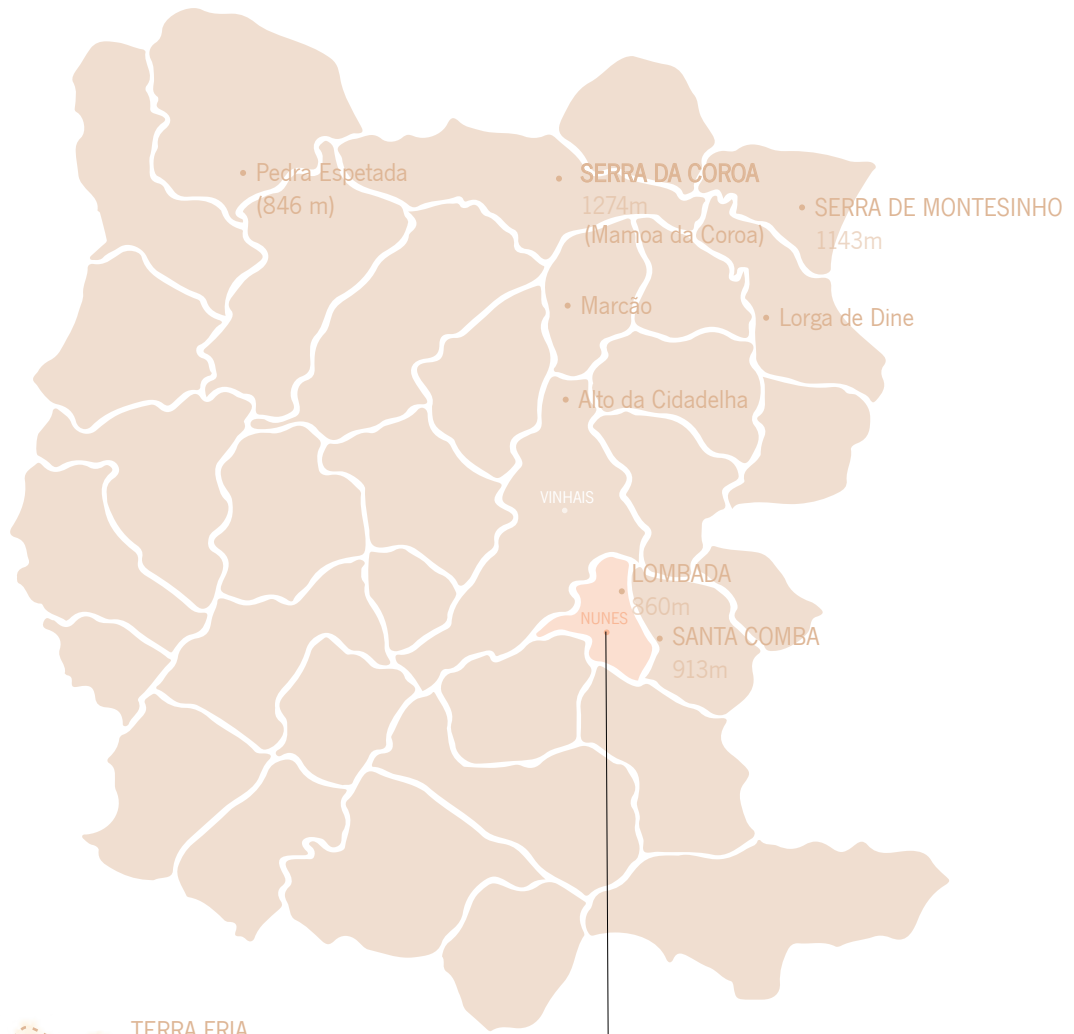
O território vinhaense faz parte da Terra Fria Transmontana, extremo nordeste da bacia hidrográfica do Douro. As linhas de água que desaguam nos rios Tuela e Rabaçal, juntamente com o seu curso principal, desenham uma rede hidrográfica que se movimenta em unísono com o relevo montanhoso. Esta rede, por fim, alimenta o rio Tua, afluente do Douro.

Orograficamente, o concelho de Vinhais encontra-se entre as cotas 400m e 1274m, sendo o ponto mais alto a Serra da Coroa e, de seguida, a Serra de Montesinho, com cota máxima de 1143m chegando, já fora dos limites do concelho a atingir os 1438m. Nunes, particularmente, localiza-se na faixa dos 400m- 913m, encontrando-se abaixo dos 400m apenas o talvegue do rio Tuela. As montanhas mais altas são a Lombada, a 860m e Santa Comba a 913m.

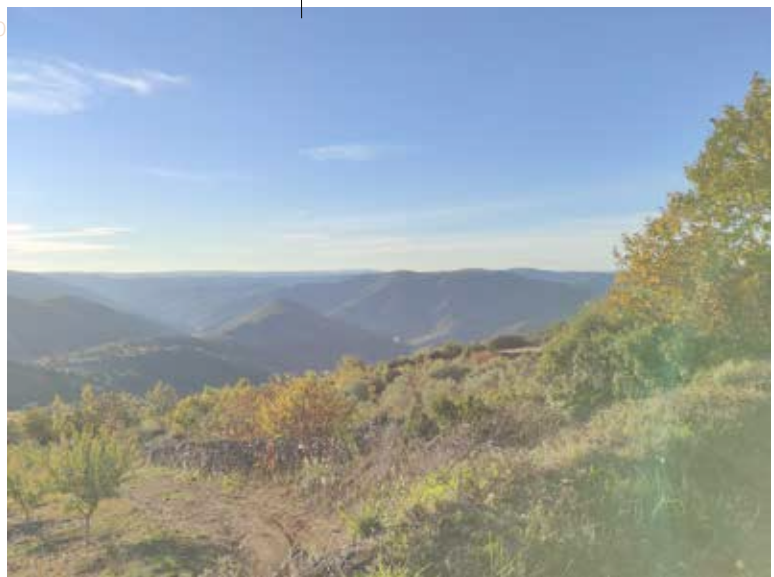


II.I_ figura 1

mapa de localização de Trás-os-Montes e constituição da Terra Fria Transmontana

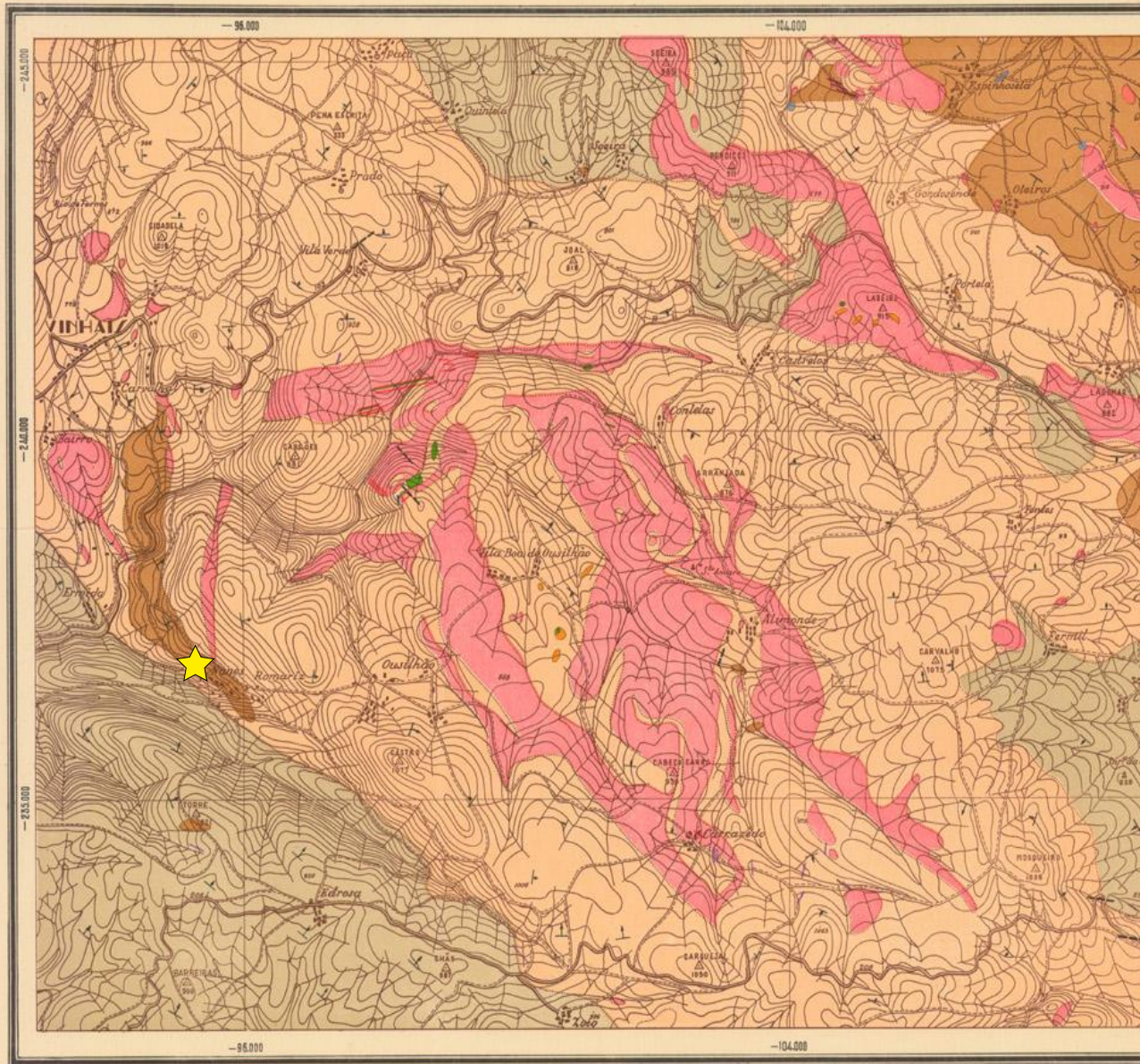


II.1 figura 2
enquadramento de Nunes nas serras,
altos e antigos povoados de montanha



CARTA GEOLÓGICA DA REGIÃO BRAGA

Trabalho efectuado sob a orientação de
J. M. Cotejo Neiva. Levantamento geológico
de F. Soares Carneiro, R. Silva Dionísio,
M. Fernandes de Pina e J. M. Cotejo Neiva.



Base cartográfica do Instituto Geográfico e Cadastral.

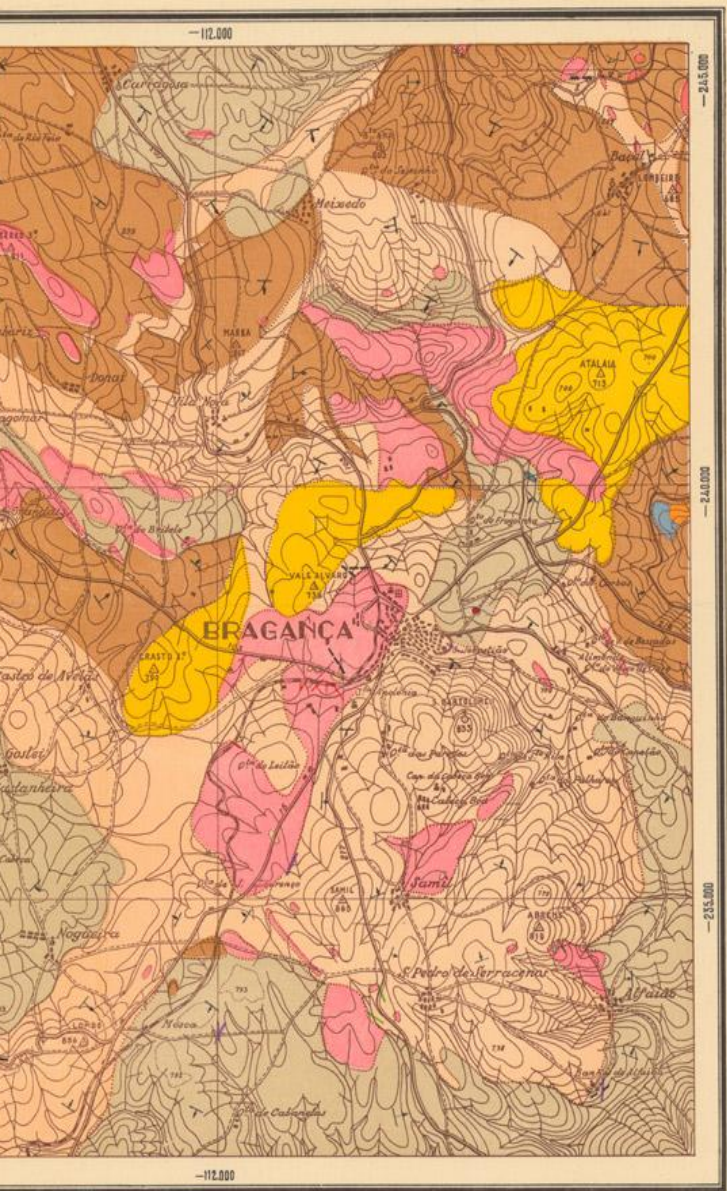
— Limite geológico
- - - - - Falha

Escala de $\frac{1}{50.000}$
Equidistância 25 metros

Memória descritiva: J. M. Cotejo Neiva
- Rochas e minérios da região Bragança-
-Vinhais (1948).



P/67



- Depósitos detriticos fanglomeráticos Plioceno superior
- Doleritos Actividade ígnea provavelmente em transição do Triásico para o Jurássico.
- Filões de quartzo por reses com calcite
- Albitos
- Pegmatitos graníticos
- Granitos
- Pírfiros
- Dioritos
- Gabros e Noritos
- Hornblenditos
- Piroxenitos
- Peridotitos e Serpentinás
- Eclogitos
- Migmatitos e Gneissés Granitização provavelmente no Antracítico
- Mármore
- Xistos cloríticos e Xistos sericíticos
- Anfibolitos Arcaico

Desenho de A. Linhares de Oliveira. Impresso na Emp. Ind. Gráfica do Porto em Janeiro de 1948.

45° Direção e pendente vertical dos estratos

II.1 figura 3
Carta geológica da Região Bragança-Vinhais, 1918

Toda esta zona faz parte do Maciço Hespérico, constituindo a subzona Galiza-Trás-os-Montes, área que, quer pela presença de 5 maciços arredondados, quer pela sua litografia, revela diferentes idades da formação da Terra, mostrando uma riqueza geológica que a torna um caso único em Portugal.

Na aldeia de Nunes existem particularidades que a destacam geologicamente do resto do concelho, nomeadamente (1) a presença de granito constituído de migmalitos e ganisses que se estima remontar a 359-252 milhões de anos atrás, (2) a predominância de anfibolitos pré-câmbricos com cerca de 4000-2500 milhões de anos de idade e (3) a existência de xistos cloríticos e sericíticos que se tornam visualmente, pedras com um tom mais esverdeado que o comum.

II.1 figura 4
formações geológicas na aldeia de
Nunes, 2020



primeiras mulheres Na pré-história, estas montanhas coincidiram com alguns dos locais que as mulheres primitivas escolheram para habitar. “As primeiras evidências claras de pressão antrópica sobre os ecossistemas florestais do Norte de Portugal datam de há cerca de 7000 anos e devem-se às primeiras sociedades produtoras do Neolítico”(Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos - Rede de Investigação em Biodiversidade e Biologia Evolutiva [CIBIO - InBio], 2011 p.7)

Existem múltiplos e ambíguos vestígios arqueológicos no concelho de Vinhais que provocam debates sobre quando as primeiras mulheres que podem ter chegado a estas terras. Na Idade de Pedra, por estratégia de vigia e proteção, as terras acima dos 700m foram privilegiadas pelas primeiras mulheres para firmar raízes. Das evidências da paisagem destes tempos restam mamoa e menires destacando-se a Mamoa da Coroa, localizada na Serra da Coroa a 1273m de altura, pelas suas grandes dimensões (1m de altura por 30m de diâmetro); o Marcão, conjunto de 2 monumentos megalíticos a 10m de distância um do outro, e a Pedra Espetada (846m), que é vulgarmente interpretada como uma “estela/menir com fossetes insculpidos” (MATOS, 2014, p.94). Nesta altura, segundo José Carrión-García (citado em SANCHES, 2019), o território caracterizava-se por uma espessa cobertura florestal interrompida pontualmente por afloramentos rochosos, e vegetações subseriais em terras que foram deslizando progressivamente.

“Foi na transição para o Calcolítico (3200/3000 - c. 2200 a.C.) e, em especial, na Idade do Bronze (c.2200 - 600/500 a.C.), prolongando-se durante a Idade do Ferro (600/500 a.C.- transição da Era), que se registou um significativo aumento na pressão sobre as florestas e um conseqüente aumento dos fenômenos erosivos.”

Os rios Tuela e Rabaçal avançavam por entre terrenos não arborizados formados por depósito de matérias orgânicas que iam sendo deixados pelas suas próprias águas e prados que funcionavam como habitat dos herbívoros selvagens caçados na altura.

A Idade dos Metais deixou-nos mais vestígios comprovados do que a da pedra lascada, nomeadamente, dos abrigos e castros. O grande número destas estruturas e as suas semelhanças formais, materiais e construtivas mostram que o território vinhaense teve uma povoação que apesar de dispersa foi contínua ao longo de milénios. Estes conjuntos representam locais de comunhão entre populações provenientes de regiões mais amplas. A paisagem lê-se como uma manifestação das metamorfoses provocada pelos ambientes de um conjunto de comunidades caçadoras-recolectoras em transição para um modo de vida sedentário. A forma de vida destas mulheres resumia-se a uma simultânea disputa e partilha de território entre todas as espécies que o habitavam.

A Lorga de Dine é um dos dispositivos com mais dados estudados (SANCHES, 2019). Esta é uma pequena gruta com duas salas contíguas e ramificações para múltiplas galerias, localizado num maciço calcário. Teve uma ocupação representativa no calcolítico evidente no espólio de cerâmica, materiais líricos e osteológicos de humanos e animais. “Pode a mesma gruta ainda ter sido eventualmente frequentada de modo muito esporádico, ou pontual, durante o 1º milénio a.C. (Idade do Bronze Final e Idade do Ferro).” (SANCHES, 2019, p.49) De entre os vários usos desta gruta é certa a sua função enquanto necrópole e a equaciona-se a possibilidade de ter sido também um local de armazenamento, dada a quantidade e dimensão dos vasos encontrados. Esta gruta deve ter feito parte da povoação do Castro de Dine, ponto alto da mesma encosta na qual se localiza a lorga, apesar de não haver certezas relativas a datas de ocupação.



II.1 figura 5
vestígios arqueológicos da Lorga de Dine: cerâmicas pré-históricas

II.1 figura 6

mapa de vestígios arqueológicos da zona periférica de Nunes: primeiras mulheres a habitarem este território

LEGENDA:

Vestígios Arqueológicos

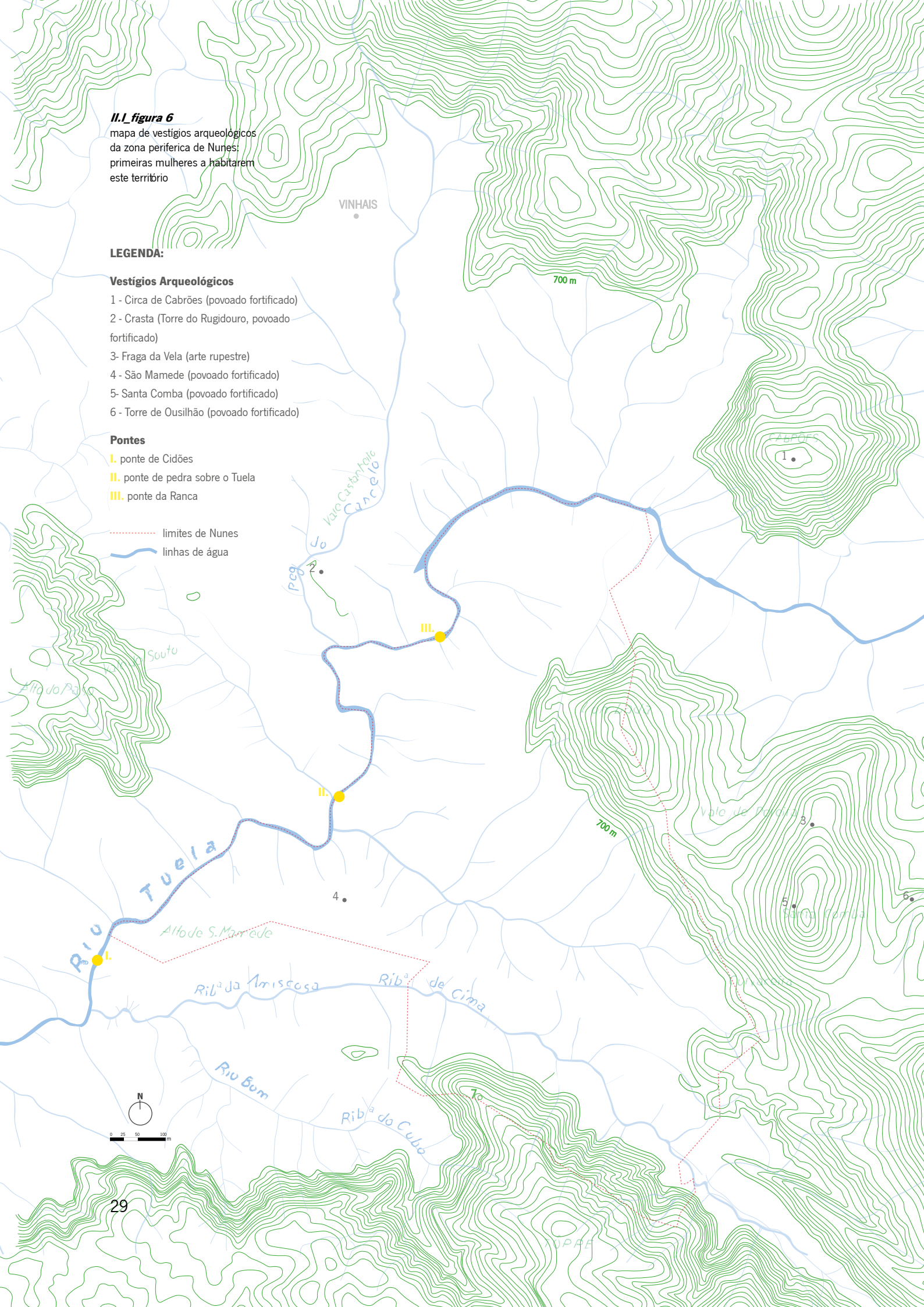
- 1 - Circa de Cabrões (povoado fortificado)
- 2 - Crasta (Torre do Rugidouro, povoado fortificado)
- 3 - Fraga da Vela (arte rupestre)
- 4 - São Mamede (povoado fortificado)
- 5 - Santa Comba (povoado fortificado)
- 6 - Torre de Ousilhão (povoado fortificado)

Pontes

- I. ponte de Cidões
- II. ponte de pedra sobre o Tuela
- III. ponte da Ranca

--- limites de Nunes

— linhas de água



Distinguem-se ainda “vestígios de um povoado de grandes dimensões com uma implantação sobranceira à atual vila de Vinhais” (MATOS, 2014, p.94), hoje conhecido como Alto da Cidadelha. O primeiro foi construído em xisto e data a Idade de Cobre. Os povoados fortificados mais próximos da zona de Nunes, o da Torre, o de São Mamede e o Monte de Santa Comba, ainda deixam dúvidas quanto aos seus períodos de ocupação. Há indícios de que tiveram forte atividade na Idade dos Metais e, posteriormente, foram deixados e reutilizados mais tarde. Nas imediações do povoado da Torre, em Ousilhão, existem reminiscências da ocupação romana (REDENTOR, 2002, p.56) e especula-se que o Monte de Santa Comba tenha sido ocupado na Idade Média.

territorialização

O aumento exponencial do número de vestígios arqueológicos entre a Idade de Pedra e a Idade dos Metais foi fruto da implementação e desenvolvimento da agricultura e consequente sedentarização das mulheres no Nordeste transmontano. Ao passarem de caçadoras-recoletoras para comunidades sedentárias, criaram-se novos ambientes fruto do ecossistema agrário.

“A sedentarização poderá relacionar-se com o desenvolvimento das práticas agro-silvo-pastoris, nomeadamente com o incremento do cultivo de cereais e, talvez, rotatividade entre cereais e leguminosas; na exploração do mato e do bosque para as mais diversas tarefas do quotidiano e na pastorícia de ovinos, caprinos, suínos e bovinos”
(CIBIO - InBio, 2011 p.86)

A mulher começou a estabelecer novas relações com o território e redesenhar a paisagem. Com a dependência da pastorícia para a fertilização dos terrenos agrícolas, a utilização das áreas florestais começou a ser mais intensa, levando a novas fases de transformação do coberto florestal. “Estas fases de forte desflorestação relacionam-se com visíveis alterações nos sistemas organizativos das sociedades, correspondendo a uma paulatina sedentarização das comunidades humanas, a um aumento demográfico e a um desenvolvimento das práticas agro-pastoris” (CIBIO - InBio, 2011, p.7). Assim, constata-se o papel essencial que a mulher pré-histórica teve na definição do território transmontano, particularmente pelo modo de vida que as comunidades adotaram e o consequente contributo para a regressão da percentagem de área florestal primitiva que o cobria. Esta evolução antropológica impactou, ao longo do tempo a fauna e flora local. A presença das povoações nesta zona trouxe com ela um marco no curso da mulher construir a paisagem de Nunes e lêem-se as consequências do impacto direto da nossa espécie no território pelo aspeto distinto que a vegetação espelhava.

romanização (no vale do Tuela)

Este cenário manteve-se até à romanização do território. “Com a pax romana entre 29 e 19 a.C. durante o império de Augusto, a região nordestina começou a assimilar os contributos de uma estrutura civilizacional mais complexa, iniciando-se um longo processo de aculturação (MATOS, 2014, p.55)”. Deu-se um processo de união cultural no qual, de parte a parte, se foram mantendo e cedendo costumes e saberes. Culturalmente, o território vinhaense torna-se progressivamente palco de uma mescla das tradições pagãs com o classicismo romano. O culto do pão e as celebrações de Inverno, que ainda existem, e o uso da máscara nos diferentes momentos festivos, como por exemplo nos “caretos” resgatados por Noémia Delgado (1933 - 2016), são um bom exemplo disso. Posteriormente, as datas das celebrações pagãs, que coincidem ou estabelecem relação com os calendários de plantio, ciclos lunares, ciclos menstruais, estações do ano e movimento dos astros, fundem-se e coexistem com as das celebrações cristãs. Estes ciclos entendem-se como uma manifestação física de diferentes culturas que têm repercussões no ambiente, dado regerem a agricultura e, portanto, garantirem em conjunto com os deuses, a manutenção cíclica da paisagem.

A par com as alterações socio-culturais introduziram-se um conjunto de infraestruturas que foram caracterizando a paisagem local, nomeadamente através da evolução da rede viária e construção de pontes. “O território de Trás-os-Montes Oriental foi atravessado por um eixo viário principal: a via XVII do *Itinerário de Antonino*, que ligava duas capitais conventuais – *Bracara Augusta* e *Asturica Augusta*” (REDENTOR, 2002, p.32). À época, este trecho representava um dos mais importantes caminhos para a difusão da cultura romana, funcionando em conjunto com as pontes, das quais são exemplos a Ponte de Pedra sobre o Tuela e a Ponte das Vinhas.

II.1. figura 7
Ponte romana “das Vinhas”, Vinhais



Grande parte das influências deste período, particularmente ligadas à produção agrícola, dão pistas de conhecimentos a resgatar, para para escutar a história oculta das mulheres transmontanas com a criação da *songline* de Inês de Jesus. É o caso da tradição de plantio do centeio, cultivado desde “tempos pré-históricos nesta faixa atlântica da península” (OLIVEIRA et al., 1995 [1972], p.15), cujo saber foi conservado e o conhecimento do seu processo de plantio transmitido de geração em geração, tendo chegado ao tempo da bisavó. Como foi a partir desta época que se sentiu no ambiente o impacto do plantio do cereal, da vinha e da oliveira, e estas culturas tinham exigências diversificadas, as mulheres começaram a repensar a sua interação com o território. Para além do centeio, também o vinho tinha um grande valor económico e social, tendo o crescimento do plantio da vinha e produção vinícola emergido em uníssono com a introdução do lagar de pedra e algumas tecnologias mecânicas. Estes eram lugares-do-saber muitas vezes também se usavam para a produção de azeite. Inicialmente eram escavados ao ar livre, redefinindo o território e mais tarde, como ainda sucedeu no tempo da bisavó, existiam no piso inferior das casas.

Talvez tenha sido graças à importância dada ao vinho e ao processo comunitário da sua produção que surgiu o corónimo Vinhais. Apesar de não haver certezas quanto à introdução do vocábulo, sabe-se que o registo mais antigo ronda o século XII. Neste caso, faz sentido afirmar que o nome diria respeito à região e não aos atuais limites administrativos do concelho, dado que a introdução da vinha foi transversal a todo o vale do Tuela. Apesar de atualmente ser um topónimo no concelho, antigamente Vinhais dizia respeito não a um lugar específico, mas a uma região com características socioculturais e paisagísticas comuns. Tal como se viu no resto da Península Ibérica, as alterações no sistema agrícola foram essenciais na consolidação dos povoados, assim como na passagem de saberes e desenvolvimentos culturais, presentes ainda nos dias de hoje na arquitetura e na paisagem.

Dependendo das culturas que cada comunidade plantava, deram-se dois processos distintos, um, mais raro, no qual os povoados de montanha continuaram a ser habitados e as comunidades se foram “adaptando ao *modus vivendi* romano, deixando vastos vestígios em castros” (MATOS, 2014, p.55) e outro no qual as estruturas pré-existentes foram abandonadas. Neste cenário, para que as comunidades vissem as suas necessidades básicas de alimentação preenchidas, as espécies que introduziram nos terrenos acima dos 700m já não eram suficientes. Assim, com o tempo, a evolução das explorações agrícolas - particularmente vinha e olivicultura -, a pastorícia e o crescimento do comércio contribuíram para que, paulatinamente, as mulheres comessem a descer a montanha, imprimindo novas paisagens.

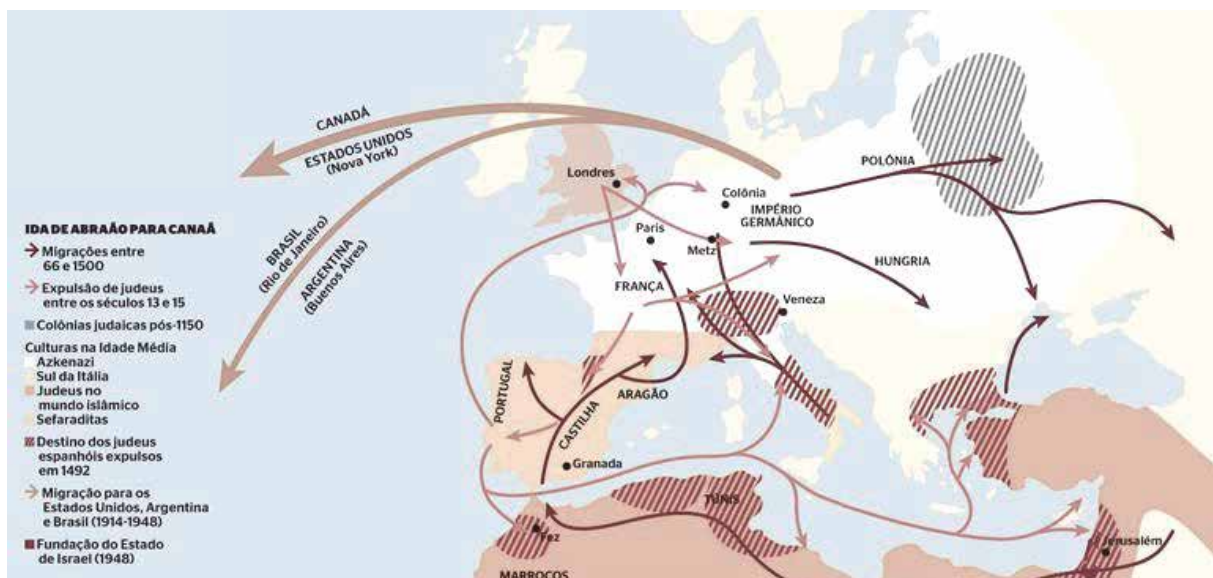
Este terá sido, provavelmente o caso de Nunes, dado que antes da romanização só se conheciam povoados nas imediações a cotas altas. Desta forma conseguiram garantir-se as condições de fertilidade e produtividade necessárias para a evolução agrária e crescimento da comunidade. A aldeia da bisavó terá feito parte de “uma rede hierarquizada de habitats em que se incluem *uici, mansiones, aldeias, uillae, casais* e povoados mineiros” (REDENTOR, 2002, p.31) nas quais o pão, o vinho e o azeite eram a base da nutrição da espécie. A mulher habitava agora abaixo dos 700m. Com o:

diáspora judaica

“declínio da dominação romana e as invasões sucessivas de bárbaros germânicos, toda a região se remete a um isolamento que haveria de durar muitos séculos, enquistando-se as comunidades sobreviventes com o reforço de relações comunitárias que ainda hoje se revelam em muitas aldeias (REDENTOR, 2002, p.56)

Este isolamento fez com que, o nordeste transmontano se mostrasse particularmente atrativo para as migrações judaicas que sucederam nos séculos seguintes. As conversões forçadas dos séculos XIV e XV que se viveram em Espanha e o nascimento da Inquisição trouxeram um clima de perseguição e medo para estas comunidades fazendo com que procurassem refúgio em Portugal. Agora, para além das propriedades físicas da paisagem, também os territórios administrativos formais entram em jogo, eles eram sinónimo da delimitação das zonas seguras para as mulheres migrantes. A Fraga dos Três Reinos (Moimenta), localizada a 1025m de altitude, representa um marco fronteiriço importante. É um elemento natural, uma pedra de grandes dimensões que pontua o espaço, assinalando o ponto de intersecção entre os limites administrativos de Portugal, Galiza e Castela/Leão. Para as mulheres judias, a passagem deste ponto ditava a entrada num território seguro. O país

II.1 figura 8
migrações da comunidade judaica na Europa ao longo dos séculos



foi recetivo ao acolhimento da comunidade judaica, permitindo que continuassem a praticar a sua fé. No séc. XVI, porém, os Autos de Fé em Portugal mudaram este cenário. As famílias que resistiram às conversões até então começam a procurar refúgio em terras mais discretas no interior e nordeste do país.



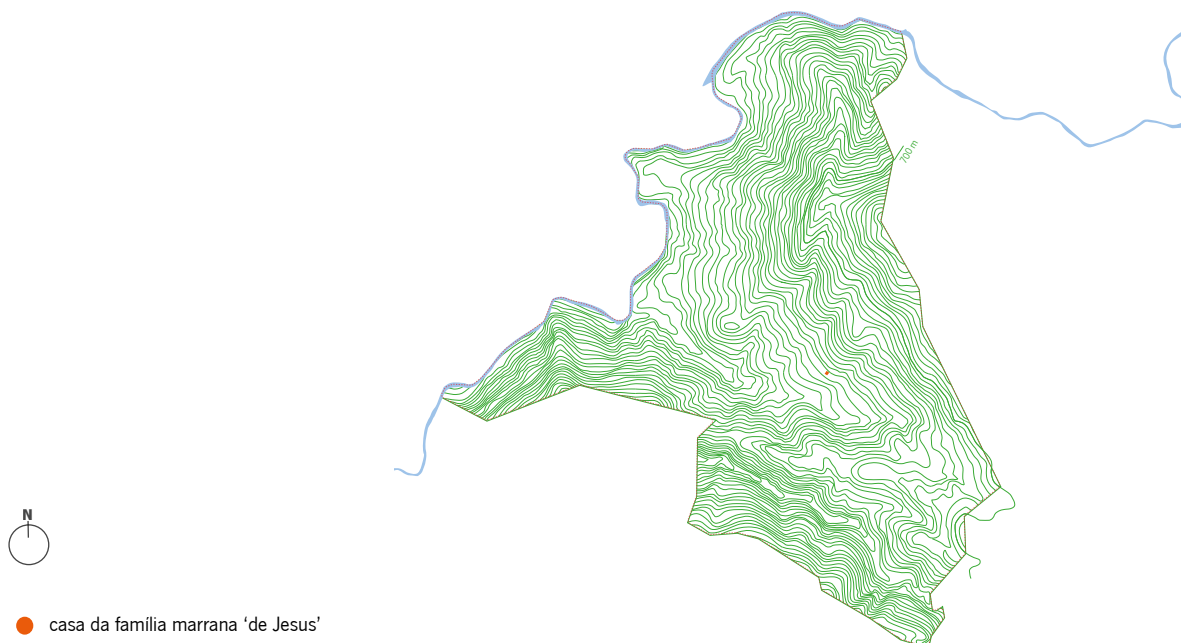
II.1. figura 9
Fraga dos Três Reinos

As montanhas transmontanas mostraram-se protetoras para esta minoria e, apesar de não se conhecer o número certo daqueles que emigraram para Nunes, sabe-se que Trás-os-Montes recebeu entre 50 e 120 mil judeus (PINTO, 2015). “Isso só foi possível em núcleos concentrados em aldeias com condições geográficas de semi-isolamento” (STEINHARDT, 2014, p.137), como era o caso de Nunes. É mencionado nas publicações do Conselho Geral do Santo Ofício de 1569 a 1821 que as “pessoas de Vinhais, por ser terra tão boida e onde todos serão judeus, por huma testemunha somente nos parece que se deve proceder a prisão, e assi se fes até gora com alguns dos passados e todos confessarão”, o que enuncia o clima de terror que estas comunidades viviam (PIGNATELLI, 2019). Neste cenário centenas de mulheres foram assassinadas, ora por serem acusadas de judias, ora por serem acusadas de bruxaria e práticas pagãs que iam contra os ditames da igreja católica.

Assim muitas mulheres viram-se forçadas a abandonar a sua fé, convertendo-se em cristãs-novas, ou a fingir fé cristã, emergindo o criptojudaísmo¹. Em todos os cenários se conservavam algumas tradições judaicas em casa, que na ausência de sinagoga, se elevava ao estatuto de templo. Era lá que se reuniam para juntas orar (PIGNATELLI, 2019). Neste, que conseguiu resistir até ao séc. XX, “ao contrário do que acontecia no judaísmo onde eram os rabis a fazer os

**criptojudaísmo e
“marranas”**

¹ judaísmo praticado em segredo, foi a estratégia que as comunidades judaicas arranjaram para conseguirem manter, num círculo fechado e íntimo, a sua identidade, cultura e religião



II.1 figura 10

mapa de contraste das zonas nas quais a mulher podia ser judia ou era forçada a demonstrar a fé cristã.

Apesar de não haver certeza quanto à data de construção da casa da bisavó Inês, descobri em conversa com mulheres de Nunes que a avó dela já nascera lá, na mesma casa.

É provável então que este tenha sido o espaço seguro para as ancestrais de Inês de Jesus praticarem a fé judaica.

ensinamentos, eram mulheres que através das orações que recitavam de cor, evitavam que a tradição se fosse empobrecendo” (PINTO, 2015, p.28). Estas dinâmicas inscrevem-se na paisagem, pelo nítido contraste que havia nas zonas nas quais a mulher tinha a liberdade de expressar a sua fé - como seria o caso, praticamente exclusivo, da habitação - e, no resto do território, no qual era obrigada a fingir uma fé cristã. Apesar da discerpância quando se tratava do trabalho agrário, a pressão religiosa acabava por ser menos sentida. A paisagem, com a sua ciclicidade universal, deixava margem para o encontro de calendários comuns entre as comunidades, que se traduziam nos ambientes. As mulheres até “festejavam os seus dias santos quando podiam e em datas erradas para criar algum tipo de confusão” (PINTO, 2015, p.28), muito facilmente se camuflavam no culto do pão herdado pelos romanos ou nas celebrações católicas. Não importava se era Hanucá ou Natal não importava a língua ou a cultura. Para as que plantavam a terra, era “o tempo do centeio” ou “o tempo da colheita”, ou “a sementeira”. Os saberes agrários ligaram diferenças étnicas, culturais, religiosas e sociais. Esta foi a paisagem integradora que se construiu em Nunes.

As descendentes das comunidades cristãs-novas e criptojudaicais, que chegaram até ao início do séc.XX, são chamadas marranas. (FERREIRA, 2021) Existem pistas que indicam que a bisavó possa ter descendido da comunidade marrana. Primeiro pelo apelido “Jesus”, clássico apelido usado nas famílias que se queriam mostrar como cristãs; segundo pela sua casa, como se verá ao longo do trabalho, se localizar na zona mais afastada do núcleo urbano, intitulada ainda hoje como “Rua do arrabalde”; e, por fim, pelo ofício da produção de alheira, que surgiu enquanto forma de resistência destas mulheres. Como não comiam porco, criaram um produto feito de frango e restos de pão que se assemelhava aos outros enchidos que as famílias cristãs tinham sempre em

em casa. Também o valor cultural do pão - essencial aos *sabats* - cresceu ainda mais: algumas fases e ferramentas do processo da sua produção eram vistas com simbolismo religioso, evocando a presença divina. Estas alterações marcaram profundamente as mulheres transmontanas a nível sociocultural. Emergiu a mistura das tradições cristãs locais com os costumes judaicos, colmatando numa herança cultural que se mantém até aos dias de hoje em Vinhais - a alheira, a bênção do pão e a produção artesanal de cuscus - e na tradição de passagem de conhecimento por parte das mulheres:

“ as características desse culto secreto afastavam-se, cada vez mais, das tradições judaicas originais, ao mesmo tempo em que absorviam outras do meio ambiente cristão, que, pelas suas origens na religião bíblica primitiva, supriam o esquecimento daquelas que tinham sido seguidas pelos seus antepassados. A transmissão era, sobretudo, matriarcal, pois eram as mulheres que estavam mais isoladas na intimidade dos seus lares, que se reuniam mais facilmente para as orações e as celebrações religiosas, e as transmitiam em segredo às suas filhas.” (in HA-LA- PID, 1928 citado por STEINHARDT, 2014, p.137)



II.1 figura 11

vestígio de estrela de David na entrada de uma propriedade rural no concelho vinhaense

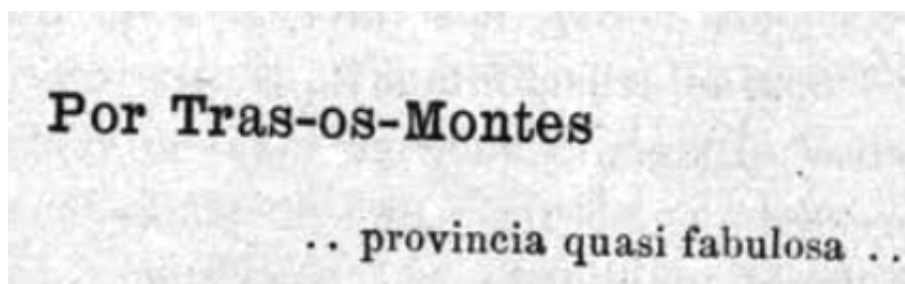
II.II Contributos para uma leitura da paisagem

primeiros estudos

A paisagem transmontana mostrou durante o seu desenvolvimento, traços de uma relação simbiótica entre a mulher e a natureza, na qual a humanidade era parte integrante da paisagem: cuidavam-se mutuamente. Existiram quatro movimentos de investigação a nível nacional que permitiram o entendimento dos diferentes papéis da mulher na sociedade, na paisagem e no desenvolvimento da arquitetura vernacular no período da bisavó. Em todos eles estava presente na descrição da energia telúrica, apesar de raramente mencionado, que a mulher tinha contribuído para as organizações sociais, urbanas e territoriais do contexto rural transmontano. O primeiro foi iniciado por José Leite de Vasconcellos (1858 - 1941) no final do séc.XIX e consistiu numa série de **estudos nas áreas da antropologia cultural, arqueologia, etnografia e etnologia**. Havia um grande fascínio no olhar da paisagem destes estudiosos.

II.II_ figura 1

expressão da primeira página do estudo de Leite de Vasconcellos: Por Trás-os-Montes. Percebe-se o fascínio que o arqueólogo tinha pela região, o que o levou a incentivar outros estudiosos a começarem a investigar sobre a zona.



Apenas em 1887, a arqueologia transmontana dava os seus primeiros passos, impulsionada por Vasconcellos. Começam então a surgir as primeiras referências bibliográficas locais (LEMOS, 2001). Em 1895, com a criação da revista *O Archeologo Português* e graças aos contactos e temas de interesse de Vasconcellos, criou-se uma forte e vasta rede de intelectuais a produzirem mais conteúdos sobre a área.

“De facto, entre sacerdotes, militares, professores, magistrados, médicos e ricos proprietários, ou seja no quadro de uma elite dispersa pelas cidades e vilas transmontanas, tinham-se multiplicado os eruditos e curiosos, que ora visitavam um sítio conhecido do povo pela sua antiguidade, ora, semanas ou meses depois, se deslocavam para registar o achado de uma epígrafe, ou de qualquer outro espólio.” (LEMOS, 2001, p.18)



II.II_figura 2
fotografias da obra de Leite de Vasconcellos "Por Trás-os-Montes"

etnografia transmontana

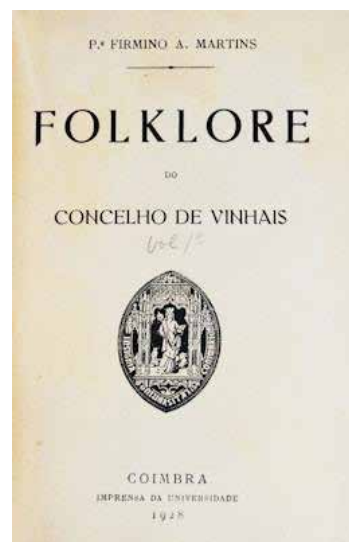
Este foi o caso do padre Francisco Manuel Alves, conhecido atualmente como Abade de Baçal (1865 - 1948). Era filho de lavradores transmontanos o que poderá ter contribuído para que para além da função clériga que desempenhava se tivesse interessado “desde cedo pelo património cultural da região, colaborando no projeto de criação do Museu de Bragança, estabelecido em sessão municipal de 4 de novembro de 1896” (FERREIRA et al., 2022, p.30). Este foi um projeto pioneiro na recolha e exposição do espólio cedido pelo Abade de Baçal relativo à pesquisa arqueológica e etnográfica que fazia na zona de Bragança.

Particularmente no território vinhaense, também Firmino Alves (1890 - 1965), anos mais tarde, teve um percurso semelhante, no que tratava o registo e investigação das idiossincrasias do contexto rural no qual cresceu. Para além de assinar com o nome próprio, utilizava também os pseudónimos de Guilherme Tell e João Serrano. Apesar de todo o seu trabalho ser essencial para o estudo do património local, a obra “Folklore do Concelho de Vinhais”, publicada em 2 volumes entre 1928 e 1939 destaca-se pela recolha das diferentes expressões artísticas e tradições orais que passavam de geração em geração, desde festividades religiosas, a canções, provérbios, lendas, etc. Todas estas manifestações socio-culturais são descritas com integração no quotidiano profundamente marcado pelo trabalho agrário.

Ambos os clérigos, para além da atividade religiosa e da dedicação das sua vida ao estudo, recolha e publicação relativa às suas terras natal - Bragança e Vinhais - dedicaram-se também à atividade política, tendo desempenhados diferentes cargos nas respetivas Câmaras Municipais e outras instituições públicas. Este fator terá influenciado o poder da divulgação do seu trabalho, marcando significativamente o conhecimento do património e paisagem transmontanos.

II.II_ figura 3

obras etnográficas relevantes para a leitura da paisagem transmontana do início do séc.XX



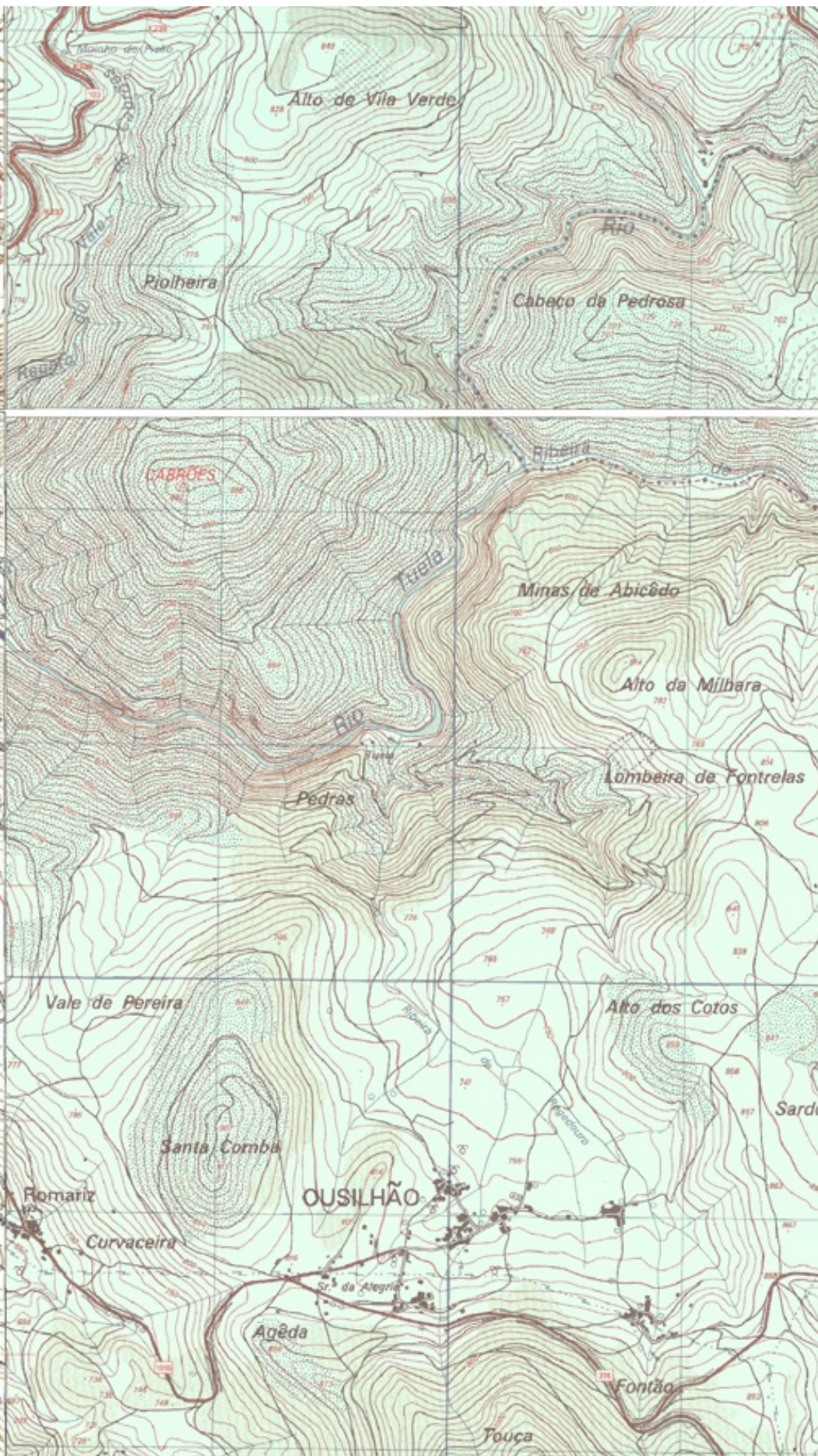
A informação recolhida, “pela multiplicidade dos temas que aborda, pela erudição que revela, pelas interrogações que levanta, pelo estudo e valorização permanente do património”, (BRANCO et al.s, 2013, p.9) mostrou-se essencial para o entendimento das idiossincrasias da mulher transmontana no início do séc.XX. O mesmo se passou com o estudo detalhado do geógrafo Vergílio Tabor da, em 1932. Segundo Orlando Ribeiro (1911 - 1997), o estudo deste autor é uma obra rara, “verdadeiramente clássica na composição e no estilo” (RIBEIRO, 1989, p.168). No livro para além da parte física, há um estudo detalhado da geografia humana no qual o trabalho agrário das mulher é relacionado com as estações e os provérbios populares relativos a cada uma. É salientado que a lavoura existe “com a família sem exclusão de mulheres e crianças” (TABORDA, 2011 [1932], p.171). Ainda nos estudos geográficos, Arnaldo Rozeira (1912 - 1984), com a sua obra “A Flora da Província de Trás-os-Montes e Alto Douro”, 1944, contribuiu com a recolha e estudo detalhado de todas as espécies autóctones da paisagem vinhaense no início do séc.XX.



II.II_ figura 4
Taborda casa transmontana

Já na década de 50 produziram-se as cartas militares usadas neste trabalho, essenciais para conhecer a vida da bisavó Inês. Apesar de não evidenciarem, à primeira vista, detalhes da vida rural transmontana, pela sua minúcia, contêm a informação necessária para perceber os caminhos que as mulheres de Nunes então faziam. Muitos desses caminhos, já não se encontram representados nos mapas mais atuais; no entanto, continuam marcados no terreno, como se essa memória ainda estivesse lá presente. Os dispositivos arquitetónicos e as características do terreno eram detelhadamente representadas e contribuem para uma leitura da paisagem em paralelo com a investigação social e antropológica, porque espacializam os cenários narrados nas outras investigações.





II.II. figura 5
montagem das cartas militares
de Vinhais, 1950

Foi também em meados do séc.XX que começaram a surgir, em diferentes âmbitos, os levantamentos de campo essenciais para o entendimento do quotidiano transmontano e da forma de habitar das mulheres rurais (FERNANDES, 2020). Os etnógrafos Fernando Galhano (1904 - 1995), Ernesto Veiga de Oliveira (1910 - 1973), Benjamin Pereira (1928 - 2020) e o geógrafo Jorge Dias (1907 - 1973) deram continuidade aos trabalhos de Leite Vasconcellos. O contributo destes foi crucial para questionar a ideia romantizada da casa rural que o regime formulou porque foram os primeiros a colocarem em causa os pontos de vista do Estado Novo, na forma como viam a paisagem.

meados do séc.XX

O mesmo se passou com o **Inquérito à Habitação Rural**, com Henrique de Barros (1904 - 2000) na coordenação, entre 1942 e 1946, no qual se registaram as condições financeiras, de saúde e higiene das populações rurais. Apesar de ter surgido a cargo do Instituto Superior de Agronomia, e da ligação destes com as políticas do Estado Novo, mostrou-se uma grande arma de combate ao movimento político do qual teve origem.

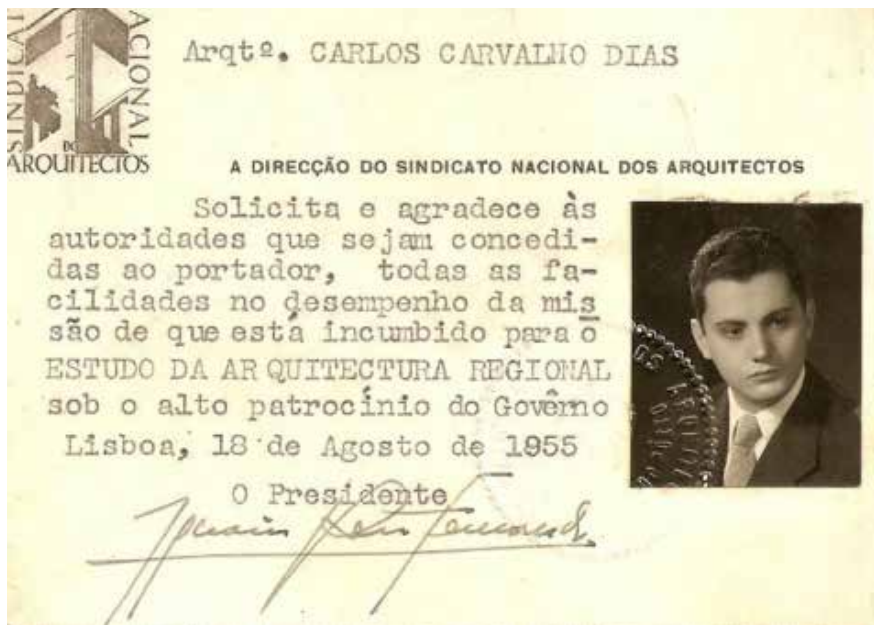
Como o conhecimento das condições de habitação das comunidades rurais em Portugal, à época, ainda estava a emergir, esta acabou por trazer o primeiro grande levantamento da habitação rural portuguesa. (LEAL, 2000). Ao dar um amplo foco à interação do território com a casa rural e à arquitetura enquanto espelho das condições essenciais para o funcionamento da economia de subsistência e do sistema agrário, acabou por caracterizar a paisagem e a habitação rural, de uma forma que entrava em conflito ideia decorativa da casa portuguesa.

“Nesta a habitação era olhada do exterior de acordo com um código visual dominado pelo aguarelismo etnográfico, no Inquérito à Habitação Rural ela é mostrada, a partir de dentro, de acordo com o que pode ser visto, é certo, mas sobretudo, de acordo com o que pode ser sentido e cheirado – o ar que não circula, os cheiros das estrumeiras, etc... – e de acordo com o que pode ser contado e inventariado – os utensílios domésticos, as roupas, etc...” (LEAL, 2000, p.66)

Por consequência, os engenheiros agrónomos, ao contrário do fascínio com o qual Vasconcellos, Veiga de Oliveira e outros que também falavam com a comunidade viam na paisagem, as condições de habitabilidade e construção da paisagem das mulheres transmontanas foram interpretadas como um cenário tão miserável, atrasado e insalubre que devia ser urgentemente modernizado (LEAL, 2000). O que é certo é que ambas as investigações contribuíram para que a oposição ao regime obtivesse a informação necessária para contestar a

imagem da habitação fictícia que Estado Novo tentava formular. Ramos da Costa (1913-1982) lança o “Inquérito à Habitação Rural. Crítica à Obra” e, em 1948, dá-se o I Congresso Nacional de Arquitectura que “teve um papel destacado no combate à casa portuguesa” (LEAL, 2000, p.61). Consequentemente, as divergências ideológicas, culturais e políticas que se viviam em Portugal influenciaram, progressivamente, as leituras que se faziam do dia-a-dia das mulheres na paisagem rural.

O **Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal**, realizado entre 1955 e 1960, sob organização do Sindicato Nacional dos Arquitectos Portugueses, passou também pela Terra Fria, numa busca de novas versões da habitação rural. A equipa responsável pela zona 2 “Trás-os-Montes e Alto Douro”- Octávio Lixa Figueira (1922 - 1986), Arnaldo Araújo (1925 - 1982) e Carlos Carvalho Dias (1929 - a.) -, conseguiu “contrariar as tendências nacionais e governamentais da “casa portuguesa”. Os arquitetos pretendiam demonstrar que em Portugal não existia uma “arquitetura” mas sim várias e diversificadas arquiteturas” (FERNANDES, 2020) que emergiram de uma profunda relação com o território.



II.11. figura 6

identificação de arquiteto Carlos Carvalho Dias que lhe permitia ter mais fácil acesso ao contexto rural transmontano, 1955

Também na segunda metade do séc.XX, a fotografia assume um papel fundamental no registo do modo de vida enunciado pelos Inquéritos e das inscrições que as mulheres foram fazendo, progressivamente, no território. Artur Pastor (1922-1999) fotografou várias mulheres transmontanas a desempenharem trabalhos agrícolas, de pastoreio e também de fiação. No trabalho dele encontrei, mais uma vez, a bisavó. Aí, ela aparecia, ora criança, ora adulta, por vezes a tecer, por vezes a trabalhar nos outros ofícios que desempenhava.

Havia vida e empoderamento naquelas imagens e pelo simples registo das atividades praticadas. Nelas eu lia a vida das mulheres: havia o corpo, a fauna, a flora, o território, a arquitetura, a dimensão social... Com o olhar da lente produziram-se registos visuais da comunidade e começou-se assim a criar, de uma maneira mais equânime, um imaginário visual do ser mulher da época.

No seu dia-a-dia a mulher tinha um papel fundamental na construção da paisagem e se à época isso não foi reconhecido, agora, graças também aos registos fotográficos e memórias daquelas que ainda são vivas, pode e deve ser debatido. Tive esperança e as fotografias começaram a ser um recurso que evidenciava aquilo que eu suspeitava: que a bisavó foi muito mais do que uma fiadeira. Foi uma mulher, e sê-lo significava muito mais do que a história patriarcal nos contava. Apesar de no tempo da bisavó, a mulher ser socialmente dependente do homem, e de existirem normas que faziam com que “elas” tivessem uma posição inferior, quando se tratava de trabalhar a terra, no universo rural, ambos os géneros partilhavam a mesma importância. Isso transcendia o estereótipo da fiadeira. Trás-os-Montes foi, neste sentido, exemplo de uma profunda aceitação do equilíbrio dinâmico entre o género masculino e feminino, evidente na forma partilhada como o trabalho comunitário se desenrolava.



II.11. figura 7
crianças a pastorearem em Trás-
-os-Montes, 1950/60



II.II_ figuras 8
mulheres a lavar a terra e menina
a buscar água na fonte, 1950/60

II.III Ecosistema de produção

resiliência

Nunes era uma aldeia de produção. O rio Tuela foi o elemento essencial ao desenvolvimento desta comunidade, a “localização perto de cursos de água, capazes de promover terras regadas tanto para a agricultura como para o pasto dos animais” (CAPELA, 2006, p.26) contribuiu para o desenvolvimento agrícola e garantiu, continuamente, recursos alimentares. No tempo da bisavó, as mulheres mantinham uma relação forte com este elemento do terreno para lavarem a roupa da família. Elas cresceram no cenário “muito pouco próspero que o país vivia à época. Portugal tinha todas as características de clima, solo e saberes da terra que o poderiam tornar uma nação bem sucedida, no entanto, a pobreza era atroz” (CARVALHO, 2017, p.34). Para além disso, as condições climáticas no território vinhaense eram rigorosas, o trabalho da terra duro e precário, e as políticas nacionais exacerbavam a miséria dos contextos rurais... a única opção de sobrevivência para aquelas que lá viviam foi mostrar resiliência através do desenvolvimento de comunidades autosuficientes. Os elementos fundamentais da economia eram o pastoreio e criação de gados, e a cultura cerealífera: maioritariamente o centeio, com menos expressão a cevada, para consumo familiar e, muito raramente o trigo (OLIVEIRA et al., 1995 [1972]). O centeio era a cultura de eleição, pela sua capacidade de resistência às baixas temperaturas do Inverno e secas do Verão.

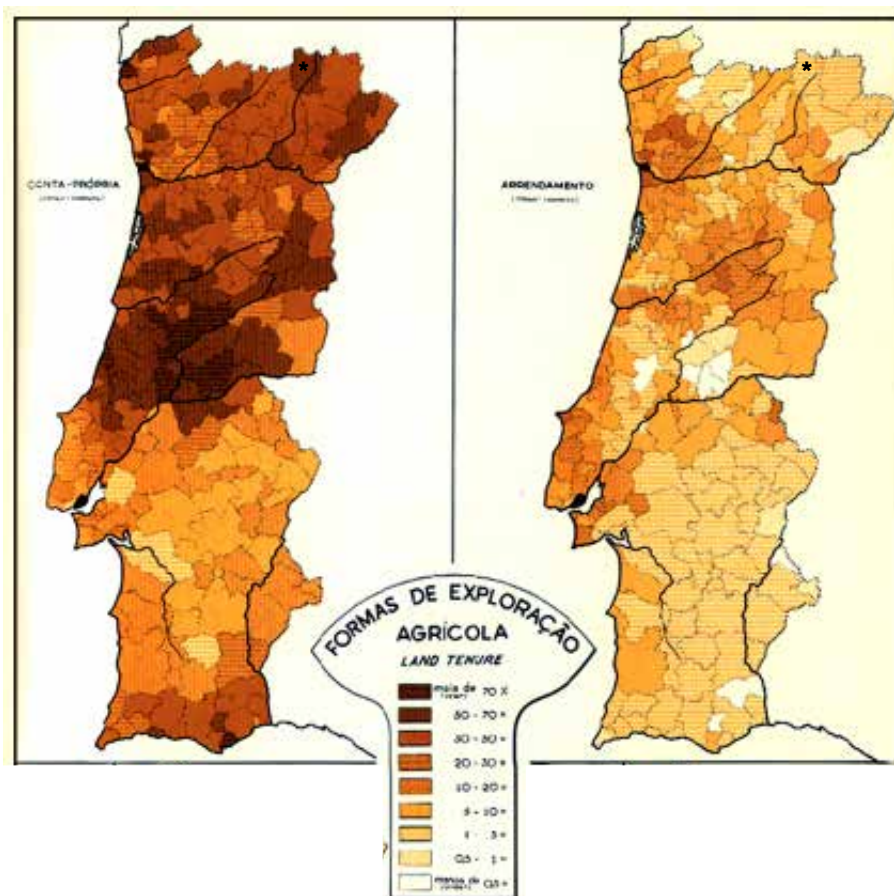
II.III_ figura 1
mulher transmontana a lavar
no rio,



No concelho de Vinhais, como mostram os estudos do geógrafo Amorim Girão (1895 - 1960), a maior parte das explorações agrícolas (entre 50% a 70%) era feita por conta-própria, nos terrenos de quem possuía as terras. Dentro do

cenário de pobreza generalizada, apenas uma minoria de 1% a 5% arrendava terreno para produção agrária, tendo que pagar avença à proprietária. O pagamento fazia-se normalmente com troca direta das espécies cultivadas como cereal, pão, grão, batata ou gado. Esta era a única forma que as mulheres que plantavam em propriedades arrendadas conseguiam assegurar habitação e terreno para plantio ano após ano, garantindo a sobrevivência da família. Ainda assim, “o pouco que a terra dava, quando por acaso os temporais a poupavam e não destruíam a sementeira, tinha de ser partilhado” (CARVALHO, 2017, p.18) com o padre e o médico, uma vez por ano. O que sobrava da produção era então usado para autoconsumo na família, contribuindo para a manutenção e expansão da força de trabalho.

Estas condições faziam com que a equidade no trabalho quotidiano fosse também visível na economia. A realidade é que as condições eram tão precárias que a única opção foi a de os se géneros unirem na construção da paisagem para sobreviverem. “*Que a terra mantenha os habitantes, eis o que importa.*” (TABORDA, 2011 [1932], p.129) A produção agrária era livre da hierarquia, todas trabalhavam em cooperação e entre-ajuda. Dai a contradição que havia entre o papel ativo da mulher nos processos de plantio e pastoreio e o papel passivo que socialmente a colocava numa posição inferior ao homem. Nas aldeias, entre as mulheres, o usual era haver uma troca de bens direta. O dinheiro era pouco ou nada usado, produtos agrícolas e animais,



II.III_ figura 2
 mapa de formas de exploração agrícola em Portugal, 1941

produzidos por toda a comunidade eram usados como moeda. Se numa família havia nabo em abundância, trocava-se por ovos... A prioridade da força de trabalho que garantia a constante sobrevivência da comunidade era a autosuficiência, alimentar a família.

II.III_ figura 3
duas jovens na apanha da batata
em Trás-os-Montes, 1950/60



eco-acção

É notável, como no início do séc.XX o contexto rural transmontano, assim como outras “formas de vida e culturas mais tradicionais”, apresentavam uma desenvolvidíssima consciência ecológica (CAPRA, 1986, p.39). Esta dimensão sustentável, na atualidade, muito pode contribuir para estimular a reflexão colectiva e construção de soluções para a relação da nossa espécie com o meio integrante, devendo ser observada com muita atenção. Para tal, os usos e ofícios das mulheres na definição do ecossistema e a forma de viver articulada com a natureza, sociedade e o meio ambiental, devem ser entendidos enquanto *eco-acção* (CAPRA, 1986, p.35). A *eco-ação*, segundo Fritjof Kapra (1986), é toda a atividade que o ser humano tem com consciência ecológica e em harmonia com a natureza. Três elementos fundamentais a considerar na *eco-acção* no contexto em análise são: o espectro ambiental, a comunidade e a equidade género.

A nível ambiental, os diferentes papéis da mulher na sociedade, particularmente na forma como o dia-a-dia rural se desenrolava, traçavam



II.III_ figura 4

grupo de mulheres na apanha da batata em Trás-os-Montes, 1950/60

organizações sociais, urbanas e territoriais que, no que diz respeito à conservação da fauna e flora locais, devem ser modelos a observar. Isto só era possível graças ao grande sentido de comunidade que se vivia nas aldeias, colmatando numa gestão colectiva do trabalho da terra. Tudo o que significasse partilha, desde o uso de lugares-do-saber à execução dos ofícios, era deliberado em praça pública. “Quer o pastoreio dos rebanhos comunitários, as atividades agrícolas, as vezeiras, quer a responsabilidade pelo forno ou pelo boi do povo eram atividades incluídas no sistema rotativo das vezes” (CAPELA, 2017, p.62).

As parcelas, à excepção das hortas, eram maioritariamente usadas por todas e o gado pastoreava livremente pelos terrenos, independentemente da dona. (CAPELA, 2005). As estruturas sociais baseavam-se em conselhos de vizinhas, nos quais cada casa era representada por uma mulher. Juntas “entregues a si, num meio difícil, conseguiram suplantá-lo unindo-se como família” (Associação dos Arquitectos Portugueses [AAP], 1988 [1961], p.144). Foi dessa forma que, paulatinamente, se aumentou a valorização da produção agrária e a comunidade uniu forças para sobreviver.

“Mais do que em qualquer outra área portuguesa, em Trás-os-Montes são muito frequentes e expressivas as manifestações em que transparece um forte sentido de vida colectiva, de solidariedade vicinal

e de coesão social, aliás de fundas raízes históricas, como vestígios de organizações comunitárias de tipo pastoril (ou agro-pastoril) de origem presumivelmente pré-romana, e que se apoiava nas condições naturais da região.” (OLIVEIRA et al., 1995 [1972], p.9).

No espectro da equidade de género, entende-se que mulher e homem usaram os seus atributos distintos para ter um papel ativo na transformação do território. Assim, contar a parte da história das mulheres, do ponto de vista da *eco-acção*, anda de mãos dadas com a ideia de género. Por forma a superar as condições de vida adversas, foi necessário tirar o melhor partido de cada um deles. Assim, a maior parte do trabalho no campo era feito por mulheres e homens, enquanto outras tarefas marcavam uma divisão que tirava partido das respetivas potencialidades, reconhecendo em cada momento a importância de ambos para a sobrevivência comum. Era a mulher que, ao viver e trabalhar com abrangência transversal e holística, transformava a natureza e a paisagem de uma forma harmoniosa. Se na definição da paisagem a mulher integrava o processo telúrico conseguindo criar *eco-ação*, então, abre-se espaço para debater sobre o contributo que a equidade de

II.III_ figura 5
mulheres a trabalharem na
sementeira em Trás-os-Montes,
Artur Pastor



gênero no trabalho da terra pode ter tido para a construção de ecossistemas mais equilibrados, quer na esfera ambiental, quer na esfera social. Contribuirá a equidade de gênero para a eco-acção? Será a equidade de gênero uma chave-mestra para um futuro mais sustentável?



II.III_ figura 6
comunidade transmontana após
trabalho nas terras de centeio

A *eco-acção* em Trás-os-Montes mostra como as comunidades conseguiram, no passado, uma relação harmoniosa com a natureza. Como tal dá-nos pistas que podem auxiliar a mulher a reconstituir, contemporaneamente, essa articulação. “A compreensão dos ecossistemas é dificultada pela própria natureza da mente racional. O pensamento racional é linear, ao passo que a consciência ecológica decorre de uma intuição de sistemas não-lineares” (CAPRA, 1986, p.38). A população de Nunes, ao longo do tempo, construiu um ecossistema a partir desse conhecimento empírico e trato holístico e não-linear de todos os fatores que influenciavam o território. Assim, daqui em diante, os aspetos tratados neste trabalho ao analisar a paisagem de Nunes, focam-se nos lugares-do-saber e na interação da mulher com o território a partir da ideia de *eco-acção* e do impacto positivo que esta forma de vida tinha na construção do seu ecossistema. Faz sentido, então, ler a memória de Inês de Jesus da perspetiva do contributo da *eco-acção* comunitária para a manutenção do seu equilíbrio dinâmico.

Assim, face à urgência de mudarmos a nossa consciência ecológica, mostra-se pertinente estudar este tipo de comunidades enquanto *songlines* tendo em conta a importância da conservação e da transmissão de conhecimentos que a prática demonstra. A escala das aldeias era reduzida por uma questão de gestão da produção agrícola. Só havia espaço para as bocas que se conseguiam alimentar (AAP, 1988 [1961]). No início do séc.XX a média da densidade populacional do território vinhaense era de 26 habitantes por km². Nunes, em

povoamento

1920, tinha 278 habitantes, superando o número médio do concelho, que seria 221 habitantes. A disposição das habitações, localização estratégica dos edifícios partilhados e desenho dos arruamentos refletiam a economia de subsistência, a simultânea harmonia e confronto com a natureza, assim como um forte sentido de entre-ajuda.

Densidade da população por concelhos em 1864, 1890 e 1920

Concelhos	1864	1890	1920
Bragança :			
Alfândega da Fé.	27	24	24
Bragança	23	24	25
Macedo de Cavaleiros.	24	26	26
Miranda do Douro	18	20	22
Mirandela	26	31	27
Mogadouro	19	21	21
Vimioso	20	19	22
Vinhais	27	21	26

II.III_ figura 7
densidade populacional no distrito de Bragança segundo o estudo geográfico de Vergilio Tabora

No caso de Nunes, foi na orientação perpendicular ao talvegue do rio, encaixada na topografia, que se estruturou a via principal, no seu curso aglomerando casas e terrenos agrícolas justapostos. A visão partilhada da terra e o sentido de responsabilidade no seu tratamento refletiam-se na estrutura da aldeia e organização do seu núcleo habitacional. A dimensão dos núcleos urbanos era enunciada “pela escala da rua ou, mais especificamente, pela escala resultante do volume que se sente construído e do espaço residual aberto” (AAP, 1988 [1961], p.177). Era a partir desta que a vida da aldeia se desenvolvia, consoante os trabalhos a desempenhar em cada altura do ano e as culturas em sementeira ou colheita nesse período.

habitações

As habitações eram unifamiliares e agrupavam-se em blocos (OLIVEIRA et al., 1995 [1972]) concentrados na proximidade da igreja, vistas de longe pareciam “ter um telhado único e corrido” (OLIVEIRA & GALHANO, 2003, p.137). Esta forma das casas se justaporem exprimia a aliança humana contra o rigor climatérico e um modo produção agropastoril e uma economia de subsistência que apenas era possível pela força da *eco-acção*.

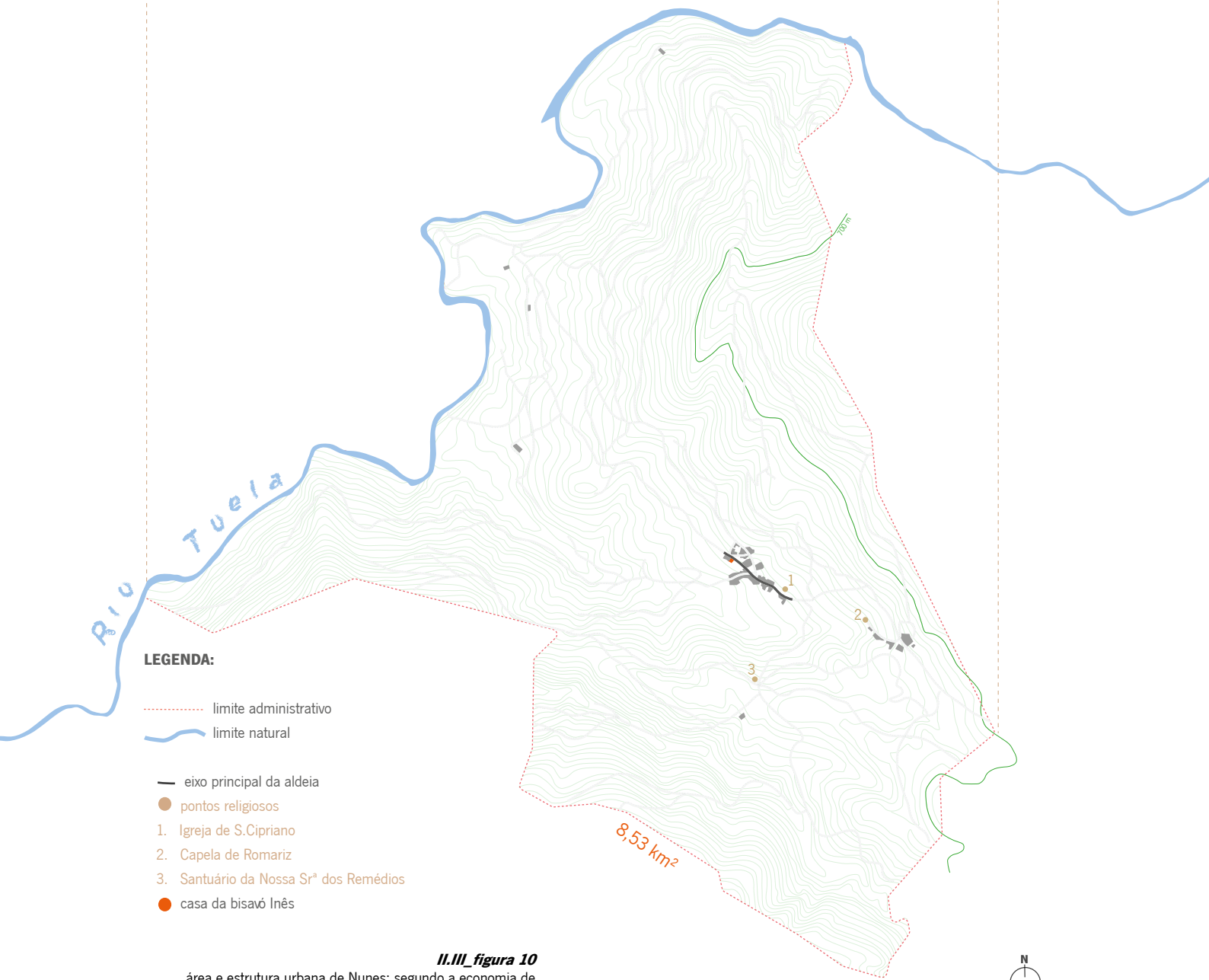
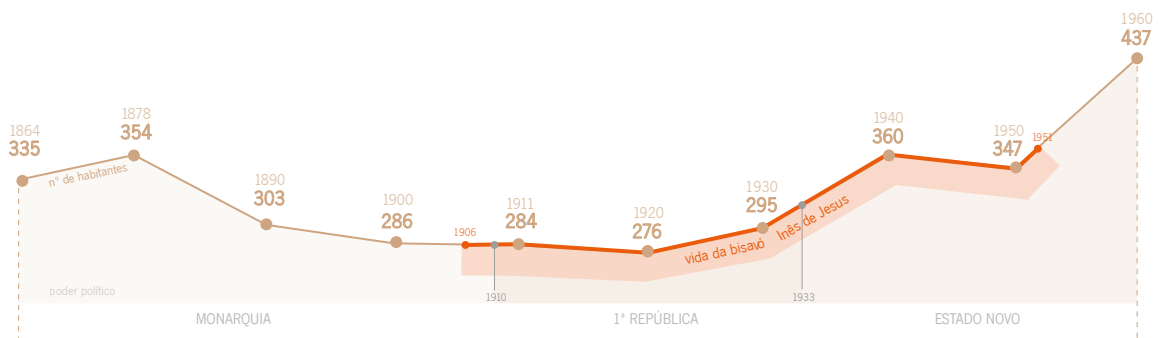
“A aglomeração parece por um lado relacionar-se com a exploração extensiva de cereais em terras secas e em campos abertos e afolhados, e por outro com a pastorícia de gado miúdo em grande escala – duas formas económicas que não se regem apenas por iniciativa particular e requerem uma acção conjunta” (OLIVEIRA E GALHANO, 2003 [1992]p. 125)



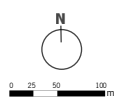
II.III_ figura 8
paisagem de produção agrícola de
Nunes, 2020



II.III_ figura 9
telhados ilustram o modo de
vida comunitário das aldeias
transmontanas, 1961



II.III. figura 10
 área e estrutura urbana de Nunes: segundo a economia de subsistência o nº de habitações era proporcional ao nº de bocas possível de alimentar com as terras de plantio à disposição (Dados: Instituto Nacional de Estatística)



“Em Trás-os-Montes estes motivos sublinham vigorosamente a realidade histórica: a aglomeração exprime a própria organização comunitária, que pressupõe o bloco dos vizinhos deliberando no seu conselho acerca de trabalhos comuns, edifícios do povo e rebanhos colectivos” (OLIVEIRA & GALHANO, 2003 [1992], p.125). Abundam exemplos de lugares-do-saber do povo, como os fornos, eiras, lagares, moinhos, etc. Estes ligam-se a uma rede de percursos que atravessa todo o território, intercalando com os terrenos agrícolas e cruzando as linhas de água. O desenho desses caminhos de terra foi feito à medida que se iam explorando os terrenos e consoante a necessidade de acesso a determinadas parcelas. Em Nunes, no extremo este da rua principal da aldeia existia a igreja de S. Cipriano que tinha uma grande importância social, não só pela sua sacralidade mas também por ser normalmente no espaço público adjacente que as mulheres se encontravam antes e depois das práticas religiosas.

Todos estes aspetos contribuem para que Nunes seja uma paisagem cultural complexa. Gonçalo Ribeiro Telles (TELLES, 2004) afirmava que a paisagem é tão mais rica quanto mais polivalente, e neste cenário é clara a variedade de recursos, ofícios, lugares-do-saber, parcelas e usos. Essa polivalência enriquecia a paisagem. Assim, para construir a *songline* da bisavó Inês, os aspetos tratados no trabalho, ao analisar a paisagem de Nunes, focam-se nos lugares-do-saber e na interação da mulher com o território.

II.III_ figura 11

representação da paisagem vinhaense na revista “Ilustração Portuguesa”, 1911







III. O pão do povo habitar a paisagem	57
III. I Organização Agrária	59
pão de centeio	59
mercado local	60
sistema de produção	61
III. II Arquitetura de produção	67
dispositivos anónimos	67
espaço público	68
forno “do povo”	70
sistemas de abrigo	71
III. III A Casa Transmontana	76
linhas gerais	76
tipologias	79
divisão interior	80
zona umbral	81
a cozinha	84
o forno	85

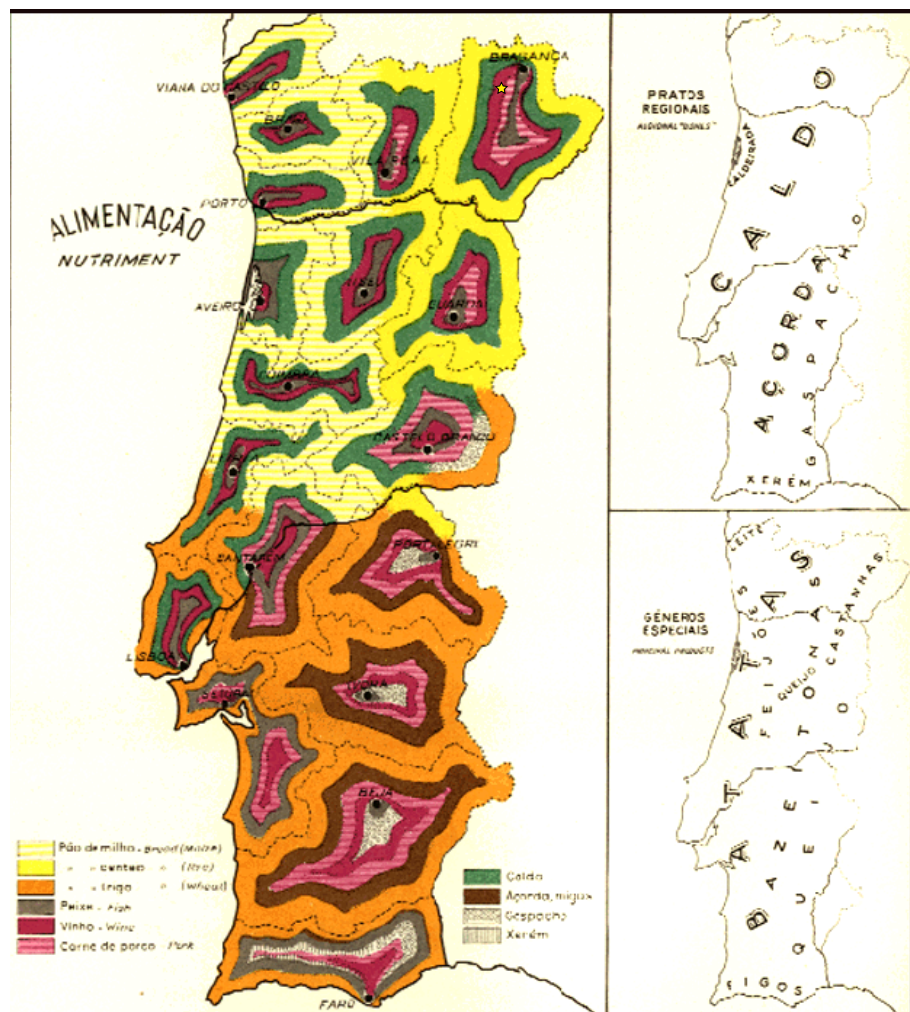
III_ figura 1

mulheres a venderem pão numa
feira em Trás-os-Montes, 1950/60

III.I Organização agrária

pão de centeio

No início do séc. XX a alimentação em Trás-os-Montes baseava-se no consumo de pão, caldo, carne de porco e vinho. Tudo de produção local. Segundo AGUIAR (2013) o pão de centeio era o pilar na família típica transmontana, representando 80% a 90% da alimentação das trabalhadoras da terra. O pão de trigo tinha pouca expressão, sendo usado apenas em alturas festivas. Cada mulher consumia uma média anual de 177kg de pão o que na verdade dita que “a produção média anual (ca. 24.000 t) não chegava para cobrir as necessidades (25.630 t)” (AGUIAR, 2013, p.24). Na prática a maioria do cereal plantado ficava nas aldeias para produção de pão e alimentação animal e pouco chegava ao mercado.



III.I figura 1
mapa dos diferentes tipos de
alimentação nas regiões
portuguesas, 1941



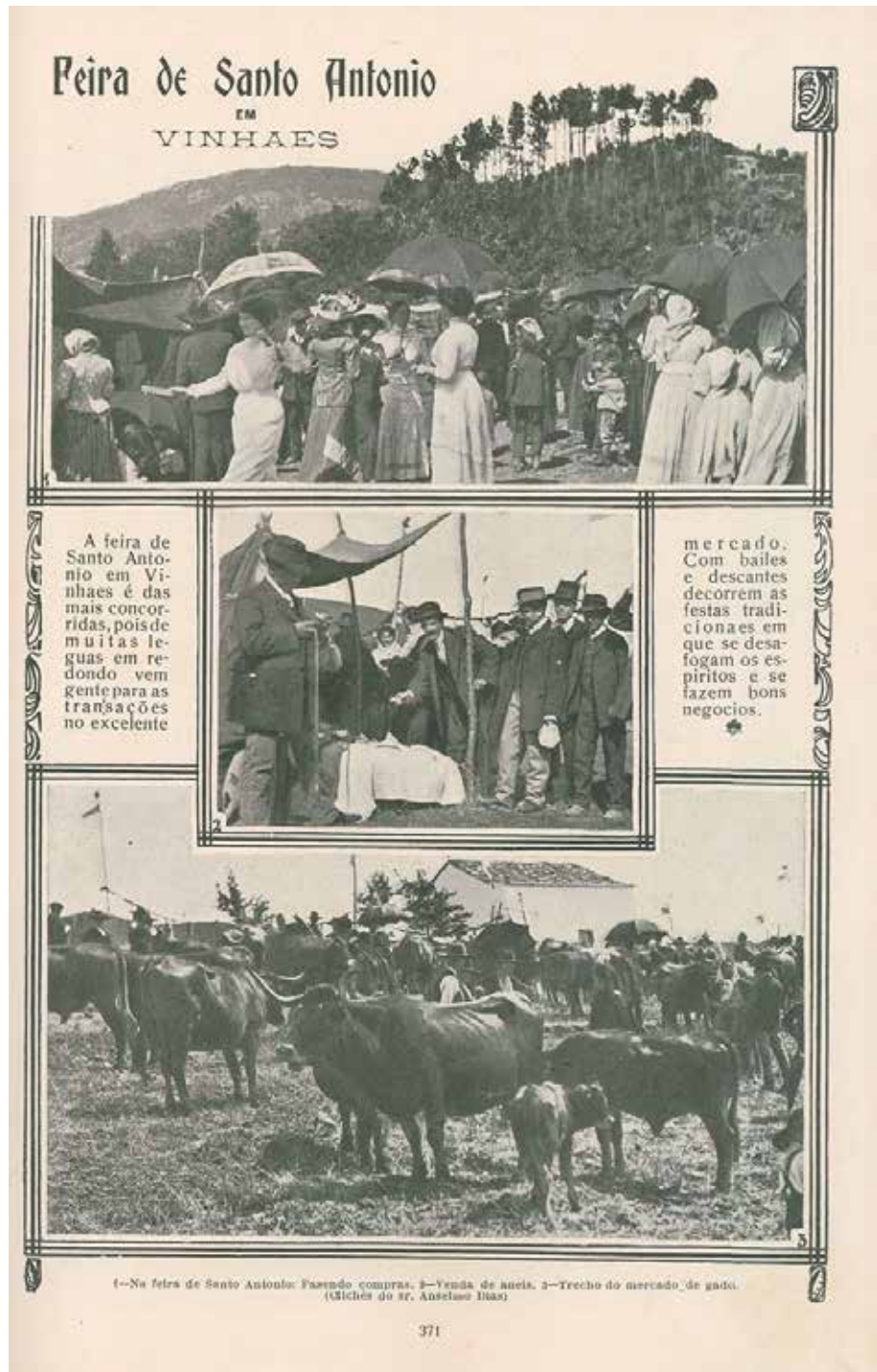
III.1 figura 2
mulheres a venderem pão numa
feira em Trás-os-Montes,
1950/60

Para além de os mercados serem pontuais, com as trocas, avenças e autoconsumo sobrava muito pouco. A maior parte das trocas comerciais aconteciam dentro da comunidade diretamente com as culturas plantadas e apenas algum gado, fumeiro, e a castanha eram mais comercializados. A batata era das poucas culturas que se produzia com perspetiva de exportação, tendo este fenómeno aumentado ao longo do tempo.

Fora das trocas na aldeia as mulheres vendiam os seus produtos em Vinhais, na feira de santo António, um dos eventos mais importantes do concelho. Era uma feira de gado particularmente impactante na comunidade local por ser das poucas ou mesmo única oportunidade para comercializar as pequenas produções. Acontecia no início de Setembro no centro da vila, em simultâneo com as celebrações religiosas do santo de nome homónimo. Por atrair muita gente, acabou por se tornar um sucesso na Terra Fria Transmontana começando a ser vista como um ponto estratégico para as agricultoras, artesãs e produtoras de gado e fumeiro se reunirem no primeiro Domingo do mês de transição entre o Verão e o Outono. Apesar de ser uma feira de gado, as mulheres podiam vender pão e as culturas que sobravam do consumo familiar.

mercado local

III.1 figura 3
 artigo da revista "Ilustração
 Portuguesa" sobre a feira de
 gado (Feira de Santo António) de
 Vinhais, 1911



sistema de produção

A produção cerealífera destacava-se no sistema agrário e a relação desse plantio com a economia de subsistência expressava-se na paisagem, pelas organizações territoriais que acabava por desenhar. O sistema era de pousio, constituído por áreas florestais e de uso agrícola e tinha como grandes vantagens, em comparação com outras estratégias, de aproveitar ao máximo a fertilidade da terra gerando produção contínua, para além de controlar o crescimento de espécies invasoras. As **terras de monte** localizavam-se na parte superior da secção topográfica e caracterizavam-se pela presença de afloramentos

rochosos, superfícies acidentadas, preponderantemente convexas, e cabeceiras de cursos de água. Eram, do ponto de vista do sistema de produção agrícola, terrenos baldios arborizados e localizavam-se mais distantes dos núcleos urbanos das aldeias do que os espaços agricultados. Neste lugar-do-saber a topografia era irregular e os solos pobres e desgastados pela erosão das águas e do vento. As espécies nativas que constituíam este lugar-do-saber tinham também uma função no sistema de produção agrícola local. Era dos carvalhos, azinheiras, carvalho cerquinho, do videiro e do sobreiro que as mulheres recolham bolotas para serem usadas como fertilizante para as terras agricultadas. Para além das árvores, abundava nestes terrenos vegetação arbustiva nativa composta por giestas, trovisco, rosmaninho, esteva, tojos, sargaço, carqueja, urzes e roseiras bravas. A toponímia utilizada no meio rural para referenciar as espécies variava em cada aldeia e era completamente distinta dos nomes comuns aqui citados. Fazia parte do ‘Falar Transmontano’ e enunciava a riqueza do conhecimento empírico do território por parte comunidade. Com os seus próprios modos e dizeres, usavam palavras relacionadas com a fauna, a flora, as condições climatéricas e dispositivos arquitetónicos que espelhavam a importância do sistema agrário¹. Estas expressões eram muitas vezes incompreensíveis para quem não tivesse crescido naquele contexto, como é evidente no “Glossário do Falar Transmontano”, (presente nas páginas 118-128).



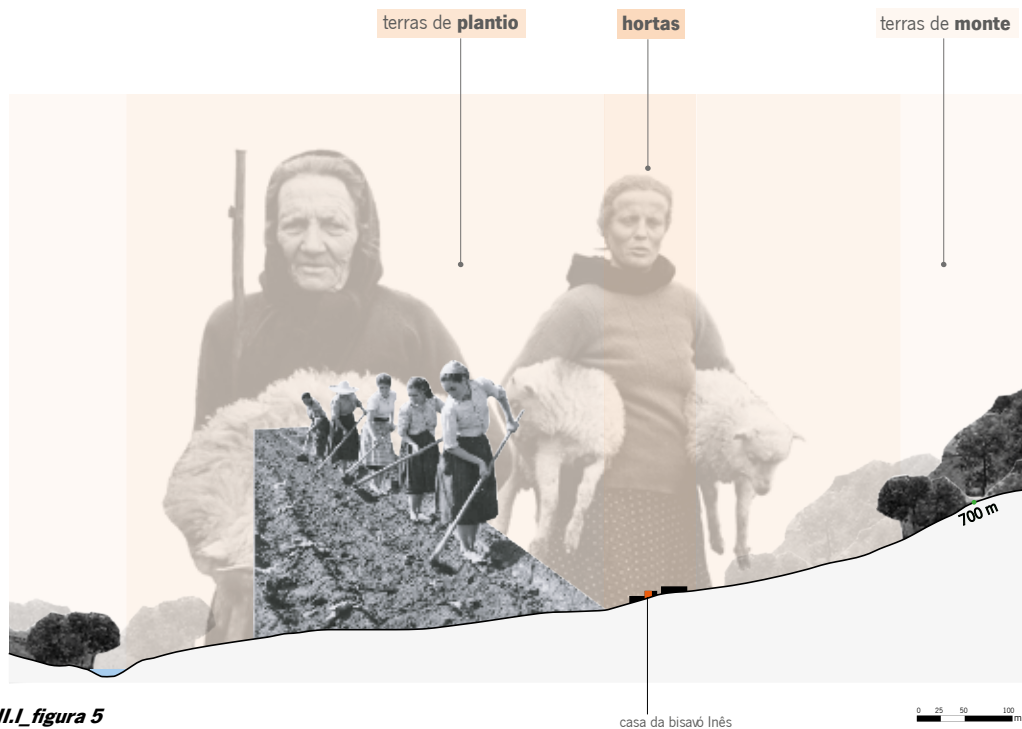
III.1 figura 4

sementeira do centeio nas terras de plantio

Nas cotas mais baixas ficavam as **terras de plantio**. Era a zona mais fértil da aldeia, usada para a agricultura. Utilizava-se o alqueive com plantio de cultura cerealífera nos terrenos de meia-encosta e no sopé dos montes, mais próximo do rio Tuela. O centeio era a cultura de eleição e como neste lugar-do-saber se acumulava a água, os nutrientes e os sedimentos provenientes da erosão das terras de monte, localizadas nas cotas mais elevadas as condições para uma

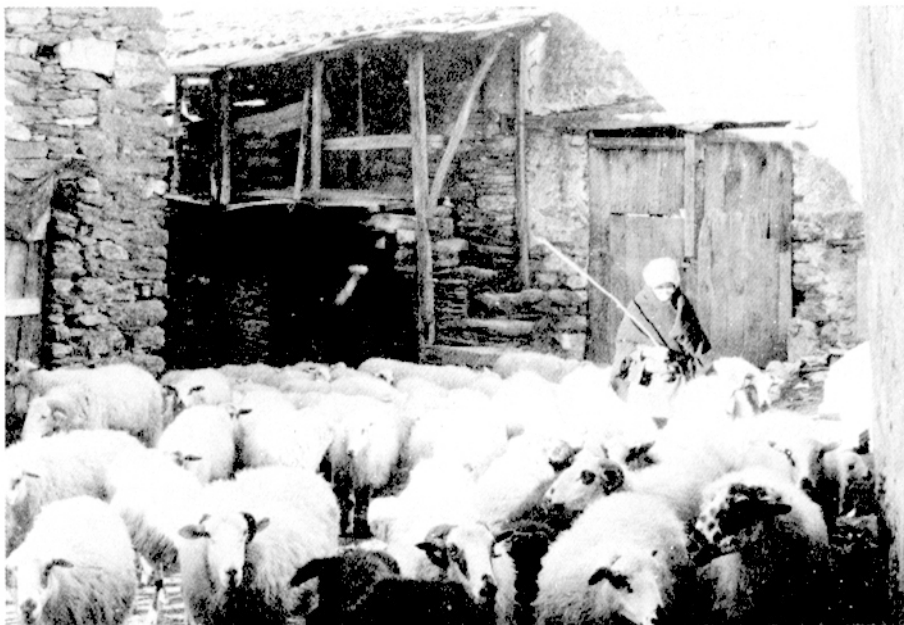
produção próspera do pão “do povo” eram garantidas, restando apenas a fé de que as condições climáticas do ano fossem generosas com as plantações.

Os terrenos eram divididos em folha do pão e contrafolha, uma em cultivo e outra em pousio, repetivamente. No caso de Nunes, e de outros contextos com forte sentido comunitário, essa divisão fazia-se “num, ou, mais correntemente, vários, grupos de duas folhas para toda a povoação” (OLIVEIRA et al., 1995 [1972], p.16) Anualmente a população semeava toda na(s) mesma(s) folha(s) e, após a colheita, dividia-se no respetivo número de proprietárias envolvidas a quantidade obtida. (OLIVEIRA et al., 1995 [1972]). Usava-se maioritariamente o centeio alternado com pousio ou rotativo com outras espécies. Apesar de em Trás-os-Montes haver “dominância da rotação bienal centeio-pousio, o cereal podia rodar com batata” (CIBIO - InBio, 2011 p.107), como foi o caso de Nunes. Desta forma as mulheres redesenhavam, constantemente, a paisagem. As culturas hortícolas e os ferrejos (centeio verde para alimentar o gado) também tinham uma expressão significativa, sendo plantadas nos terrenos mais frescos e fundos, de sequeiro e regadio (PIRES et al., 1994). Apesar da importância do plantio do cereal, a maior parte das parcelas estavam sujeitas ao pastoreio, de uso comunitário. É de salientar que:



III.1 figura 5
secção explicativa do sistema
agrário da aldeia da bisavó

“Por quase toda a área, os rebanhos – de carneiros, cabras, mais raramente vacas e bois, e até, num caso ou noutro, porcos –, que constituem o elemento económico fundamental, são pastoreados colectivamente – as vezeiras (porque guardadas à vez por gente da casa)” OLIVEIRA et al., 1995 [1972], p.11)

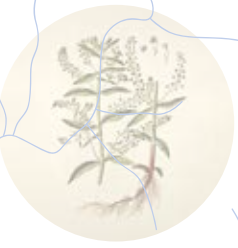


III.1 figura 6
pastoras a carregarem gado ovino
em Trás-os-Montes, s.d

Esta consistia na junção de vários rebanhos da aldeia para pastorearem em conjunto, indo uma responsável à vez executar o trabalho. Visualmente a paisagem manifestava estas decisões sociais graças à extensão dos terrenos baldios e ao facto de os terrenos agricultados quando em pousio, garantirem que, independentemente das divisões de propriedade ou folhas, se eram deixados “sem divisórias nem sebes, para que os rebanhos de todos os vizinhos nela possam pastar” (OLIVEIRA et al., 1995 [1972], p.16). Dependendo da pastora, das espécies ou da época do ano, os percursos de pastoreio variavam, cruzando muitas vezes com as terras de monte, a cotas mais altas. O pastoreio destes animais era uma atividade de extrema relevância, dada a sua integração nas rotinas diárias da mulher e o impacto que, após criação, tinha na alimentação local e produção de fumeiro e lacticínios, quer para consumo familiar, quer para a referida pontual comercialização. Para além disto em todo o nordeste transmontano o uso dos animais e do arado era essencial para a lavragem dos terrenos para produção cerealífera, eram mais uma força de trabalho. Na proximidade do núcleo habitacional localizavam-se as **hortas**. Usava-se para pequenas produções familiares, de culturas para consumo quotidiano. Dos lugares-do-saber do sistema agrário este era o que ocupava menos área no território, contrastando com a *eco-acção* que as terras de monte e plantio que exprimiam na maiores áreas de Nunes.



Veronica Anagallis



Epibolium Hirsutum



Bidens Tripartita



Rubus Bifrons



Urtica



Quercus Toza



Polygonum Persicaria



Ilex Aquifolium



Ulex Minor



Rubus Vestitus



Rio Tua

terras de monte

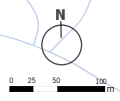
terras de plantio

hortas

LEGENDA:

- rede hidrográfica
- pontos religiosos
- casa da bisavó Inês
- percurso da feira do gado

III.1 figura 7
 mapa do sistema agrícola de Nunes, com espécies da flora descritas no estudo geográfico *A Flora da Província de Trás-os-Montes e Alto Douro* (ROZEIRA, 1933)





Bumias Erucago



Holcus Gayanus



Betula Alba



Anchusa Arvensis



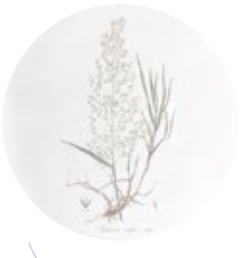
Quercus Pedunculata



Atriplex Hortensis



Agrotis Alba



Salvia Verbena



Rubus praecox



Reseda Luteola



Reseda Luteola



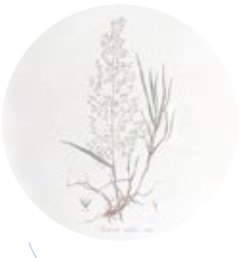
Dorycnium Pentaphyllum



Chenopodium Ambrosioid



Clematis Vitalba



Foeniculum Vulgare



Lysimachia ephemerum



Ulex Europaeus



Silene nutans



Hieracium Rcmosum



Chaetonychia Cymosa



Potentilla Sterillis



Acinos Alpinus



Epilobium Parviflorum



Vicia Sativa



Conium maculatum



Solanum Nigrum



Atriplex Patuluma



Crepis taraxacifolia



dispositivos anónimos

III.II Arquitetura de Produção

Para a manutenção do sistema agrário existiam lugares-do-saber, dispositivos arquitetónicos, relacionados com a maior parte dos processos das diferentes fases de produção. Um dispositivo é uma ferramenta que traz organização aos ambientes. Em Nunes, eram construídos com preocupações funcionais distintas, transformando a paisagem. A sua existência pela construção, âmbito e função do dispositivo, permitia a autosuficiência, era uma expressão da economia de subsistência no território. A secagem e armazenamento de cereais, a fertilização das terras, a moagem do centeio, o abrigo animal e a habitação humana eram algumas das funções que estas estruturas desempenhavam nas aldeias. “O lugar é a concreta manifestação do habitar humano” (NORBERG-SCHULZ, 1979, p.6) e como tal espelha os usos e calendário da comunidade. Em Trás-os-Montes, os ofícios ditavam o que se construía. A arquitetura descomprometia-se de quaisquer questões decorativas ou grandes noções de conforto. Era feita com base em preocupações funcionais ligadas à manutenção do sistema agrário, “saltando aos olhos todas as funções, hábitos, maneiras do quotidiano dos seus ocupantes”(AAP, 1988 [1961], p.124).



III.II figura 1
reparações nas habitações trans-
montanas feitas pelas locais

O seu traçado era anónimo, ia-se construindo em harmonia com o meio circundante, conforme havia necessidade. A “extrema riqueza da mentalidade direta e livre de lugares comuns que organiza as coisas conforme o sentir do momento, e se encontra muito perto da humilde exuberância dos factos naturais” (AAP, 1988 [1961], p.127) enunciava a *eco-acção* comunitária, cuja evidência material se manifestava na paisagem e nos seus lugares-do-saber.

Utilizavam-se materiais locais para criar consoante as necessidade do momento. “De um modo geral, onde há pedra constrói-se em pedra, e onde ela falta constrói-se em terra, adobo ou tijolo, ou em madeira e outros materiais vegetais.” (OLIVEIRA & GALHANO, 2003 [1992], p.15) A materialidade das construções espelhava a natureza na qual se integravam os dispositivos, aumentando a sensação de pertença das próprias construções à paisagem na qual se inseriam. “A rudeza e a escassez de recursos estão bem patentes na arquitectura popular, tanto das regiões onde existe granito, como naquelas onde predomina o xisto” (BELO et al., 2013, p.148)



II.1 figura 4
formações geológicas na aldeia de
Nunes, 2020

Como espelho do sentido comunitário inerente a esta comunidade, a divisão entre espaço privado, público e comunal era difusa. A atmosfera geral ao percorrer a aldeira era de irregularidade, entropia e intimidade simultaneamente. Tudo enunciava a produção agrária feita em conjunto, começando pelo espaço público. As ruas tinham as marcas dos carros dos bois e eram essenciais para o sistema de plantio, para renovação dos solos porque “eram utilizadas como verdadeiras esterqueiras” (OLIVEIRA et al., 1995 [1972], p.20).

“Havia o hábito secular de cobrir as ruas com palha, que depois, molhada da chuva e das pensadas de mijo e bosta que se atiravam pelas janelas - esgotos só no séc.XXI - calcada pelos passantes e os animais, fumegava e fermentava até que, podre bastante, fosse recolhida para ser levada para as hortas, os amendoais e olivais, seu único e muito biológico adubo.” (CARVALHO, 2017, p.15)

Este era um hábito contemporâneo aos anos que a bisavó viveu em Nunes e fazia das ruas um espaço integrado no sistema agrário, comum a todas as mulheres. Era com o esterco produzido desta forma que, juntamente com a matéria orgânica recolhida de outros lugares-do-saber se garantia a fertilização e regeneração dos terrenos, permitindo a produção agrícola ano após ano.

espaço público

Apesar de à primeira vista parecer uma realidade insuportável, era notória a “indiferença natural com que se caminhava nelas, esquecendo a sujidade, reparando mais se ia atrasada a fermentação. (...) Fedor só se notava nos primeiros dias, porque do estrume quase pronto saía um cheiro adocicado” (CARVALHO, 2017, p.16).



III.II_ figura 2
rua de aldeia transmontana na qual se produzia adubo, 1932

A escala e implantação das construções é feita também em harmonia com o ambiente circundante, respeitando a presença mais remota dos elementos naturais pré-existent. Era uma arquitetura integrativa e viva, em harmonia com a natureza e os saberes que a constituíam que vinham do dia-a-dia da vida rural, transmitindo-se oralmente entre a comunidade, tal como os aborígenes transmitiam o conhecimento a partir das suas canções da paisagem. A arquitetura de Nunes é então um resultado dos saberes tradicionais que se foram transmitindo de geração em geração e da sua aplicação empírica no território. Tal como os trabalhos agrícolas, também a construção destes dispositivos fazia parte da *eco-acção*. Uma particularidade desta aldeia, era o facto de a população integrar nas práticas comunitárias a produção de telha. Existia um lugar-do-saber que contribuía diretamente para a definição da arquitetura vernacular, simplesmente por ser essencial para a construção das coberturas de todos os outros lugares-do-saber e demais dispositivos.

Era o **forno telheiro**. Por Trás-os-Montes é comum haver fornos do povo, mas normalmente são para o pão. No território vinhaense existem exemplos de fornos de cal e, no caso de Nunes, o forno de telha de Romariz, no qual as mulheres do tempo da bisavó produziam a telha para todas as construções locais e aldeias vizinhas. A utilização deste lugar-do-saber era sazonal, sendo apenas utilizado no ciclo de produção de telha que acontecia no Verão. Esta tradição, segundo locais, perdeu-se quando o concelho de Vinhais começou a importar telhas produzidas em Chaves. Apesar de utilizarem um material construtivo que, também sendo produzido em território transmontano tinha o potencial para partilhar das mesmas qualidades, confessaram que “já não há telha como a que fazíamos, nesta casa tenho telhas com mais de 100 anos”.

forno “do povo”



III.II figura 3
forno de telha comunitário de
Romariz, em Nunes, 2021



III.II figura 4
processo manual de produção de
telha em Romariz, antigo lugar
pertencente a Nunes, 2010

III.II_ figura 4
processo manual de produção de
telha em Romariz, antigo lugar
pertencente a Nunes, 2010



sistemas de abrigo

Curriças, cortes, e/ou cortelhos... são diversos os nomes que se usam para falar das áreas de planta retangular que se destinam à “recolha e alojamento de ovinos ou de bovinos. Podem encontrar-se por toda a região de Trás-os-Montes” (BARBOSA, 2001, p.4) e ora eram feitos de madeira e localizados nos terrenos das lavradeiras ora se localizavam no piso inferior da casa. A sua existência surge pela necessidade de recolher e abrigar uma considerável quantidade de animais para pastoreio nas comunidades rurais, fossem ovelhas, cabras, porcos ou bois. Apesar da toponímia variada, não aparece haver coerência na utilização de nomenclatura distinta para este lugar-do-saber. Em Nunes, como a dimensão da aldeia era pequena e as casas eram pobres, tratava-se, na maior



III.II_ figura 4
cortelho de madeira em parcela
agrária privada em Nunes, 2021

parte dos casos, de uma divisão reduzida que constituía o piso funcional da habitação. As suas paredes eram também de granito ou xisto. Em alguns casos, a pouca luz que incidia no espaço era a que passava pelas pequenas e pontuais vãos. As dimensões das portas enunciavam que se tratava da habitação de um animal pela sua escala, apresentando sempre uma altura inferior aos vãos do resto da casa transmontanas, feitas à escala humana. Quando assim não acontecia era porque o mesmo espaço seria usado para guardar carros de bois ou alfaias agrícolas.



III.11. figura 6
entrada para cortes numa
habitação em Nunes, 2021

Estes lugares-do-saber estão inseridos maioritariamente no piso inferior da casa mas por vezes aparecem dispersos na paisagem, em parcelas próximas das terras de monte, normalmente afastados do núcleo habitacional. Com a mesma função surgem estruturas que por vezes são descobertas e temporárias, manifestando-se apenas como uma cerca de madeira chamadas de **chequeiros, choços, currales e/ou quadrados**.

Para além das repercussões na organização formal da casa, a relevância da pastorícia nos sistemas de habitação locais também se manifesta na presença de **abrigos da pastora**, destinados a uso temporário mas com forte expressão na paisagem. Eram:

“(…) construções muito simples, geralmente de pedra e materiais vegetais, por vezes aproveitando e ampliando abrigos naturais já existentes ou a disposição propícia de algumas rochas. Situados em locais isolados, longe de qualquer povoação, geralmente em zonas de montanha, são exemplos representativos de formas de construção artesanal e, por vezes, mesmo primitivas. Os principais utilizadores destes abrigos são os pastores e os rebanhos de pequenos ruminantes.”(BARBOSA, 2001, p.4)



III.II_ figura 7
meninas a fiarem à beira de um abrigo de pastor, muito provavelmente enquanto vigiam o gado, 1950/60

A planta destes dispositivos é arredondada, tentando por vezes, com pouco sucesso, aproximar-se do formato quadrangular. As soluções construtivas são grosseiras e espelham a improvisação da utilização dos materiais à mão sem qualquer preocupação estética. Também existiam os abrigos móveis, construídos sobre rodas. Neste caso o pastor não era obrigado a deslocar-se a um lugar específico, podendo pernoitar no espaço que mais lhe conviesse após o pastoreio do gado.

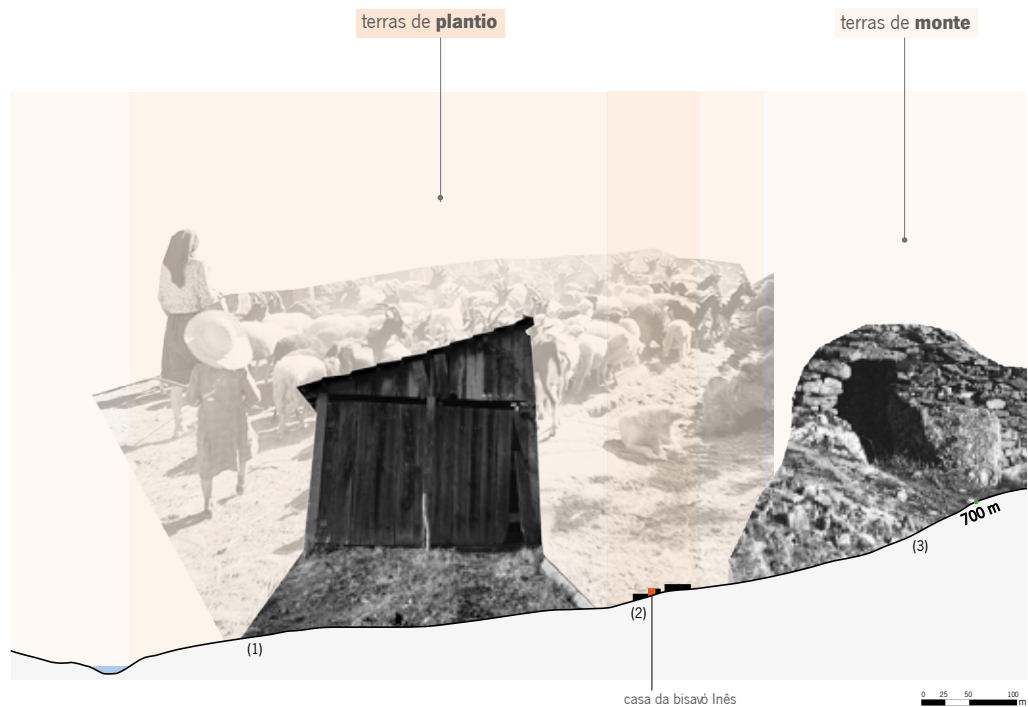


III.II_figura 8
abrigo de pasto móvel, de palha



III.II_figura 9
abrigo de pastor móvel, de madeira

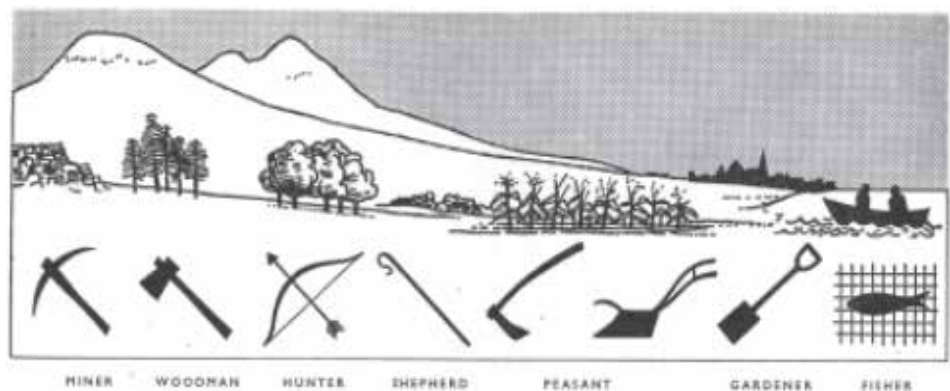
Estes lugares-do-saber de uso comunitários eram dispostos espalhados pelo território por forma a integrar as diferentes áreas do sistema agrário. O forno telheiro pelo seu uso pontual, localizava-se nas imediações do núcleo urbano. A sua importância no quotidiano era mais visível na aplicação da telha nas outras construções do que pela presença do engenho em si. Já os sistemas de abrigo, com a importância do pastoreio para a economia de subsistência, apresentavam 3 presenças marcantes na paisagem. A primeira era no próprio povoamento, na maior parte das habitações rurais(1), a segunda era em algumas propriedades rurais nas terras de plantio (2). Nestas, apesar de maioritariamente se localizarem na habitação da senhoria e/ou caseira, também se construíam algumas curriças, cortes e cortelhos. Por último, nas cotas mais altas, nas terras de monte, havia o abrigo da pastora (3).



III.II. figura 10
secção dos lugares-do-saber de abrigo para criação de gado

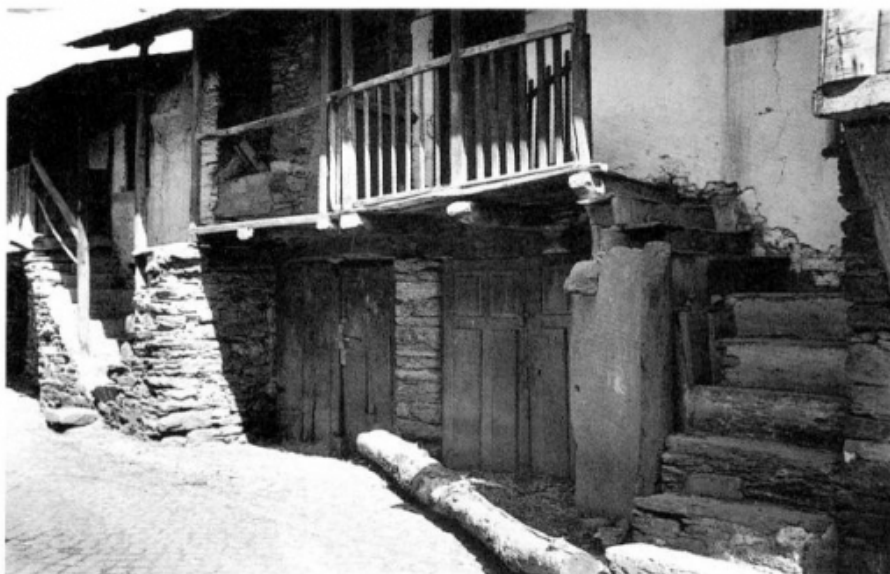
Pelo cenário até agora descrito, era evidente que a mulher era muito mais do que uma fiadeira, e que os seus ofícios e respetivos lugares-do-saber se inscreviam na paisagem.

Os diferentes dispositivos ao longo da secção topográfica, considerando as várias funções da mulher no ecossistema de produção, relacionam-se com a ideia representada por Patrick Geddes na "Section Valley", 1923.



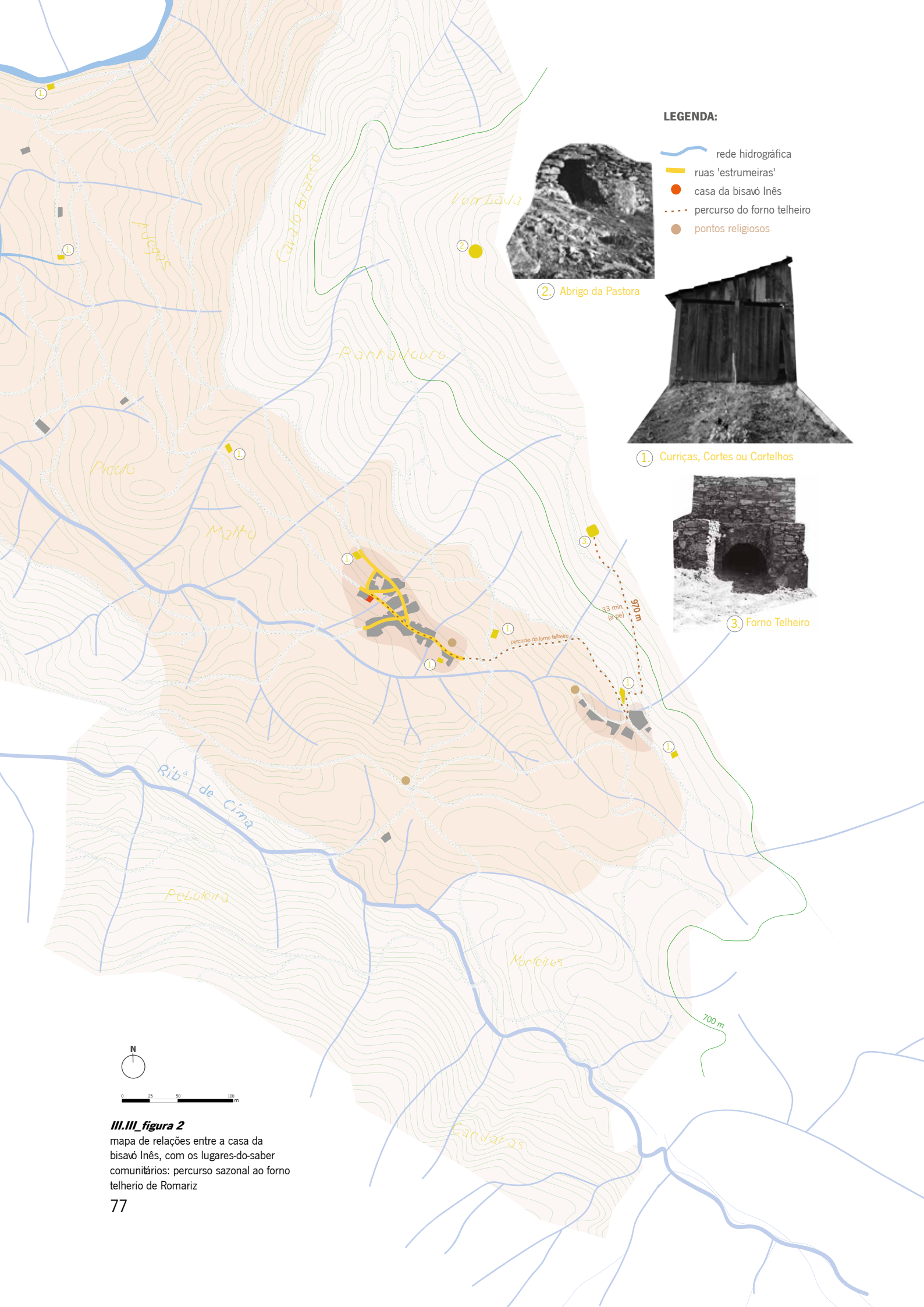
III. III A casa transmontana

A casa transmontana, destinada a abrigar as famílias e muitas vezes os animais que estas criavam, apresentava especial importância dentro do sistema agrário. Ela era a “expressão final da convergência de motivos interdependentes, como sejam a paisagem, a cuja influência naturalmente se adapta, os recursos geológicos, os acidentes topográficos, as imposições climáticas e as necessidades e circunstâncias sociais e domésticas” (PEIXOTO, 1990 [1967], p.154). Como tal é preciso observá-la considerando a economia de subsistência, o papel da mulher na sociedade do início do séc.XX, a importância da auto suficiência para a comunidade local e, obviamente influências da política do Estado Novo. Era na casa que se armazenavam as alfaias agrícolas, a lenha e outros elementos essenciais ao funcionamento do sistema. Era neste lugar-do-saber que a mulher transformava algumas matérias-primas que produzia nos terrenos. Era na casa que a mulher descansava e recarregava energia para, no dia-a-dia, trabalhar nos outros lugares-do-saber.








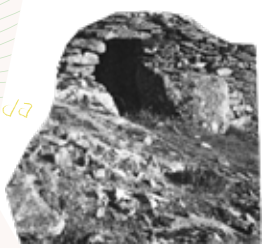
III.III_figura 1
piso “de produção” da casa típica
transmontana

A **casa** tradicional do meio rural transmontano é *uma construção tipicamente em pedra crua, solta com raras aberturas, sem reboco ou caiação, e sem argamassas* (OLIVEIRA & GALHANO, 2003 [1992], p.137). As dimensões eram pequenas e o ambiente sombrio e escuro, com escassas janelas (AAP, 1988 [1961]). Tudo tinha um ar íntimo, como se cada casa fosse um espelho da mulher que a possuía. Ao ver a casa, via-se a mulher. “Em meia dúzia de pormenores sem importância, saltam-nos aos olhos todas as funções, hábitos, maneiras dos ocupantes” (AAP, 1988 [1961], p.132), o que também era visível



LEGENDA:

-  rede hidrográfica
-  ruas 'estruemeiras'
-  casa da bisavó Inês
-  percurso do forno telheiro
-  pontos religiosos



2. Abrigo da Pastora



1. Curriças, Cortes ou Cortelhos

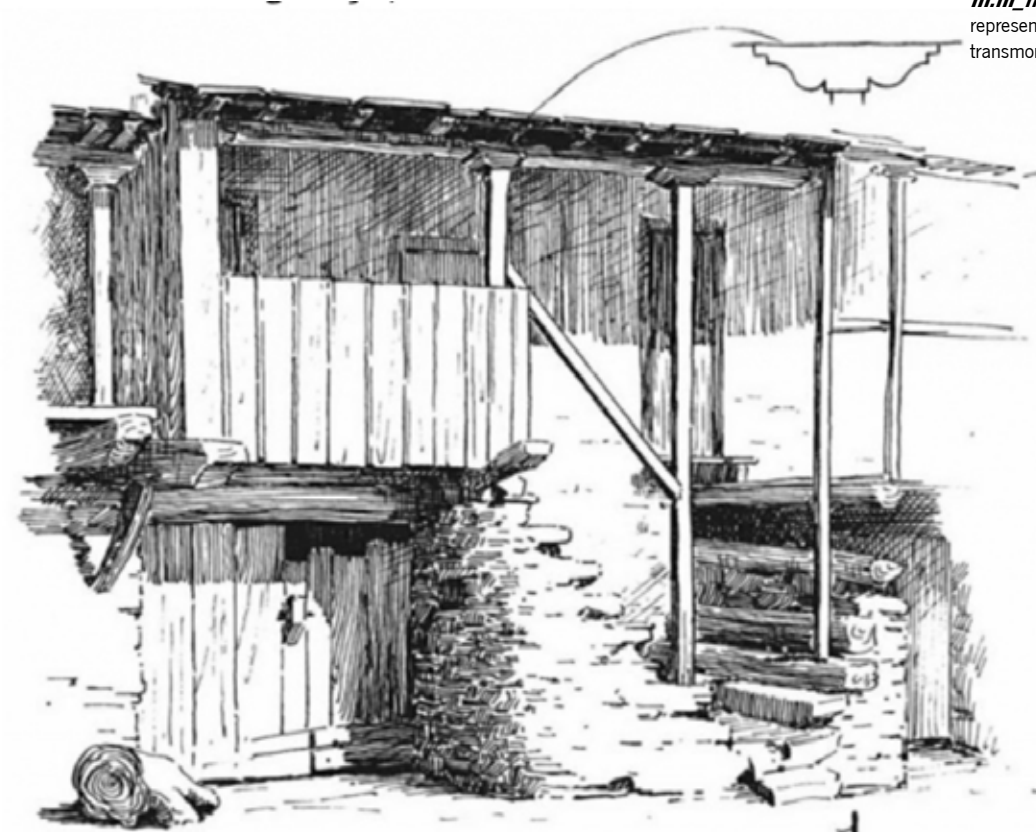


3. Forno Telheiro

III.III figura 2
 mapa de relações entre a casa da bisavó Inês, com os lugares-do-saber comunitários: percurso sazonal ao forno telheiro de Romariz

pela sua localização e reduzida escala. Em Nunes utiliza-se maioritariamente granito e xisto, abundantes na área, e em muitos casos misturam-se as duas pedras. É nesta materialidade que se lê, claramente a influência do meio natural nas pequenas e fechadas casas. Os telhados são, salvo algumas exceções, de duas águas. As coberturas das casas, apesar de na zona mais a norte do território vinhaense serem em xisto, em Nunes e nas aldeias próximas eram em telha, dada a tradição de produção comunitária local deste elemento/artefacto construtivo no forno do povo de Romariz, pertencente à aldeia. As madeiras usam-se para a estrutura do coberto, portas, janelas e mobiliário e provêm das árvores das terras de monte integradas no sistema agrário que a arquitetura local espelha.

No Inquérito à Habitação Popular em Portugal fica claro que a casa é “um espaço fechado onde o frio e a chuva se imiscuem com maior ou menor dificuldade” (AAP, 1988 [1961], p.132). As condições de habitabilidade e salubridade eram muito precárias, espelhando as condições difíceis que se viviam nos meios rurais da época. Apesar disso, é de notar o conforto que a escala humana destas construções trazia às mulheres que as habitavam. As suas construtoras “não sabiam, seguramente, quem era Le Corbusier, mas conheciam, e bem, as dimensões do corpo humano e as suas necessidades” (Mourilhe citado em DIAS, 2013, p.93.) Tinham o saber construtivo. Permitiam que cada material falasse por si mesmo, chegando a acabamentos muito bem executados.



III.III_figura 3
representação da casa rural
transmontana

tipologias

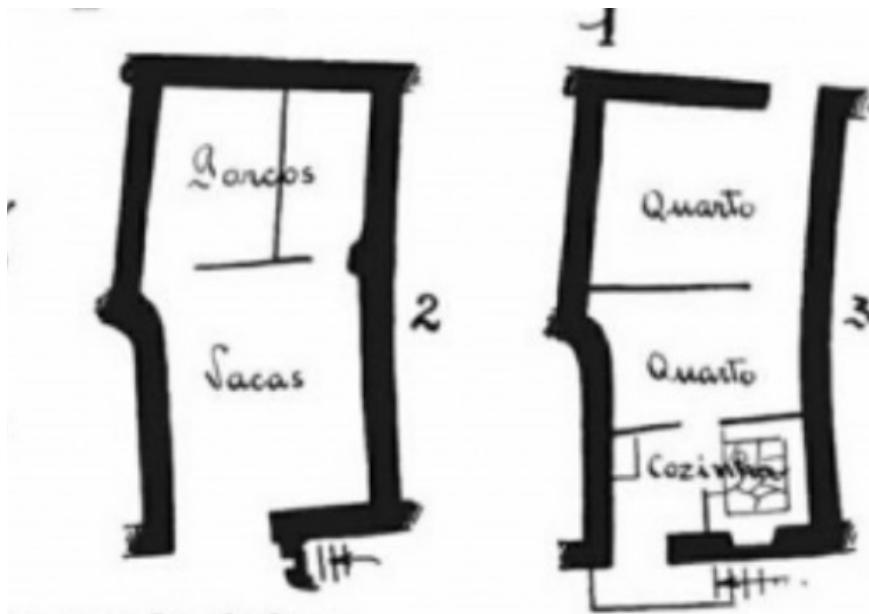
Apesar destas linhas gerais da morfologia e materialidade que se podiam ver nas casas de Nunes, é impossível ter uma definição muito mais clara de um modelo da casa transmontana. O Inquérito à Habitação Popular em Portugal salienta a necessidade de para cada caso “reconhecer o seu ambiente natural, saber da sua gente, como se vive e de quê, entrar no espaço das suas casas e descobrir a ordem que lhes puseram, compreender os materiais dominantes sob as formas em que os talharam” (AAP, 1998 [1961], p.126), até porque por vezes a própria área de construção limitava a forma como a casa se ia construindo. Não foi possível entrar dentro da casa da bisavó Inês. Contudo, o seu exterior e enquadramento no núcleo urbanizado de Nunes expressavam um conjunto complexo de diferentes tipos de habitáculos, únicos. A materialidade, função e disposição da casas era o que unia a sua essência e as tornavam num lugar-do-saber fulcral do sistema de produção agrária, com infinitas variáveis que, subtilmente se inscreviam na paisagem.

Em Trás-os-Montes, os arquitetos que estudaram a zona conseguiram identificar três modelos de habitação rural muito parecidos que, apesar de haver algumas com mais distinções, a maioria só apresentava diferenças no piso de produção. Ou seja, apesar de a secção ser sempre a mesma, as variações na forma de exploração agrária expressava-se na planta e área da casa. Havia a habitação mais pobre, com o piso inferior de divisão única, ou seja, apenas um *cortelho*, associada a uma quantidade mais reduzida de área para plantio. Havia a casa “média”, cujo alpendre, normalmente, tinha continuidade com as habitações adjacentes. E, mais rara, normalmente apenas nas famílias mais abastadas, a casa com cabanal e/ou curralada, como havia em algumas quintas de Nunes. Sendo que este modelo já tinha mais terrenos de exploração agrária associados (AAP, 1988 [1961]).

III.III_figura 4

Como a casa da bisavó, na forma como se encontra conservada nos dias de hoje, dá indícios de ter tido, no passado, varanda continua com as habitações vizinhas, pressupõe-se que se enquadra-se na tipologia de “casa média” enunciado no Inquérito à Arquitetura Popular em Portugal





III.III_figura 5
representação de planta tipo de
uma casa rural transmontana

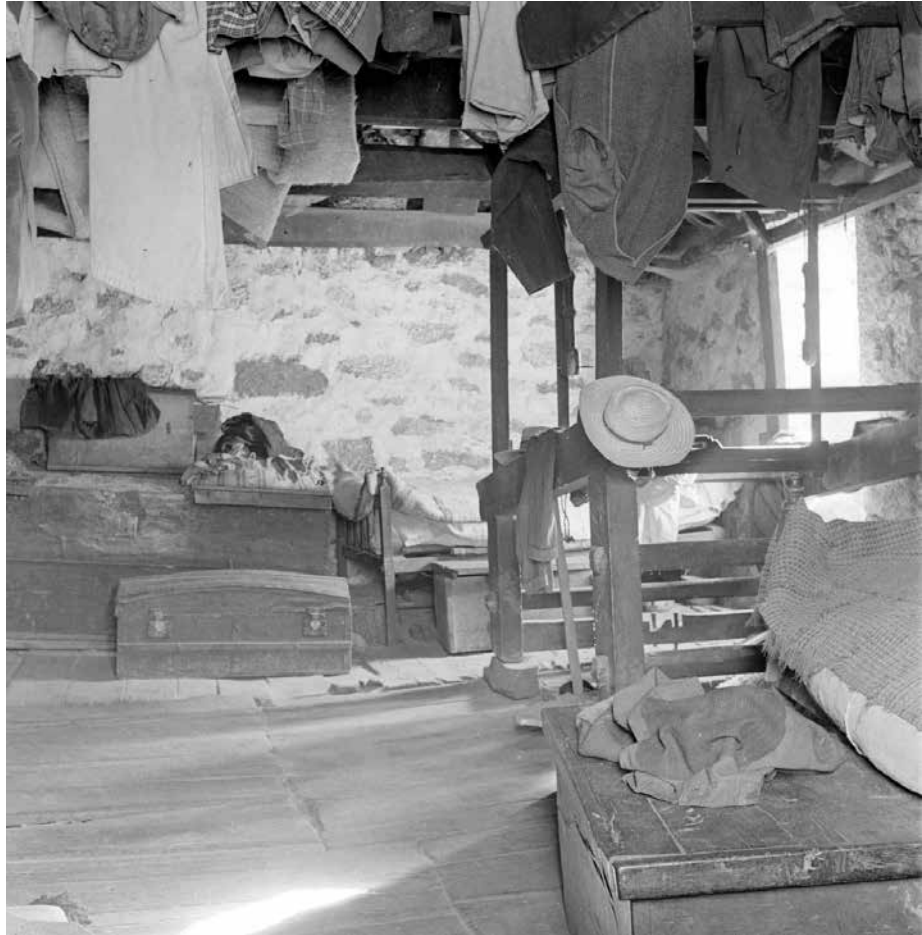
A disposição das divisões é bastante flexível e indefinida. O essencial era garantir que havia abrigo, um lugar seguro para a família se reunir e área para armazenamento de alfaias, cereal e animais. Normalmente o programa dividia-se em dois pisos, sendo o inferior focado inteiramente no trabalho agrícola e na pastorícia e o superior, no programa doméstico: quarto/s, cozinha e varanda. O acesso a este andar era, normalmente, pelo exterior da fachada principal e construído em pedra.

No piso inferior, dependendo da produção da família, localizam-se as cortes nas quais dormem os animais. Era daqui que vinha parte do calor que, por entre o pavimento de madeira, aquecia a parte superior da casa. Na casa da bisavó assume-se que neste piso as curriças, cortes ou cortelhos fossem pelo menos duas e tivessem alguma divisão leve de madeira por forma a separar espécies de gado ovino, e caprino ou até mesmo zona de armazenamento de lenha e alfaias.

O piso superior era reservado ao programa mais social. Era a zona na qual inclusive, as marranas do início do séc.XX recebiam outros membros da comunidade para celebrar algumas tradições de reminiscência judaicas. O espaço de reunião da família - a cozinha - era adjacente à a varanda e ao(s) quarto(s).

Por vezes o quarto era uma única divisão, dividida por todo o agregado familiar. Nas casas maiores, por vezes, havia uma divisão dedicada à fição e tecelagem para as mulheres produzirem as roupas da comunidade. A vida doméstica era muito transparente em relação aos seus usos, “em qualquer canto se pode ver uma cama, arca, cadeira, toscos armários” (AAP, 1988 [1961], p.148) ou vestígios do trabalho agrário que são armazenados em diferentes zonas.

divisão interior



III.III_figura 6
interior de um quarto de família
numa casa transmontana,
1950/60

zona umbral

A divisão entre a casa, tudo o que se passava no seu interior e a dinâmica do espaço público era gradativa. A passagem dos caminhos de produção do canteiro “começa a particularizar-se desde o momento em que se passa a prestar atenção aos elementos de transição para o interior das habitações” (AAP, 1988, p.146) Havia uma “zona umbral” que conectava os programas (1) público (2) familiar de carácter doméstico e (3) familiar de produção. Era a charneira entre as dinâmicas doméstica do piso superior e inferior e a dinâmica social das ruas. (AAP, 1988) Na maioria das casas de Nunes esta zona era constituída por 3 elementos cujas áreas eram diretamente proporcionais à dimensão da habitação. Eram elas a varanda, as escadas e a área sombreada de entrada para os cortelhos.

Na **varanda** era evidente qual o material preponderante: cheirava a madeira. Usava-se na estrutura - pilares, vigas e vigotas - no pavimento, na guarda e nos caixilhos, portas e janelas que se abriam para este lugar-do-saber. Também o mobiliário - bancos e às vezes mesa - e algumas alfaias para a produção do canteiro e pastoreio que por vezes lá ficavam, eram deste material. Trazia calor à casa, conforto. O volume “surgia sobre o travejamento que vem da parede mestra e dela parte a escada encostada à frontraria” (PEIXOTO, 1990 [1967], p.158) Funcionava tanto como espaço de reunião da família, como espaço de



III.III_figura 7
zona umbral numa habitação tradicional em Nunes: presença da varanda, das escadas e da sombra do piso inferior, 2021

interação coletiva. “Se a casa é um mundo, a varanda é um pequeno mundo dentro desse mundo” (AAP, 1988 [1961], p.148) Para as mulheres, as interações sociais mais comuns eram (1) entre vizinhas que fiavam conjuntamente, (2) trabalhadoras agrícolas que usavam o espaço para armazenar a lenha usada durante o ano e as alfaias agrícolas e (3) para a comunicação com as pessoas que estão a passar na rua.

Era comum no território vinhaense, a casa ter sempre a “porta aberta”. As mulheres entravam e deixavam alimentos para oferta nas portas umas das outras, como ainda hoje sucede em Nunes. Estas interações faziam das **escadas** papel importante na vida social das aldeias transmontanas fazendo, tal como a varanda, com que a casa expresse o sentido comunitário transmontano. Era visível por isso uma

“dominância no emprego das escadas, ora direitas, ora sinuosas,

simples ou geminadas, afrontando-se, por vezes, com esquerdos e direitos, directamente ligadas às varandas. Estas, como que uma própria da casa, transportam para a rua alguma coisa da própria vida familiar, não só representada pelo extremamente variado mostruário de objetos que as guarnecem, como de outros tantos que se abrigam, descuidadamente, sob as sombras cavadas pelo balanço das construções. (AAP, 1988 [1961], p.146)

III.III_ figura 8
escadas numa habitação tradicional em Nunes: é visível a continuidade com a varanda e a entrada para o abrigo animal no piso inferior, 2021



a cozinha A **cozinha** era o principal lugar de reunião da família. Se compararmos com a visão mais contemporânea da divisão dos edifícios de habitação unifamiliar, poderíamos dizer que este espaço acabava por funcionar como uma cozinha/sala. Neste sentido, o forno, a lareira e o mobiliário, de pedra ou madeira local, tinham um papel essencial na delimitação das diferentes áreas associadas aos modos de habitar deste lugar-do-saber. A lareira marcava o espaço central, era naquele fogo que cozinhavam quotidianamente e se aproximavam para se aquecerem no Inverno.

“Ali se contavam histórias aos mais novos, lendas, contos, lengalengas, provérbios, adivinhas e rifões populares, alimentando-lhes a imaginação, alertando-os para o mundo do bem e do mal, do correto e do incorreto, e se abordavam temáticas sobre a adolescência, a meninice e a velhice.” (VISEU, 2015, p.182)

Em frente a esta ficava o escano. Todas as casas, independentemente do tamanho da propriedade ou da qualidade do artefacto, tinha um. Era uma espécie de banco cumprido de madeira, com encosto alto e braços laterais. “Era o centro da vida familiar da época: local onde se tomavam as refeições, se conversava, se tomavam decisões, se dormia uma cesta, se tomava banho dentro de uma bacia, para aproveitar o calor da lareira” (VISEU, 2015, p.182).



III.III_figura 9
mulher transmontana a comer
caldo no interior da sua cozinha,
1950/60

Era nesta divisão da casa que a mulher passava mais horas. Para as marranas era um lugar-de-saber divino, usando-o como espaço seguro para a passagem de conhecimento religioso às mais novas, enquanto trabalhavam. Passava uma parte considerável de tempo na preparação dos alimentos consumidos no quotidiano, como o pão, o folar e as alheiras e era também o espaço dos momentos de refeição e convívio em família. Tal como o resto da habitação transmontana, esta parte também espelhava a produção agrária. Ali armazenavam-se, cozinhavam-se e consumiam-se as produções colhidas para consumo familiar, e produzia-se o fumeiro, marcante na expressão visual dos tetos. A produção do pão do povo era, dos vários ofícios executados neste lugar-do-saber, o mais importante, pelo peso que tinha na alimentação da família e força de trabalho. Era preciso um dia para se chegar a uma fornada de pão.

As mulheres misturavam a farinha de centeio com os demais ingredientes e amassavam, com vigor, durante horas a fio. Para as marranas amassar era uma forma de ligação com o divino, pela importância do alimento nos *sabats*. Ainda hoje abençoam o pão em Nunes. Este processo acontecia na **masseira**, que seria vista como uma 'Arca Da Aliança' (representação da presença de Deus) das mulheres marranas. Era um móvel de madeira, essencial para a transformação do cereal em massa. Para além de amassar, utilizava-se este lugar-do-saber guardar a farinha e deixar a massa a fermentar.

a masseira

III.III_ figura 10
produtos a fumar no teto de
cozinha transmontana: é notória
a presença marcante do escano e
da lareira 1950/60



III.III_ figura 11
mulher transmontana a amassar
o pão na masseira



III.III_ figura 12
mulher transmontana a preparar
pães de centeio para o processo
de fermentação na masseira



Na casa não basta olhar para a cozinha e a masseira como o lugares-do-saber, é preciso com mais sensibilidade entender que o **forno**, pela sua importância, dada a sua função na confecção do pão do povo e a conotação sagrada que as mulheres marranas davam ao fogo, era também um lugar-do-saber. Era o sítio onde a alquimia acontecia. Localizava-se “a um canto da cozinha, a par da lareira” (OLIVEIRA & GALHANO, 2003 [1992], p.3) e as donas de casa garantiam que o fogo se mantinha aceso no Inverno, altura na qual o seu calor era também aproveitado para fumar os enchidos pendurados no teto. A mulher era a guardiã do fogo, tinha a responsabilidade de garantir que, quer a lareira, quer o forno, tinham lenha para arder. Em algumas famílias mais desfavorecidas, “para poupar um fósforo - poupar um fósforo! - ou porque lhes faltava o dinheiro para uma caixa deles, iam as mulheres acender uma pinha à lareira de quem tinha lume” (CARVALHO, 2017, p.16).

Apesar de em muitas aldeias transmontanas este processo acontecer em dispositivos comunitários, em conversa com locais percebeu-se que em Nunes, cada mulher usava o seu, talvez pela presença da comunidade cripto-judaica e/ou marrana. Podia haver uma partilha de fornos entre vizinhas, caso fossem da mesma família ou tivessem a mesma prática religiosa, mas o enegho em si era privado. A transformação do centeio em pão que se fazia no forno era tão marcante para a consolidação da imagem da casa rural como a construção vernacular em si. Se a arquitetura popular é descrita pela sua escala, soluções construtivas e materialidade e a forma como estas espelham o sistema agrário, é de considerar o papel das mulheres, marranas ou não, que com as suas mãos e fortes corpos, nos seus ofícios, particularmente na produção de fumeiro e na produção do pão do povo, tingiram as paredes das cozinhas transmontanas de negro.

o forno



III.III_figura 13

mulher transmontana pôr
fornada de o pão de centeio no
lugar-do-saber





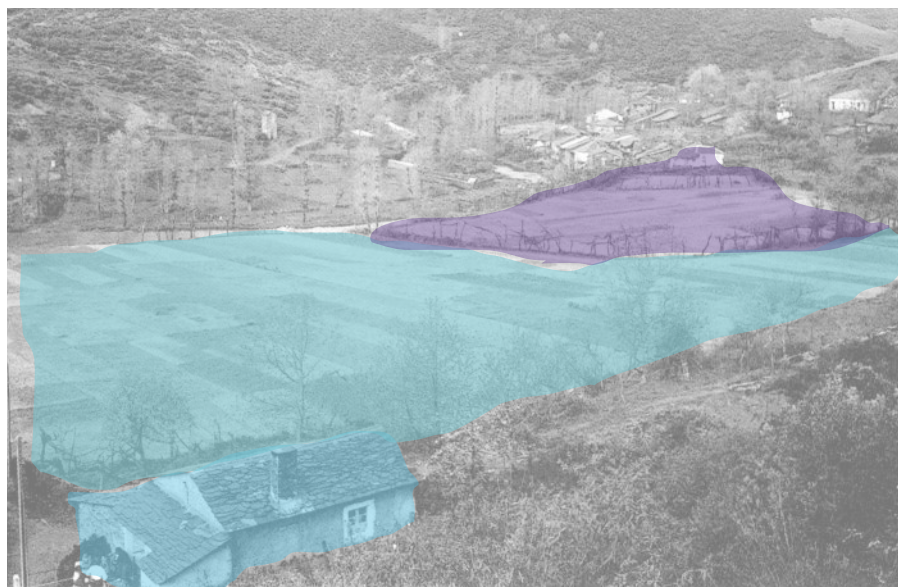
IV. Da terra ao pão transformações da memória	87
IV.I Propriedade Rural	89
As cinco quintas	89
Cabanal e curralada	92
Eira	93
Medas	94
Moinhos de água	95
Pombais	97
IV. II Ciclos da mulher e da terra	100
Calendário de saberes	100
Luas e a mulher	102
Sistema ciclico da paisagem	103
IV. III Caminhos do Pão	105
Arcas de pão	105
transformações do cereal	107
Quinta do Porpinto	110
Percursos bisavó	110

IV_ figura 1
mulheres nas *acarrejas* do
centeio

IV.I Propriedade Rural

as cinco quintas

A ilha de fertilidade que se desenvolvia em torno do núcleo urbanizado, desenhada pelo melhor partido que se tirava das condições naturais do terreno, era o que garantia a subsistência da comunidade. Nestas zonas a divisão das propriedades rústicas das mulheres que trabalhavam a terra era feita por quintas. Em Nunes, eram pequenas propriedades, sendo o número de terrenos por família era muito superior ao número de habitações. (TABORDA, 2011 [1932]) “Folheando o cadastro de qualquer povoação é frequente deparar-se a cada passo com 20, 30,40 e 50 parcelas inscritas sob o mesmo nome” (TABORDA, 2011 [1932], p.167).

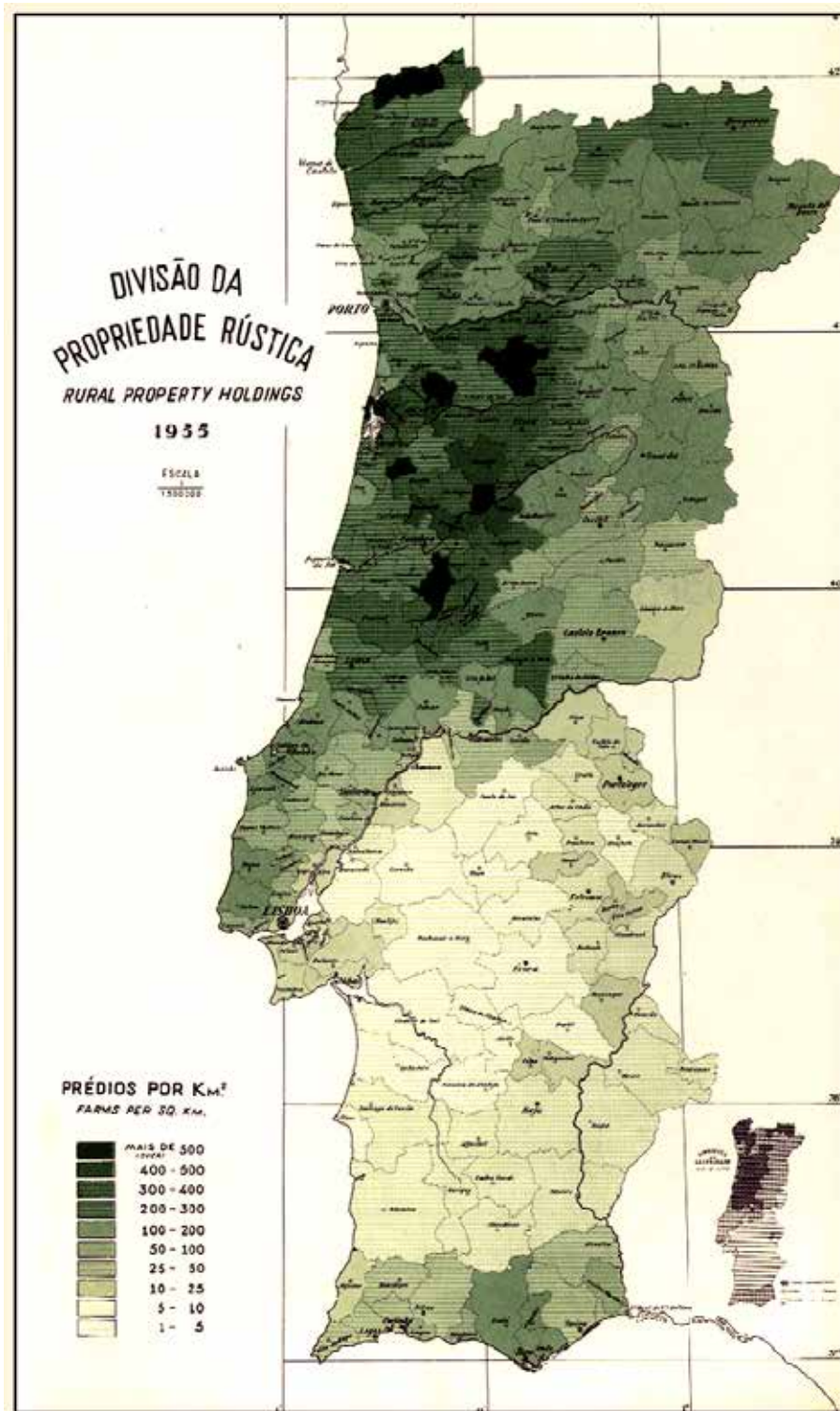


IV.I figura 1
delimitação aproximada de
parcelas associada a uma quinta
de uma aldeia transmontana

Consoante as necessidades de subsistência, parcelava-se a zona de plantio em áreas com diferentes culturas. Apesar de a maior parte dos processos agrários serem partilhados entre mulheres e usarem o mesmo tipo de cultivo, cada quinta tinha as suas especificidades. A escolha das culturas a semear em cada ano era uma *eco-acção*, pois, para além da consciência ecológica implícita e dos aspetos sociais do trabalho e da interação com a paisagem, ainda se preservavam e criavam, simultaneamente, habitats para as outras espécies da fauna e da flora que coabitavam com o sistema de produção.

Deste modo, desenvolveram-se continuamente parcelas com características topográficas, hidrográficas, biológicas, agrárias e sociais distintas. É importante notar como se dividia a terra pela comunidade. No concelho de Vinhais, segundo o Anuário das Contribuições Diretas de 1913, à época havia cerca de 25

proprietárias por cada 100 hectares (TABORDA, 2011 [1932]) o que na realidade ainda é pouco revelador da efetiva divisão da propriedade que aí se verificava. “Não só é preciso distinguir a superfície susceptível de aproveitamento das áreas incultas por inaproveitáveis, que em Trás-os-Montes atingem uma alta percentagem, como haveria ainda a descontar o que pertence à propriedade comunitária” (TABORDA, 2011 [1932], p.163). Ainda assim, segundo o mapa “Divisão da Propriedade Rústica” da década de 50, estima-se que no concelho



IV.1 figura 2
 mapa da divisão da propriedade rústica nacional por km², 1941



LEGENDA:

 Linhas de Água




lugares-do-saber de Inês de Jesus (privado)

 Casa da Bisavó

lugares-do-saber comunitários (públicos)

-  1 - Abrigo da Pastora
-  2 - Forno Telheiro

lugares-do-saber partilhados (privados)

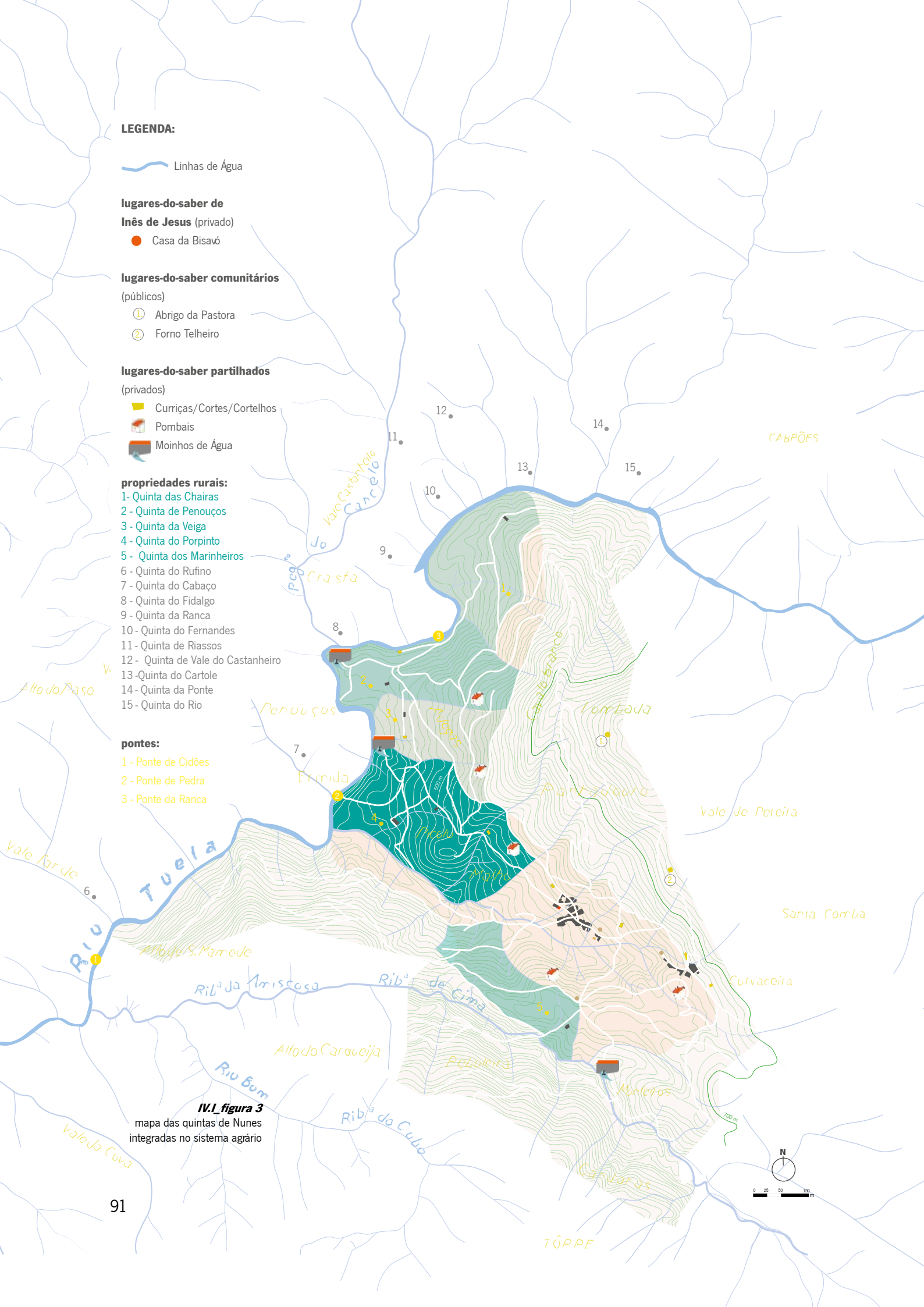
-  Curriças/Cortes/Cortelhos
-  Pombais
-  Moinhos de Água

propriedades rurais:

- 1 - Quinta das Chairas
- 2 - Quinta de Penouços
- 3 - Quinta da Veiga
- 4 - Quinta do Porpinto
- 5 - Quinta dos Marinheiros
- 6 - Quinta do Rufino
- 7 - Quinta do Cabaço
- 8 - Quinta do Fidalgo
- 9 - Quinta da Ranca
- 10 - Quinta do Fernandes
- 11 - Quinta de Riassos
- 12 - Quinta de Vale do Castanheiro
- 13 - Quinta do Cartole
- 14 - Quinta da Ponte
- 15 - Quinta do Rio

pontes:

- 1 - Ponte de Cidões
- 2 - Ponte de Pedra
- 3 - Ponte da Ranca



IV.1. figura 3
mapa das quintas de Nunes integradas no sistema agrário

de Vinhais havia uma média de 200 a 300 quintas por km². Os nomes das propriedades normalmente relacionavam-se ou com as características geológicas/exploração agrária dos terrenos ou ao apelido/alcunha da proprietária da quintas. As cartas militares indicam que, no início do séc.XX, em Nunes havia cinco: a das Chairas, a da Veiga, a de Penouços, a do Porpinto e a dos Marinheiros. A bisavó Inês, não possuía nenhuma delas. Integrava a força de trabalho da Quinta do Porpinto, cuja senhoria é desconhecida.

Cada propriedade era composta por habitações - a casa da família proprietária e uma ou duas das caseiras -, terras de cultivo e eira. Os pombais, as curriças e os cortelhos só existiam em algumas quintas, assim como os moinhos de água. Estes, apesar de privados, eram cedidos pelas propriedades do Porpinto da Veiga e das Chairas às quintas que não possuíam o engenho. Do outro lado do Tuela, localizavam-se 10 outras propriedades rurais que, muito provavelmente, partilhavam também alguns processos comunitários, recursos naturais e lugares-do-saber. Por forma a garantir a durabilidade e conservação das culturas produzidas ao longo do ano e o abrigo de algumas espécies, existiam lugares-do-saber privados que, a par dos de uso comunitário, formavam o sistema de cada quinta. Uma vez que todas as matérias orgânicas, desde lenha, palha, grão, batata, tinham de ser racionadas, estes dispositivos permitiam a salvaguarda e/ou processamento do alimento para a comunidade, assim como a criação dos animais pastoreados e conservação das alfaias agrícolas. Frequentemente estes lugares-do-saber resumiam-se ao piso inferior da habitação da propriedade.

A escala e implantação dos lugares-do-saber nas propriedades rurais espelhava o poder económico das famílias. Possuir cabanal ou curralada era sinal de riqueza. O **cabanal** era uma estrutura aberta localizada junto à eira. Localizava-se apenas na propriedade da lavradora mais abastada. Era uma espécie de alpendre, de tamanho variável, com pilares em madeira e cobertura em telha produzida localmente. Era o lugar-do-saber no qual se armazenava a lenha, já partida, e o espaço para proteger o cereal para a debulha, caso estivesse chuva. “É o cabanal que abriga os carros e alfaias agrícolas” (TABORDA, 2011 [1932], p.196) e outros acessórios usados para a horta. Quando não existia, o piso inferior da casa assumia esta função. A **curralada** funcionava de forma semelhante, e só existia nas quintas maiores. É “um pátio que fica ao lado ou no meio da casa, e para onde dão as lojas, e onde se acumulam os estrumes” (OLIVEIRA & GALHANO, 2003 [1992], p.314). Nas casas mais pequenas, estes estrumes ficam no piso inferior da habitação onde se guardam os animais, ou apenas acumulados na rua, como

cabanal e curralada

referido no capítulo anterior. Em Nunes estas tipologias não apresentam grande relevância. Em geral as quintas eram propriedades pequenas ou médias e como tal as casas integravam esta função no piso inferior.

a eira

Após a colheita e malha, havia a fase de processamento do centeio. Os sistemas de processamento eram extremamente importantes para a manutenção do sistema agrícola porque garantiam que o cereal era transformado nos diferentes estados necessários para a produção do pão e manutenção dos terrenos de plantio: grão, palha e restolho. Dentro desta cadeia de atividades existem dispositivos com papéis diferentes a nível do processamento da matéria-prima. No contexto vinhaense, as **eiras** eram terrenos lisos, em terra batida ou pedra, nos quais se secava, malhavam e peneiravam os cereais (LEAL, 2000). Localizavam-se nas proximidades do núcleo da aldeia e as suas dimensões variavam conforme a quantidade de cereal produzido.



IV.1. figura 4
mulher a varrer a eira
depois da *debulha*
em Trás-os-Montes

“Em Trás-os-Montes, como vimos, as eiras são sempre comuns, de todos ou vários vizinhos – é frequente haver uma única, enorme, para todos (OLIVEIRA et al., 1995 [1972], p.32). Os saberes que nela sucediam eram uma festa, celebrava-se a prosperidade da terra, o ciclo do pão. O trabalho era associado a músicas e festejos populares. Era o único lugar-do-saber que não apresenta expressão tridimensional: era apenas uma área¹ marcada no chão. “Os

¹ A origem da palavra eira, vem do latim e significa literalmente “área”

trabalhos das eiras ocupam Julho e ainda parte de Agosto” (TABORDA, 2011 [1932], p.88). Independentemente de quem possuísse o terreno, no momento de trabalho a “eira é comum a toda a povoação” (OLIVEIRA & GALHANO, 2003 [1992], p.125) e por isso era um espaço com uma forte importância social. Apesar de serem dispositivos nos quais variadíssimos usos podiam acontecer, em Nunes, neste lugar-do-saber o essencial era a separação da palha do grão do cereal. Era na eira que, antes da debulha, se amontoavam os braçados da palha e para finalização ripava-se com o ancinho e batia-se com uma pá de madeira. Chamavam-se a essas estruturas **medas/moreias**. Como a maioria da palha não era usada imediatamente, foi necessário encontrar uma forma de a conservar. Ela era usada ao longo do ano para a alimentação e conforto dos animais e para cobrir as ruas nas quais se fazia o adubo. Eram cónicas, feitas da matéria-prima separada na própria eira (OLIVEIRA et al., 1995 [1972]). O topo era rematado:

“por um molho de colmo atado nos couces e com as pontas alargadas ao jeito de um cone invertido, fixas por um ou dois cordões de palha, em elo, assentes sobre elas. Essas medas ficam durante o ano nas eiras em grupos por vezes extremamente numerosos” (OLIVEIRA et al., 1995 [1972], p.33)



IV.1 figura 5
construção das medas de palha

Conforme as necessidades agrícolas, as estruturas iam sendo desconstruídas à medida das necessidade de uso da palha para consumo animal. Eram portanto instalações efémeras e sazonais. No final, os resíduos que ficam no terreno são usados para regenerar os lameiros (AGUIAR, 2013, p.27), ou misturados com o composto que se formava nas ruas da aldeia. “Eram autênticas obras de arte, quer pela sua beleza, quer pela técnica de fabrico, são como autênticos seios que emergem da terra e lhe quebram a secura” (DIAS, 2013, p.117).



IV.1 figura 6
medas de palha em aldeia trans-
montana, 1980

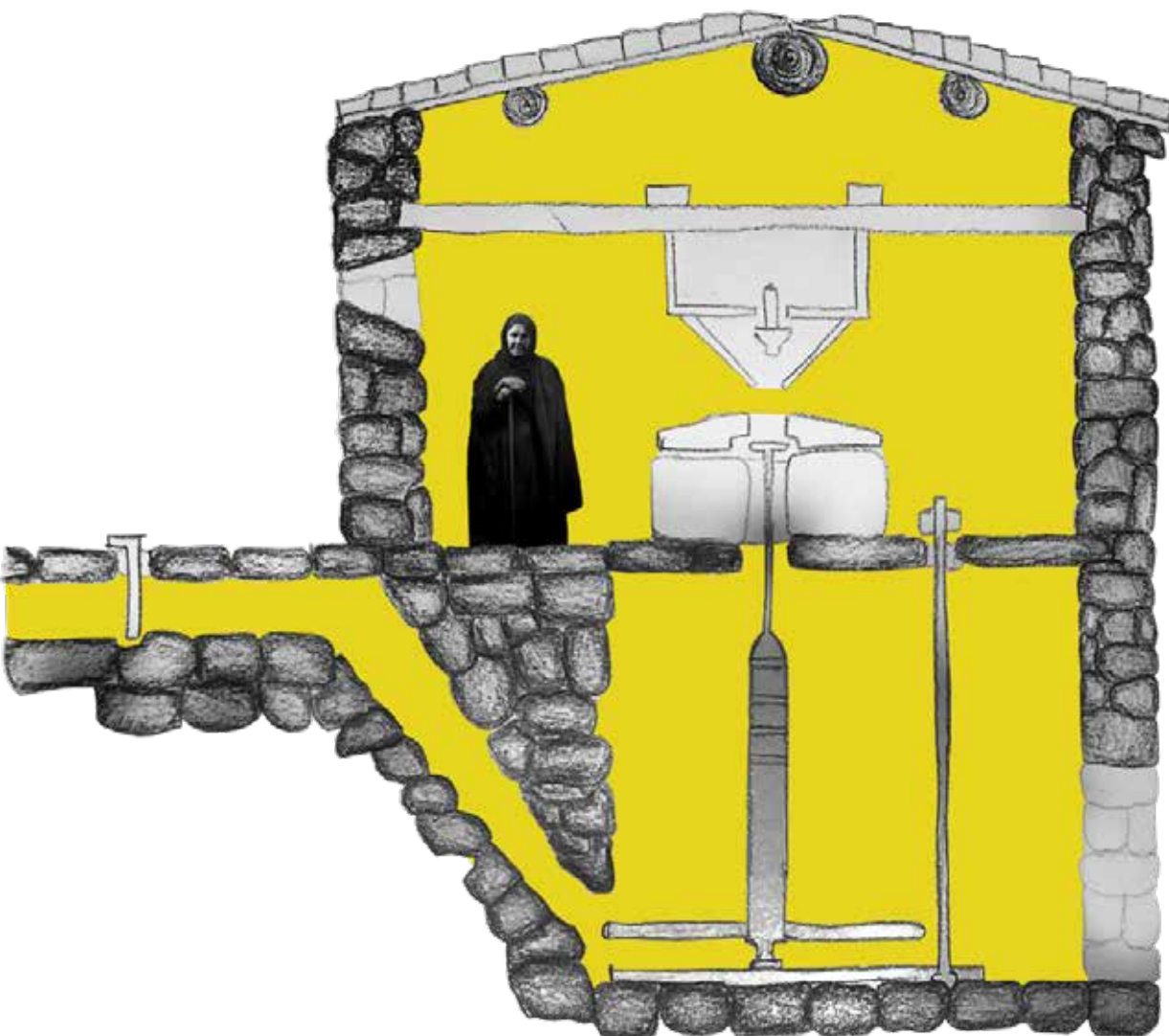
As dimensões variavam conforme a quantidade de produtos agrícolas produzidos e consequente necessidade de área de armazenamento, eram seios gigantescos que enunciavam o pão do povo conquistado pelo trabalho da terra e a garantia conseguido da criação dos gados (AAP, 1988) .

moinhos de água

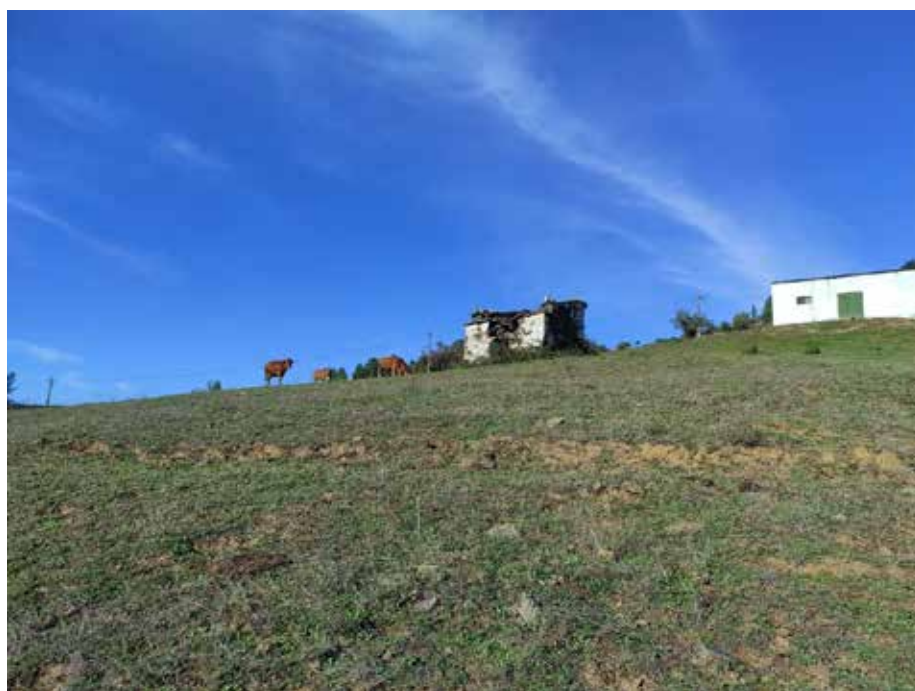
Com o grão do cereal, meses após a separação feita na eira, no Inverno, quando a força das águas assim o ditava, começava-se a transformação para farinha que se usava na confecção do pão que alimentava a força de trabalho. Transportava-se a matéria-prima para os **moinhos**, dispositivos de cariz hidráulico, introduzidos pelos romanos , muitas vezes designados por azenhas

A regulação da sua utilização fazia parte dos assuntos tratados nas assembleias da população. A moleira responsável pela utilização destas lugares-do-saber, não só era essencial para a moagem do grão, como também para a manutenção e conservação do engenho. Conforme a dimensão da aldeia havia vários engenhos deste tipo ao longo dos cursos de água com forte caudal. No caso de Nunes, as cartas militares de 1930 apresentam três estruturas destas, na Quinta do Porpinto e na Quinta de Penouços e na Quinta dos Marinheiros. É provável que fosse um engenho de roda horizontal porque “sobretudo nas terras montanhosas, eles constituem o tipo comum, sendo mesmo, em muitos casos, os únicos conhecidos” (GALHANO, 1978, p.112). Esta tipologia adaptava-se bem aos regimes fluviais locais, que acabavam por limitar a sua utilização à estação fria, dada a sua quase seca completa no Verão. A construção era caracterizada pelas paredes de granito e/ou xisto extremamente resistentes à força da água, cuja dimensão não ultrapassava os 5/7 metros. A cobertura era de duas águas, feita com a telha produzida na estação quente no forno comunitário de Romariz.

IV.1 figura 7
secção de moinho de água de
roda horizontal, como seria o
modelo de Nunes



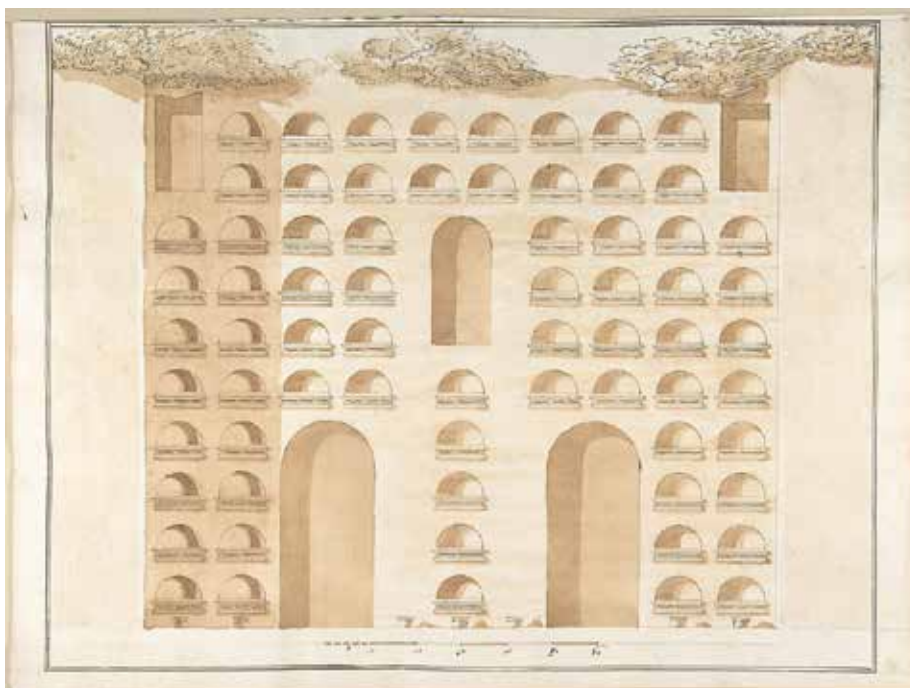
pombais Os sistemas de fertilização acabavam por unir todos os lugares-de-saber narrados anteriormente. Por serem o lugar-do-saber no qual a produção de fertilizante acontece, reconhece-se o papel ativo que tem na construção da consciência ecológica da comunidade pela sensibilidade que demonstram à importância da regeneração dos solos. A terra dá e a mulher devolve à terra. Existe uma troca, como para os aborígenes que acreditam que se tomarem conta da natureza ela toma conta deles. Para além do aproveitamento do esterco reminescente dos abrigos animais, “obtidos pela curtadura dos vários materiais usados para a cama do gado – palha centeia, folhas de árvores, mato, carqueja ou fetos, etc” (OLIVEIRA et al., 1995 [1972] p.20) e moreias, também nos espaços públicos, como já foi referido, se produzia fertilizante. Como ainda assim a quantidade de adubo não era suficiente para o número de parcelas que havia a regenerar, existia um dispositivo arquitetónico que ajudava a garantir mais quantidade de fertilizante e ainda com mais qualidade: o **pombal**.



IV.1 figura 8
pombal que a bisabó usava,
na Quinta do Porpinto, em
Nunes, 2021

A origem destes lugares-do-saber é dúbida. A sua morfologia levanta simultaneamente hipóteses de influência castreja – no desenho em planta -, romana – dada a semelhança *na distribuição das buracas interiores do pombal e os nichos dos columbários romanos* (VERGUEIRO, 2016, p.54) e, no entanto, só existem provas da sua construção em grande quantidade apenas na primeira metade do séc. XX (AMARO, 2010). É, portanto, impossível definir ao certo em que fase da construção da paisagem de Nunes surgiu.

O que é certo é que na época da bisavó estas pequenas construções pontuavam as encostas solarengas do território vinhaense. Eram “implantados preferencialmente numa cortinha (...) não muito longe das povoações, para



IV.1. figura 9
secção de *columbarium*
romano, possível influência das
construções transmontanas

uma melhor vigilância e proteção” (NOBRE, 2004, p.49).

A exposição solar das saídas de voo do pombal e a topografia são os fatores que ditavam a direção na qual se construía. Com a orientação a Este, Sudeste ou Sul, garantia-se iluminação interior durante mais tempo e amenizar a temperatura interior da construção, mantendo o ambiente seco e criando assim as condições ideais do habitat de uma pomba. Estes lugares-do-saber eram privados, de uso partilhado. Na realidade as trabalhadoras das quintas, como era a bisavó, usavam-no mais do que as proprietárias. Foi a pendente do terreno que influenciou a sua orientação, conseguindo com contornar a falta de meios de construção das fundações. Estes poisos enquadram-se na arquitetura tradicional de produção e foram desenvolvidos com dois objetivos funcionais: criação de pombos para consumo e venda¹ e produção de estrume de qualidade para fertilização das terras. A sua função era abrigar e garantir a criação destes animais. São um exemplo na conservação de espécies por conseguirem manter o pombo em estado selvagem.

Inês de Jesus usava um que existia em terrenos de plantio, para facilitar a distribuição do *pombinho*². As paredes eram em granito ou xisto mas, ao contrário do resto dos dispositivos arquitetónicos, caíavam-se, o que lhes trazia destaque visual na paisagem. Em continuidade com as paredes, cerca de 30 cm acima da cobertura de telha, surgiam os corta-ventos, para proteger os pombos dos ventos. Normalmente é na parte superior que se encontram aberturas que funcionam como entrada e saída para as aves. É claro quem é o utilizador deste espaço porque estes vãoos são reduzidos ao mínimo por forma

¹ À época fazia-se bom dinheiro com a venda de pombos para provas de tiro
² Nome dado ao estrume produzido nos pombais tradicionais

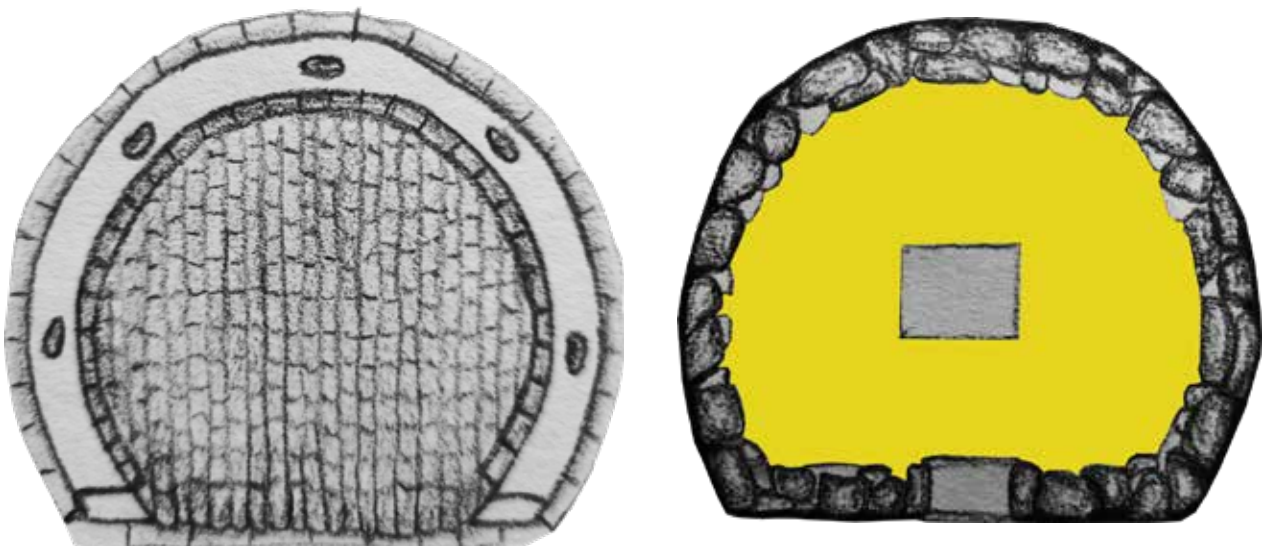


IV.I figura 10
secção de pombal transmontano

a proteger os pombos das águias e de outras aves de grande porte. O interior tenta mimetizar o habitat natural da espécie, aproximando-se da morfologia das escarpas vales da bacia hidrográfica do Douro através de saliências nos planos verticais. Como o ser humano apenas tem de entrar nestas estruturas para deixar alimento para as aves, na mesa central e recolher o adubo que se acumula no chão, a porta é muito reduzida, sendo muitas vezes mais pequena que uma janela. Esta abertura é elevada do solo para proteger a estrutura da entrada de ratos ou cobras. Estes lugares-do-saber são um exemplo de *eco-ação* não só pelo conhecimento construtivo e pela produção de fertilizante orgânico, como pela forma como contribui para a manutenção do sistema agrário deixando a espécie explorada no seu estado selvagem. Ao contrário do resto dos adubos da aldeia, estes eram recolhidos entre o Inverno e Primavera.

IV.I figura 11
planta de coberturas e planta de interior de um pombal em ferradura

Já os pombos para consumo apanhavam-se durante os meses mais quentes, à mão, durante a noite.



IV.II Ciclos da mulher e da terra

Os diferentes ambientes resultantes da produção agrária, expressava-se sazonalmente na paisagem de Nunes consoante as fases de plantio que vivia. “A lavoura transmontana do cereal inicia-se com uma primeira lavra – a ralba ou relba – que tem lugar ao entrar da Primavera” (OLIVEIRA et al., 1995 [1972] p.60). Este processo deixava os regos de plantio muito próximos, sendo necessárias, mais tarde, a *bima* e a *terça*, segunda e terceira lavra, respetivamente, nas quais se trabalha a terra no sentido perpendicular ao da primeira lavra. A Primavera era também a estação de *esterçar* os terrenos a serem cultivados, de tosquiar o gado ovino e, nalguns casos, de semear as batatas, e tratar da poda e da primeira cava para das vinhas.

calendário de saberes



IV.II_ figura 1

mulheres a tosquiarem as ovelhas no espaço adjacente às casas



IV.II_ figura 2

“dia no qual se deixa o gado ir para os terrenos já colhidos para comerem os restos da plantação e deixarem o terreno mais limpo para posteriormente ser aubado”

Já no Verão, até Julho ceifa-se o centeio, os fenos (TABORDA, 2011 [1932]), dão-se as *acarrejas* do centeio e as debulhas, e em Agosto os carros de bois levam o fertilizante acumulado nas ruas para as terras de plantio. Nesta estação acontecia em Nunes a produção de telha, também em processo comunitário. No Outono colhe-se a castanha e apanha-se a batata, por vezes com necessidade de a dividir em sacos de juta para exportação.

IV.II_ figura 3
grupo de mulheres na ceifa do centeio em Trás-os-Montes, 1980



“As sementeiras começam a 20 de Setembro mas a melhor semana é, segundo os entendidos, aquela em que calha o dia 29, dia de S. Miguel. Nesta época fazem a terceira e última lavra. Os lavradores almoçam em casa e partem para a faceira com o carro de estrume e a semente (...) Para semear não necessitam de muito estrume, de maneira que os carros vão leves e não é preciso quartiar nem voltar à povoação. Ficam todo o dia lá pelos altos, entregues à sua faina.” (OLIVEIRA et al., 1995 [1972] p.62)

IV.II_ figura 4
plantio do centeio: sementeiras



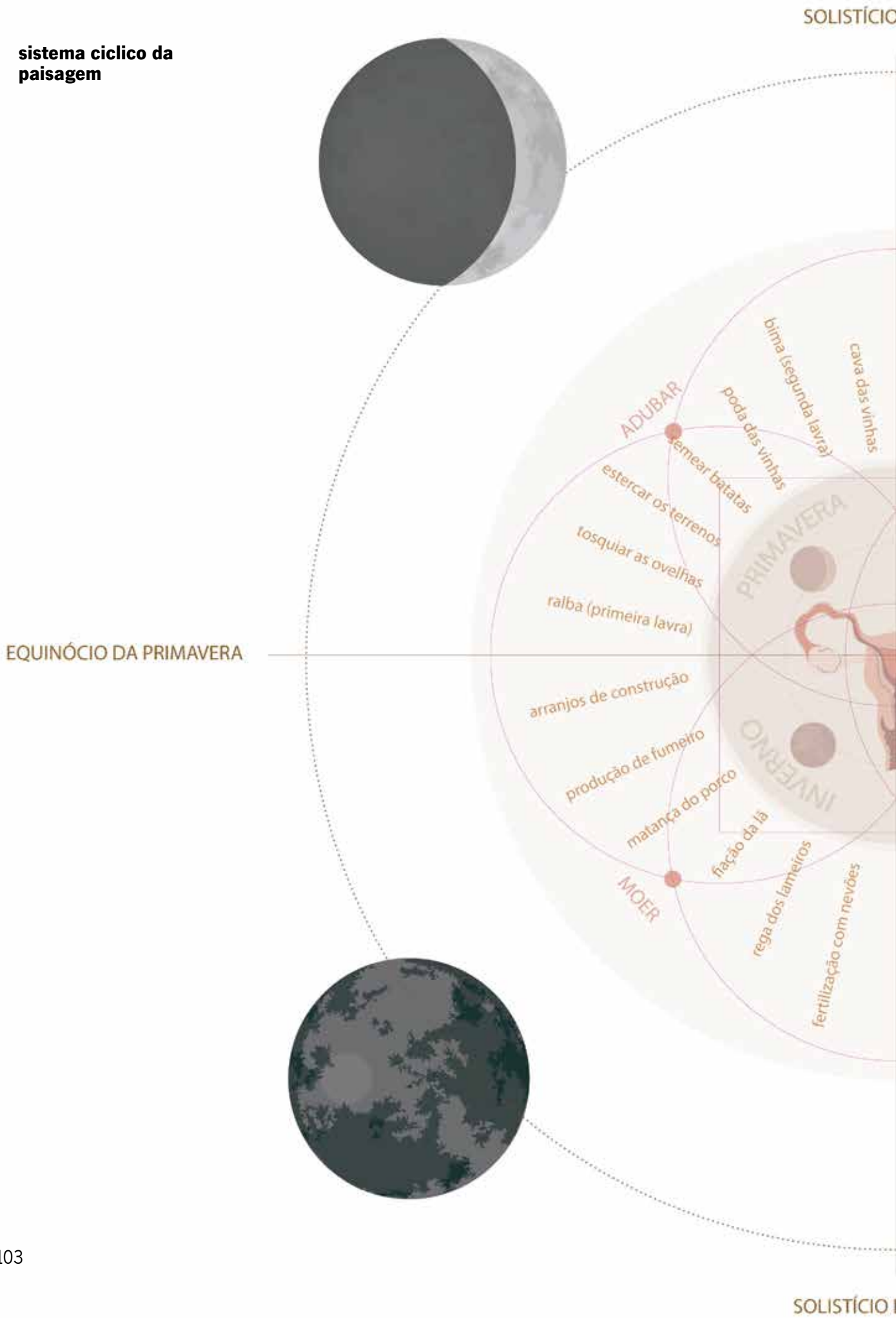
Nas quintas com vinha fazem-se as vindimas. No Inverno é a matança do porco e a rega dos lameiros. É de salientar que nesta estação a neve auxiliava a fertilização dos campos, por ação direta. Costumava dizer-se que “pra o ano ser bom de pão sete neves e um nevão” (TABORDA, 2011 [1932], p.80). É a altura, também, aproveitando a menor exigência dos campos, de apanhar a lenha e de se fazer pequenas reparações caseiras, de carpintaria e construção.

O calendário de plantio funcionava de forma integrada com os ciclos e fases lunares. Segundo algumas habitantes de Nunes, cada fase a incidência da lua no solo varia. Na fase Minguante, como a lua não está alinhada com o Sol e a força gravitacional da Terra é mais forte, não existe uma força oposta a puxar a seiva das suas raízes. Era, portanto a melhor altura para se plantar as espécies que necessitam de crescer na terra, como é o caso da batata, da cebola, da cenoura e do nabo; ou, espécies cujo caule não exigisse muita força da seiva, como o centeio e outras culturas cerealíferas. Na fase Nova, o Sol, a Terra e a Lua estão no seu máximo alinhamento e somam-se todas as forças gravitacionais. Assim, eram favorecidos os plantios das espécies que implicam crescimento ascendente, como por exemplo a couve, as ervas medicinais e até mesmo as árvores para produção de matéria-prima para construção. Esta é a fase que tinha mais mitos associados no território vinhaense. Diziam que dava azar podar as árvores. Na realidade não se devia fazê-lo porque a madeira estaria mais frágil e o material rachava mais facilmente do que se fosse podado noutra fase lunar. Acreditavam, também, que cortar as unhas na Lua Nova provocava espigões, como se a mesma fragilidade das árvores estivesse a suceder no corpo da mulher. Na fase Crescente há um aumento progressivo da luz refletida do Sol e pouca influência da gravidade lunar. A seiva que na fase anterior subiu no caule, continua o seu percurso, embora com menos vigor. Na fase Cheia, a lua está no auge da sua força gravitacional exercida na Terra e alinhada também com o Sol, o percurso da seiva está no ponto máximo da sua força, chegando, no caso das árvores, às extremidades das folhas e e dos ramos. Esta era a melhor frase para colher fruta, por estar mais suculenta. Esta sabedoria integrava o todo o sistema agrário e constituía o ciclo do pão.

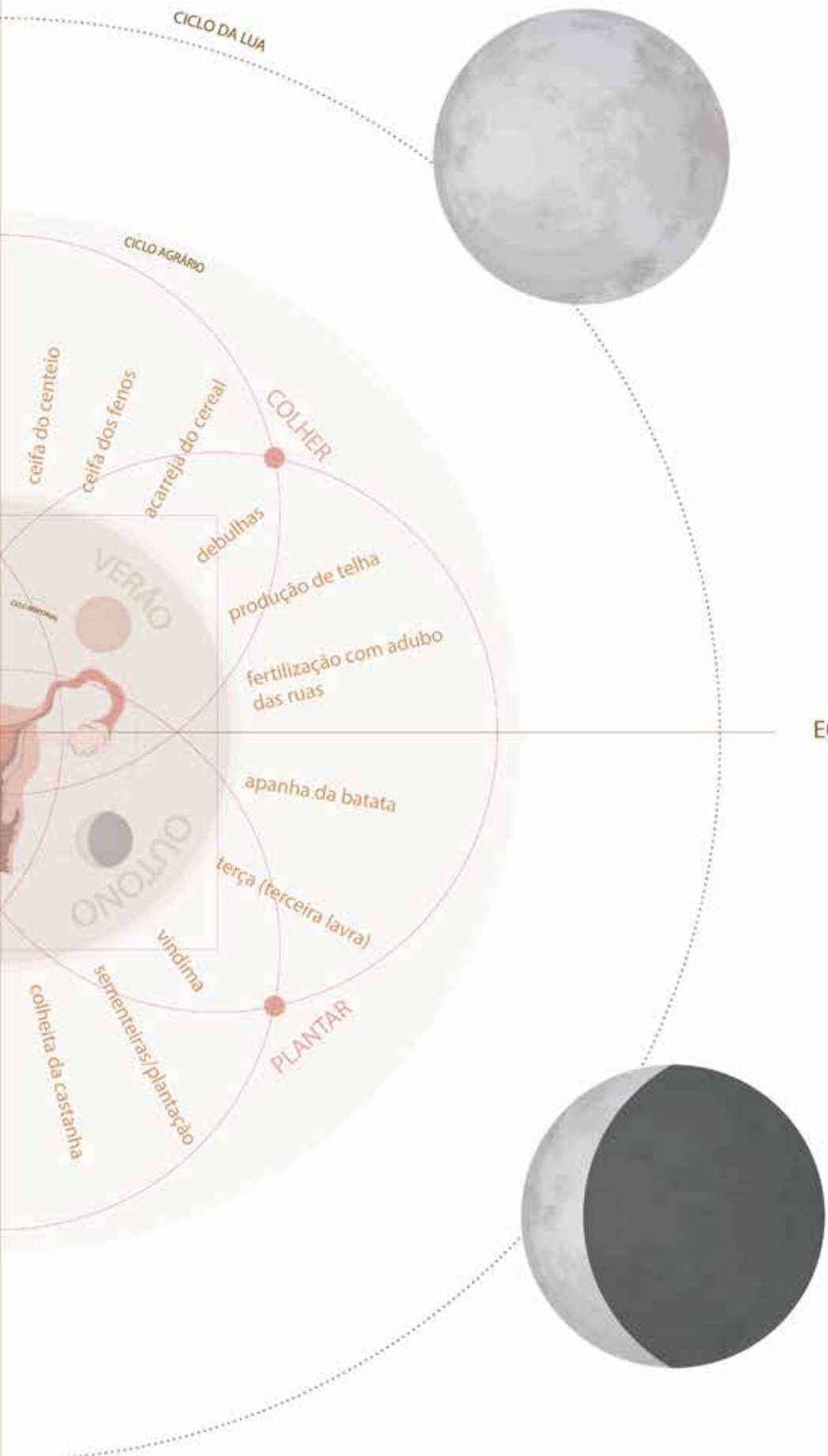
Este, da mesma forma que era influenciado pelas fases lunares também se associava ao ciclo menstrual da mulher. Estas evidências mostram a dimensão sistémica do modo de vida agrário das mulheres transmontanas. As luas nova, crescente, cheia e minguante, estabeleciam uma correspondência com as fases de menstruação, folicular, ovulação e lútea. A fertilidade da terra e a fertilidade da mulher enuviavam-se. Podiam estar em fases diferentes do ciclo mas influenciavam-se. Ainda hoje se perpetua, por exemplo, a crença de que, se uma mulher estiver grávida - quase a dar à luz - e a lua entrar em fase cheia, as águas rebentarão.

luas e a mulher

sistema ciclico da paisagem



DE VERÃO



EQUINÓCIO DE OUTONO

IV.II_ figura 5
esquema de conexões entre os ciclos de plantio, lunares, mensurais, sazonais e do pão, das mulheres transmontanas do início do séc. XX

DE INVERNO

IV.III Caminhos-do-pão

arcas de pão

Como o pão era o alimento principal deste contexto rural e o seu fabrico era essencial à economia de subsistência, o seu processo era tão ou mais valorizado do que todos os caminhos que o centeio passava desde a terra até chegar ao forno. No caso da bisavó Inês, era confeccionado com o cereal que as mulheres plantavam em conjunto no alqueive da Quinta do Porpinto, após a sua passagem pela eira, com a debulha e outras trabalhos e posterior processamento no moinho. O papel do pão era tão importante no ciclo de produção local, que as mulheres rurais transmontanas do início do séc. XX o usavam como unidade de referência para a medição das parcelas agrícolas. Em 1908, no fascículo nº5 da revista *Ilustração Transmontana* consta que era “vulgar dizer-se que uma horta equivale a uma arca de pão”(AGUIAR, 2013, p.26), porque para as mulheres, o que importava era a prosperidade da família e das terras, e isso via-se, afinal, pela quantidade de pães que saíam do forno.



IV.III_ figura 1
masseira, peneira e pão: mulher transmontana em confronto com a fertilidade da terra, 1950/60

Após o tempo necessário para a regeneração do solo, reiniciava o ciclo, plantava-se novamente o cereal nos alqueives, com trabalhos colectivos feitos nas propriedades privadas. Chegado o tempo da colheita levava-se o centeio para a eira, para ser dividido em palha, grão e restolho. Da palha, faziam-se, no mesmo lugar-do-saber, as medas/moreias. Mais tarde, ao longo do ano, ia-se desfazendo a estrutura conforme a necessidade de alimentar o gado e lhes dar condições de conforto nos lugares-do-saber com função de abrigo: curriças e chequeiros. Também o restolho recolhido nas eiras servia para o mesmo

feito, ou para cobrir as ruas no processo de produção do adubo comunitário. O grão separado na eira ia para o moinho de água. Lá, a moleira encarregava-se de o transformar em farinha, estando então preparado para ser armazenado na cozinha da casa rural transmontana. Chegado à habitação e sabendo que ao longo do ano o gesto se repetia conforme necessário a produção de pão, a matéria-prima passava da masseira para o forno. Após o fabrico do pão, as cinzas eram colocadas de novo na terra, para fertilizar os terrenos juntamente com os outros adubos no processo de produção agrária (PIRES et al., 1994, p.48). Este adubo, juntava-se ao recolhido nas ruas da aldeia e ao “pombinho” dos pombais privados. Tal como a ciclicidade da mulher, a produção do pão, finalizava mais um ciclo e estava a regenerar, preparando-se para uma nova fase de fertilidade.

Nestes ciclos de produção, a mulher era, para além de fiadeira uma lavadeira, moleira, lavradora, padeira, pastora e vendedora.

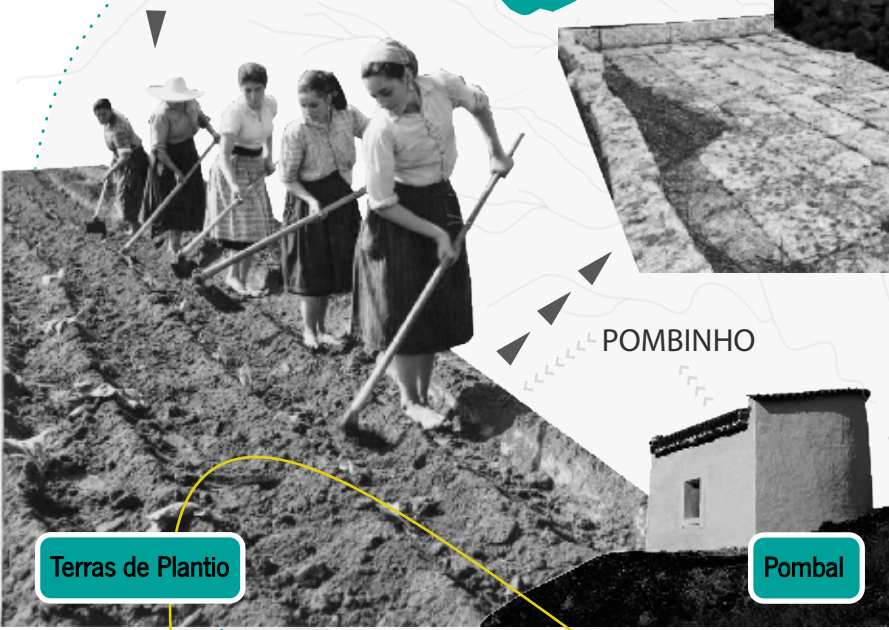


figura 65
a distribuição dos ofícios da mulher transmontana pelo território (inspirada na “Section Valley” de GEDDES)

SEMENTE

transformações do cereal

Quinta do Porpinto



Terras de Plantio

POMBINHO

Pombal



Eira

Medas

PALHA

GRÃO

RESTOLHO

lugares-do-saber-comunitários

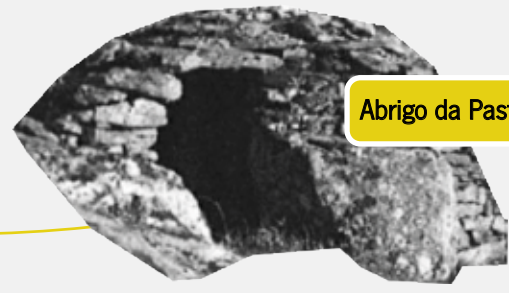


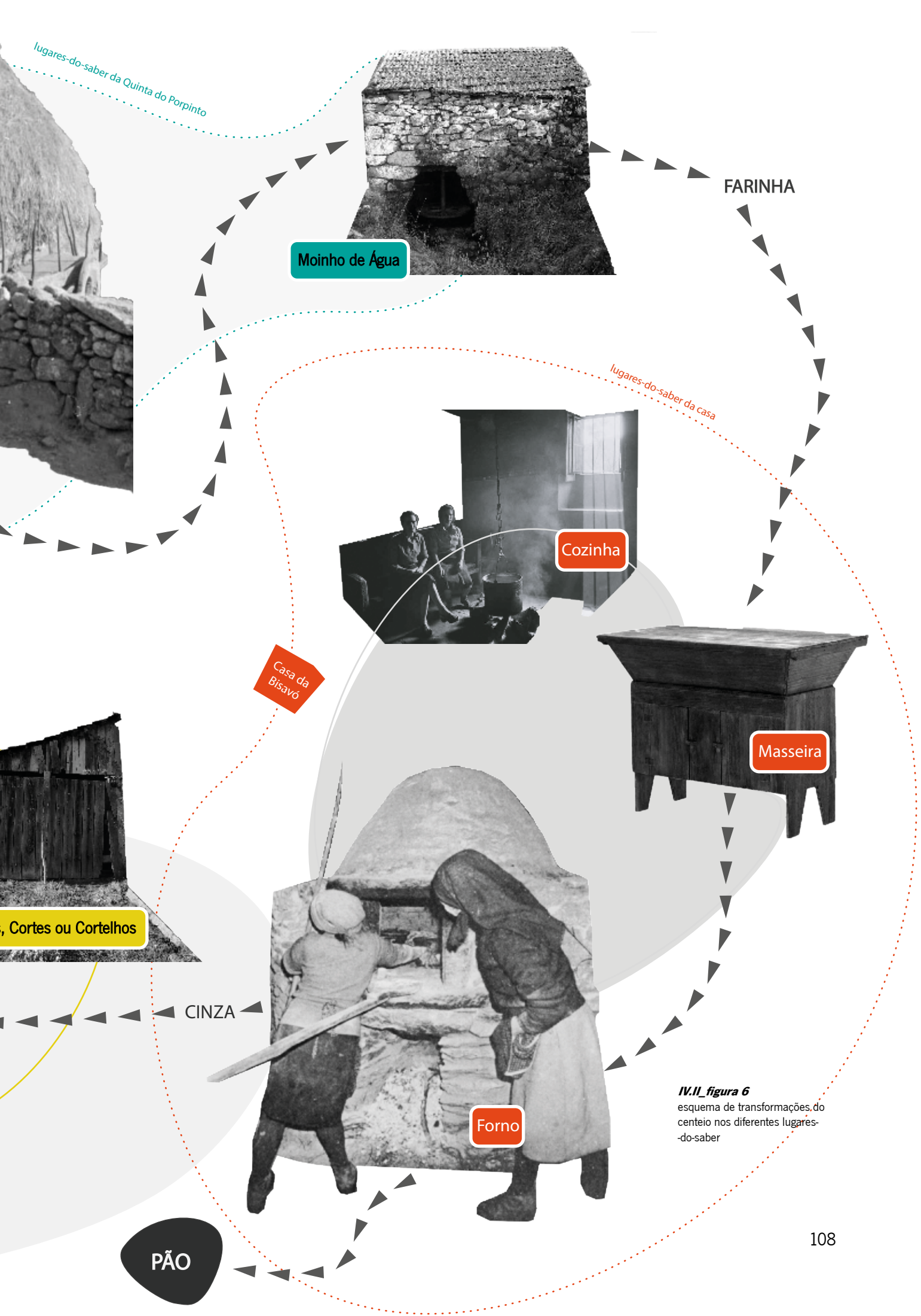
Rua 'Estrumeira'

ESTRUME

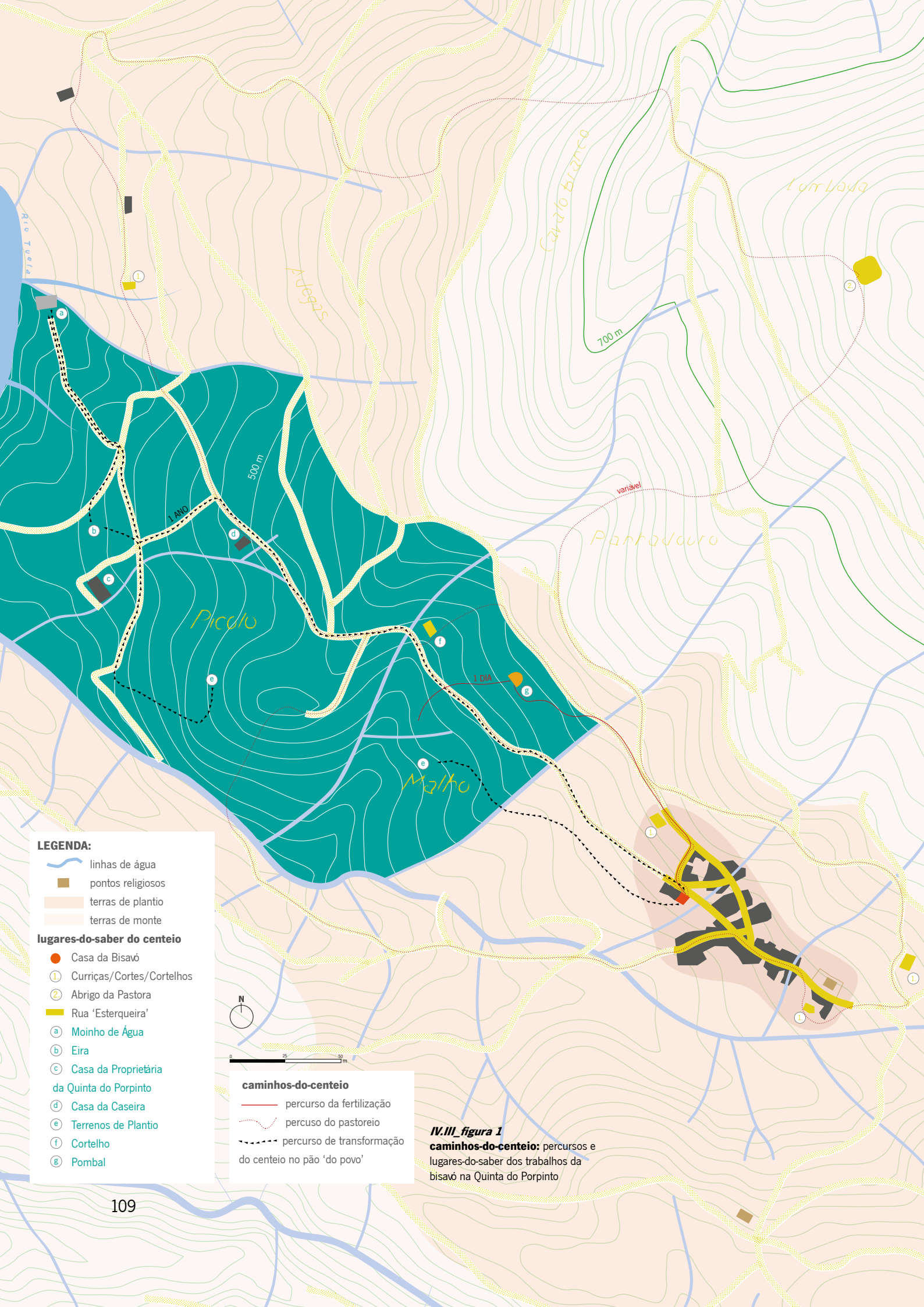
Curriças

Abrigo da Pastora





IV.II_ figura 6
 esquema de transformações do
 centeio nos diferentes lugares-
 do-saber



LEGENDA:

- linhas de água
- pontos religiosos
- terras de plantio
- terras de monte

lugares-do-saber do centeio

- Casa da Bisavó
- Curriças/Cortes/Cortelhos
- Abrigo da Pastora
- Rua 'Esterqueira'
- Moinho de Água
- Eira
- Casa da Proprietária da Quinta do Porpinto
- Casa da Caseira
- Terrenos de Plantio
- Cortelho
- Pombal



caminhos-do-centeio

- percurso da fertilização
- percurso do pastoreio
- percurso de transformação do centeio no pão 'do povo'

IV.III_figura 1
caminhos-do-centeio: percursos e lugares-do-saber dos trabalhos da bisavó na Quinta do Porpinto

Quinta do Porpinto

A passagem do centeio desde a semente até ao forno, e a confecção do pão eram um processo complexo e longo que implicava várias fases de transformação do centeio. Tal sucedia, como explicito no esquema anterior, em diferentes lugares-do-saber. As fases do calendário de plantio associadas a cada ofício executado nos vários dispositivos que constituíam a arquitetura de vernacular local, dependiam da estrutura das propriedades rurais. A quinta na qual a bisavó trabalhava era uma das maiores de Nunes, localizada nos terrenos à margem do Tuela. Como a casa da bisavó se localizava na Rua do Arrabalde, mais afastada da zona central do núcleo urbano, era uma das mais próximas da Quinta do Porpinto. Esta era constituída por uma eira, duas curriças em terrenos distintos, um pombal de uso privado e uma habitação para a caseira. Também possuía um moinho de água privado mas, dada a tradição comunitária da aldeia, assume-se que seria partilhado com a Quinta da Veiga que não dispunha do engenho e cuja área não mostrava poder económico para a construção de um.

percursos da bisavó

As fotos das mulheres transmontananas continuavam a fazer-me imaginar Inês, menina e mulher em Nunes. O que estava *na cabeça* da bisavó? Que lugares-do-saber percorreu? Havia uma rede invisível que ligava os dispositivos utilizados para a produção do centeio até chegar ao forno das casas transmontananas e elas o transformarem em alimento. Eram os caminhos-do-pão. Cada família tinha os seus, variando não só nas habitações, nas quais acontecia a fase final de produção do alimento, como também nos lugares-de-saber de uso comunitário, espalhados pelo território e os privados, presentes nas quintas. Estes percursos são o que, na cultura portuguesa, posso usar para construir a minha *songline*. Para os aborígenes, cada tribo passa o conhecimento do território que considera importante ser transmitido às gerações mais novas a partir de linhas invisíveis que cruzam o território e os céus, e que eles percorrem. No caso de Inês de Jesus, e da história em comum das mulheres transmontananas, considerando o passado “escondido” das suas vidas, é importante serem transmitidos os conhecimentos destes percursos de produção do pão. A representação daquilo que foi a memória destas mulheres é, o “conhecimento” a ser transmitido. Para os aborígenes, como a informação vai passando de geração em geração, é natural que cada pessoa acrescente a sua perspectiva ou comunique, no mínimo, da sua forma única. Essa perspectiva é pessoal, não só por se tratarem de personalidades distintas como, mais do que tudo, por serem corpos diferentes a percorrerem o mesmo território, e como tal, lerem a paisagem de forma distinta. Este, que aqui foi narrado, é o percurso do pão da bisavó Inês, personificado por mim, herdeira do seu sistema de mulheres e comunidade, na Terra.

¹ referência à expressão de Graça Morais “na cabeça de uma mulher está a história de uma aldeia”, que intitula o documentário de nome homónimo produzido por Joana Morais (2000).



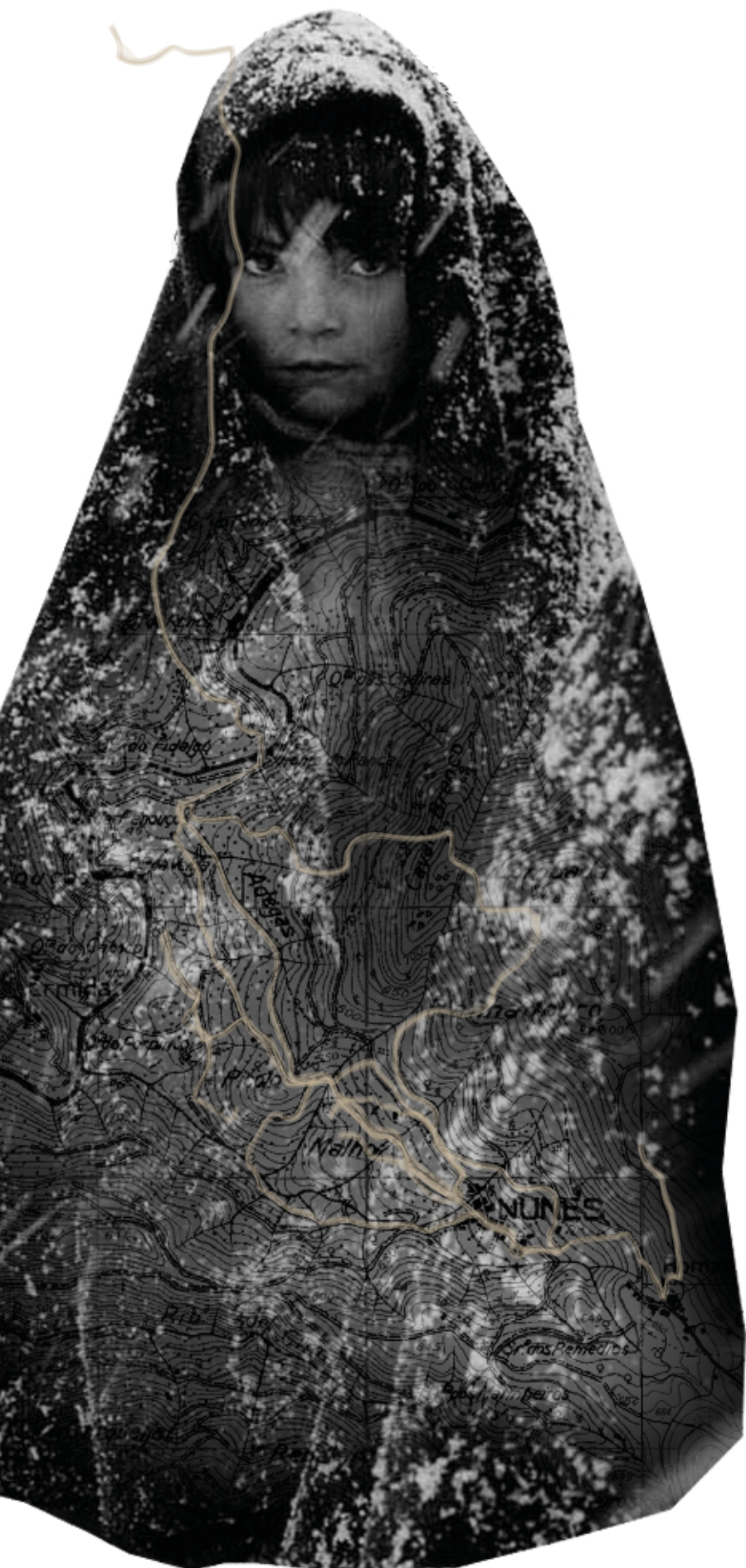


V. Memória de [uma] mulheres

V_figura 1

crianças a percorrerem os percursos de uma aldeia transmontana, 1950/60





V_ figura 2
percursos de Inês

Ao perguntar se sabiam de
Inês de Jesus, já ninguém contava...

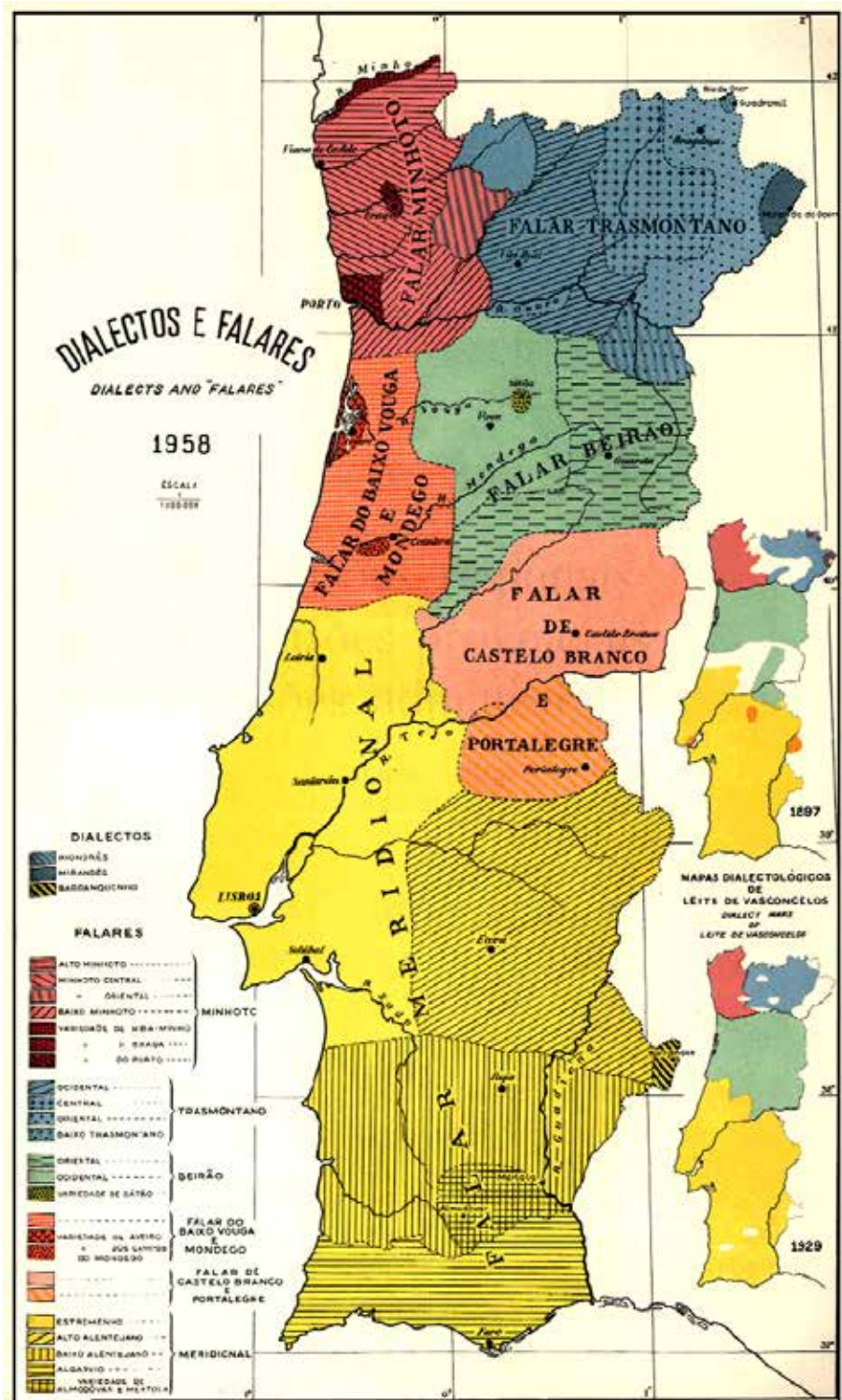
Encontrei uma senhora velhinha no
centro da aldeia.

Perguntou-me quem eu era e o que
fazia por aquelas terras. Disse-lhe que
me chamava Inês e que estava a
contar a aldeia da minha família,
que a minha bisavó era de lá e a
quisia contar.

Perguntou-me de onde vinha.
Não me deixou responder:

"Tens casa das gentes de cá."

Numas,



in GIRÃO, Aristides de Amorim (1941, 2ª edição 1958), Atlas de Portugal. Coimbra

Glossário do *Falar Transmontano*

Agarabanhar, Apanhar com as duas mãos ou auxílio de alguma alfaia agrícola. (Ex. Ontem agarabanei a lenha toda.)

Agarimar, Proteger do frio.

Ai, Há. (Ex. Vê se ainda ai palha no chequeiro.)

Aixada, Enxada, sacho, sachola, alfaia agrícola usada para moldar o terreno. (Ex. Quando chegares ao campo traz a aixada.)

Alfa, Marco que define os limites das propriedade e/ou caminhos públicos. Segura-se por juizes, pedras laterais, enterradas. (Ex. A mulher mudou as alfas do caminho.)

Alveiro, Pano branco de linho, estopa ou outro tecido com que as mulheres transmontanas cobrem a massa de fazer o pão, para auxiliar no processo de fermentação, ao que chamam fintar. (Ex. Deixa o alveiro aí na masseira.)

Amoadado, Massa parecida comaçorda, usada para fazer enchidos que levam pão, como é o caso das alheiras. O amoadado das alheiras é feito com migas de pão amolecidas na água da cozedura das carnes e temperada com sal, alho, pimento, etc. (Ex. Vou deixar esta água para o amoadado.)

Arreigar, Arrancar da terra. (Ex. Ontem elas foram arreigar batatas.)

Arrouso, Logradouro público suficientemente amplo onde o carro de bois pode dar a volta. Vem de “Rossio”. (Ex. Aquela quinta tem bons arroussos.)

Avantar, Trabalhar ou andar muito de pressa. (Ex. Hoje temos que acabar este campo, vamos avantar!)

Avó, ou avô. Diz-se sempre avó, não se distingue a palavra entre o masculino e o feminino. (Ex. O meu avó é muito velho.)

Bezo, Vezeira, gado comunitário ou outra coisa que seja partilhada pela comunidade. (Ex. Hoje calha-me o bezo.)

Bima, Segunda lavra, normalmente feita em Junho. É nesta fase que se preparam as terras nas quais se planteio o centeio mais tarde. A boa lavradreira faz os sulcos da bima perpendiculares aos da decrua para que toda a terra seja desterroada, rasgada e revolvida. (Ex. As mulheres transmontanas dizem “decrua em Maio e bima em S. João e terás bom pão”.)

Bolandro, Porção de terra. (Ex. Hoje vou à lenha naquele bolandro de cima.)

Brão, Verão. (Ex. No brão vou a Miranda.)

Caboco, Linha-de-água que só corre no tempo das chuvas, normalmente, ou os regos grandes e profundos que as chuvas desenham nas terras de cultivo (Ex. O terreno ficou cheio de cabocos.)

Calhabouço, Lugar de difícil acesso e desajeitado. (Ex. Não sei se o carro chega àquele calhabouço!)

Canelho, Caminho muito estreito entre duas paredes. (Ex. Cuidado ao passar no canelho.)

Canijo, Tecto da cozinha feito de ripas de madeira. Localiza-se sobre a lareira e usa-se para pendurar enchidos para fumar ou secar outras coisas. (Ex. Pendura as alheiras no canijo.)

Carocha, Pedaco de pão com muita côdea, normalmente de forma oval. Um pão grande oferece normalmente duas carochas, uma quando se abre e outra no final. (Ex. Queres a carocha?)

Carrachas ou carrachinhas, Forma de transportar as crianças aos ombros, com uma perna de cada lado do pescoço. (Ex. Leva a menina às carrachas.)

Carracheiro, Fogueira com brasas muito forte. O “centro” mais quente do lume. (Ex. Esta lenha deu um bom carracheiro.)

Casarola, Casa pequenina e mal feita ou cabana. (Ex. Fez uma casarola perto do rio.)

Castenheirolo, A planta que dá batatas, batateira.

Ceibar, Seivar. Primeiro pastoreio dos animais na erva nova que nasceu num lameiro. (Ex. Amanhã vamos ceibar o lameiro de baixo.)

Cemba, Beira ou extremidade de um caminho propriedade onde aparece erva tenra. (Ex. As vacas limpam a cemba do caminho.)

Chabolo, Casa com condições muito precárias. (Ex. Vivem num chabolo...)

Charamago, Ervas daninhas, comestíveis, frequentes nos terrenos cultivados. Usam-se muitas vezes para a alimentação dos animais. Também lhes chamam rábano-silvestre, rábano-bastardo ou saramago-maior e labresto. (Ex. Leva o charamago aos porcos.)

Charguaço, Arbusto espontâneo que cresce nas terras de monte. (Ex. Lá para cima está cheio de charguaço!)

Chichorro, Cogumelos. (Ex. Não colhas os chichorros venenosos.)

Cibo, Pedacinho de qualquer coisa. (Ex. Pediu-me um cibo de pão.)

Cocheira, Plantas que nascem da mesma semente. (Ex. O centeio deu cocheiras de 6 palhas.)

Colheroto, Colher grande de madeira usada para mexer o amoadado ou a calda com que se fazem alguns enchidos. (Ex. Onde deixei colheroto?)

Congalho, Conjunto de fumeiro seco preso no mesmo fio. Penduram-se normalmente na cozinha ou, caso exista, na adega. (Ex. Temos que encongalhar as alheiras.)

Contra-folha, Terra semeada na parte das terras de faceira que fica de pousio. (Ex. Semeamos à contra-folha, é melhor.)

Couço, Celeiro ou tulha onde se guardavam os cereais. Construía-se em algumas casas e era feita em granito aparelhado. Situava-se no rés-do-chão da casa com acesso através de um alçapão no primeiro andar. O grão vinha em sacos trazidos da eira pelos malhadores e era depositado no couço através dessa abertura, e retirava-se consoante as necessidades da família, através de uma abertura nas paredes à qual se acedia no piso inferior.

Corredura, Ordem pela qual cada vizinha tem direito a moer num determinado dia da semana. (Ex. Pela corredura do moinho do Porpinto, posso ir moer às terças-feiras.)

Cornijó, Saliência escura que aparece na espiga do centeio maduro. Antigamente valia muito dinheiro. (Ex. Sorte das que colheram os cornijós!)

Cortinha, Terreno de regadio, murado, nas terras de horta, junto às das casas. (Ex. Para o caldo uso as couves da cortinha.)

Cunchouço, Casa muito velha e suja. (Ex. Lá para cima só há cunchouços.)

Curriça, Curral de campo geralmente destinado às ovelhas. (Ex. Depois da ronda deixa-as na curriça.)

Cusco, Cuscuz, massa que se faz com farinha de centeio ou trigo (Ex. Logo comemos cusco.)

Dá feito, Sorteio das correduras - voltas semanais - do moinho ou das águas de rega. Antes desse sorteio o moinho e as águas andam baralhadas, ou sejam, pertencem a quem as apanhar. Na zona de Vinhais, as águas entram dá feito no dia em Maio. (Ex. O moinho do Porpinto já está dá feito; as águas da madre ainda andam baralhadas.)

Decrua, Primeira lavra, ou ralba. É a primeira preparação das terras de plantio para receberem a semente. Normalmente acontece na Primavera ou, dependendo do Inverno pode dar-se em Fevereiro ou Março. (Ex. Já é tempo da decrua.)

Desarar, Aconchegar a terra aos castenheirolos (expressão para batateiras) através da abertura de sulcos pouco profundos em ambos os lados de cada fileira de plantio.

Dobanar, Enovelar o fio de uma meada. (Ex. Elas estão a dobanar a lã.)

Embugadeiro, Lugar onde alguns animais se embugam.

Emelgas, Divisórias do terreno feitas pela lavradeira antes do plantio. Marcam-se com pequenas porções de palha ou arbustos das terras de monte. Servem para distinguir o terreno semeado daquele que ainda não tem semente. (Ex. O terreno de lá já têm emelgas.)

Esbourar, Trabalhar exaustivamente. (Ex. Estou farta de esbourar.)

Escabocar, Verbo que serve para designar a acção da chuva quando, correndo violentemente, estraga as terras de cultivo, abrindo regos grandes e profundos. Ex. A chuva escabocou-me a leira toda.

Esferrunchar, Trabalhar ansiosamente.

Eslareirar, O mesmo que larejar. Limpar o forno com o lareiro, antes de enfiar o pão. Significa também ter o estômago limpo, ter muita fome. Ex. Mãe, dê-me de comer que estou eslareirado.com a fome.

Eslarejar, Acto de limpar o forno com um lareiro quando já está com temperatura suficientemente alta para cozer o pão. (Ex. Eslareja o forno!)

Estrequeira, Estrumeira. Antigamente usavam a rua, em frente às suas casas para depositar esterco e espalhavam palha centeia ou monte cortado, sobretudo giestas e carquejas. As pessoas e animais que passavam misturavam tudo o que ajudava à fermentação que colmatava no estrume, usado posteriormente para adubar as terras.

Estrigana, Estames secos das espigas de centeio ou feno que provocam muita comichão. (Ex. Tenho as pernas cheias de estriganas.)

Faceira, Seara de centeio, normalmente divididas em duas folhas.

Fingir, Divisão da massa em pedaços arredondados, com tamanho e peso aproximados, que são colocados no estrado antes de entrar no forno.

Fintar, Fermentar, levedar o pão. Cobre-se a massa cuidadosamente com um alveiro (ver definição acima). (Ex. O pão já está a fintar.)

Fronchas, Pequenos ramos secos de urze, de giesta ou de outras plantas que servem para acender o lume. (Ex. Não tenho fronchas para acender o lume.)

Furgalho, Pedacinho de qualquer alimento, sobretudo de pão, migalha de pão. (Ex. Parte a broa com cuidado para não esfurgalhar.) Também se usa para designar uma criança pequenina e atrevida. (Ex. Olha a furgalha, que arisca.)

Galdrocho, Lenha desajeitada. (Ex. Queima-se uns galdrochos.)

Garimo, Lugar aconchegado e quentinho, protegido do frio. Usa-se também o adjectivo garimoso para designar os sítios mais mimosos e protegidos do frio no Inverno, onde normalmente se plantam as novidades da horta. (Ex. Está tanto frio, vamos para aquele garimo.) Usa-se também em sentido figurado para significar carinho, amor. (Ex. Ai, que garimo...!)

Garnancho, Raiz grossa e seca de árvore usada para o lume.

Guilho, Pedra rija, normalmente de quartzo, usada na extremidade do eixo do moinho.

Hora de moinho, Equivale a 24 horas de moagem em moinhos comunitários. (Ex. Vou pedir uma hora de moinho à vizinha para moer uns grãos de centeio.)

Inspido, Pão que cresceu bem. (Ex. O pão ficou está inspido.)

Jarolda, Passeio, brincadeira, pândega. (Ex. Ontem fui à jarolda.)

Larota, Espécie de alheira, sem alhos. (Ex. Tira as larotas do caniço.)

Leiturga, Leituga, planta herbácea, infestante e leitosa, que cresce espontaneamente nos campos usada para alimentar os porcos.

Maçacuca, Excrescência que se forma nos tecidos vegetais dos carvalhos pela acção de um insecto ou de um fungo. (Ex. Lá para cima as árvores estão cheias de maçacuca!)

Mangal, Cabo do malho, mangual feito de madeira, na ponta do qual se segura uma peça móvel, chamada pirtigo com que se malhava o centeio.

Mandil, Capa feita de pano grosseiro usado pelas pastares no tempo frio. (Ex. Já está tempo de usar o mandil.)

Medouco, Pequena meda feita com molhos de centeio. (Ex. Estive a emedoucar e fiz 20 medoucos.)

Mijacões, Cogumelos venenosos que aparecem espontaneamente em locais sombrios e húmidos. (Ex. Não comas os mijacões.)

Mim, Muito. (Ex. Estás mim bonita.)

Miotes, Meias de perna curta usadas pelos homens, feitas pelas mulheres com lã de ovelha. (Ex. Acabei os miotes ontem.)

Mojingar, Trabalhar muito devagar. (Ex. Não há tempo para mojingar!)

Mornaleira, Molhos de centeio que se encostam uns aos outros verticalmente para evitar que a espiga toque no chão. Fazem-se as mornaleiras em algumas zonas das quintas para facilitar a carga na altura das acarrejas.

Mornal, Saco onde se levam as provisões para o campo. (Ex. Leva o mornal!)

Murganhos, Resto de lenha, de folhas e outros materiais miúdos que se acumulam junto aos sequeiros de lenha e se usam para acender o lume. (Ex. Traz uns murganhos para acender o lume.)

Mulidas, Almofadas revestidas que se colocam na cabeça das vacas para nelas assentar o jugo sem magoar. (Ex. Põe as mulidas no carro.)

Non dá a mocha para a cornuda - Expressão utilizada para dizer que um determinado trabalho ou negócio não dá lucro. (Ex. Nisto não se ganha nada, non dá a mocha para a cornuda.)

Nobela, Vitela crescida. (Ex. Tens uma linda nobela.)

Olho do moinho, Orifício central da mó do moinho.

Paiela, Espátula de madeira usada para tirar a farinha do farneiro para os sacos. (Ex. Enche bem a paiela para compor o saco.)

Palharego, Casa velha usada para arrumar coisas “sem importância”. (Ex. Vai lá ver se está no palharego.)

Palinheira, Pedra da boca do forno, onde se pousa a pá para receber o pão que vai ser enfeitado.

Patagalana, Andar descalço, sem preocupações. (Ex. Lá anda ela patagalana.)

Pecissão, Procissão. (Ex. Sai amanhã a pecissão.)

Poula, Terreno de pouso, inculto e pouco fértil, onde normalmente cresce uma espécie de erva aproveitada para alimento dos animais. Figurativamente significa também estar em jejum. (Ex. Queres vinho? Não, estou em poulo.)

Quecobina, Cogumelos que nascem junto à raiz dos chaguarços e que são muito boas para comer. (Ex. Colhi quecobinas para comermos.)

Queijota, Lareiro com cerca de 2 metros de comprimento e com uma extremidade em L ou T usada para movimentar o pão dentro do forno. (Ex. Chega-me aí a queijota para rodar o pão.)

Raba, Espécie de beterraba, de raiz carnuda. É tradição comer rabas no banquete da matança do porco. Usa-se também a expressão “vai às rabas” que significa “vai passear”, “vai enganar outro”. (Ex. “Boa raba de Soeira, bom trigo de Paçó, bom vinho dos Alvaredos e castanhas de Sobreiró.”)

Rascalho, Galho de árvore verde ou avelado que se usa para varrer o chão. (Ex. Dei uma rascalhada na cozinha.)

Regocha, Cêdea mais rugosa do pão centeio. (Ex. Que boa regocha!)

Reizinho, Chouriça de carne mais pequena do que o normal, feita para aproveitar restos de carne e pontas de tripa. Os reizinhos destinam-se normalmente às crianças. (Ex. Anda cá que te quero dar um reizinho.)

Repolgas, Cogumelo que cresce nos troncos de certos carvalhos muito boas para comer. (Ex. Amanhã vou lá cima colher as repolgas.)

Riágueda, Urze alvarinha de flor branca que faz um ruído característico quando deitada ao lume.

Rodela, Círculo de tecido almofadado que se coloca em cada um dos chifres das vacas para evitar que o jugo magoe a cabeça dos animais quando jungidos.

Salpedrez, Granizo, aguaceiros congelados em pequenos grãos. (Ex. Olha como cai salpedrez!)

Sarramondinhas, Mudança rápida de lugar. Diz-se daquele que não pára quieto. (Ex. Aquela mulher é uma sarramondinhas.)

Scarabanada, Váttega de granizo de pequena duração mas violenta e inesperada. As scarabanadas são frequentes em Março. (Ex. Espero que esta scarabanada não me estrague o campo.)

Segurelha, Peça metálica cravada na extremidade superior do eixo do rodízio na qual encaixam as ranhuras da mó do moinho, permitindo o movimento.

Serudes, Plantas espontâneas herbáceas e venenosas.

Sincho, Planta herbácea, espontânea que infesta as terras de cultivo. (Ex. A faceira está cheia de sinchos.)

squeiro ou Esqueiro Monte de lenha que se guarda junto à casa para queimar na lareira, sobretudo no Inverno. (Ex. “Não há abrigada como a do esqueiro nem sombra como a do fragueiro”)

Stanazes, Tenazes. Instrumento de ferro que se usa para apanhar brasas ou compor a lenha do lume que arde na lareira. (Ex. Dá-me as stanazes que quero apanhar umas brasas do lume.)

Tagalho, Rebanho pequeno, de ovelhas ou cabras. Também se usa para crianças. (Ex. Lá vem o tagalho do rio.)

Taranheiro, Terra de sequeiro pouco profunda e pobre para a agricultura. (Ex. Oh, aquele taranheiro não dá nada.)

Tolaco, Terreno alagado e cheio de lama. O mesmo que tremedal, lodaçal. (Ex. O carro ficou preso no tolaco.)

Trangliar, Balançar. Caminhar sem direcção. (Ex. Sai da taberna a trangliavar.)

Trascado, Queimado pelo frio. (Ex. O frio trascou as folhas das árvores.)

Travessio, Ar muito frio e seco que seca as plantas e faz cair a flor e a fruta das árvores. (Ex. Veio um travessio que deu cabo de tudo.)

Tremesinha, Terreno alagado e cheio de lama, Lodaçal.

Tremoia, Peça do moinho por onde passa o grão para moer. Em sentido figurado designa as pessoas que comem muito. (Ex. Aquele é que tem tremoia.)

Vacas, Cogumelos que crescem nos castanheiros.

Valeiro, Vala das vinhas onde estão plantadas as cepas

Varilhas, Estrutura de madeira colocada sobre a masseira, sobre a qual anadm as peneiras no acto de peneirar.

Viaença, maluqueira, tentação. (Ex. Deu-me a biaraça e fui ao rio.)

Ziorte, Vento gelado. Corrente de ar muito fria e perigosa. (Ex. Soprava um ziorte tão frio que tive de vir para casa.)

Zirboada, Bátega de chuva. (Ex. Veio uma zirboada que me molhou todo.)

Este glossário foi construído a partir da experiência no terreno e da informação disponível em: <https://web.archive.org/web/20100303032110/http://www.bragancanet.pt/cultura/vocabulario/>

Referências bibliográficas

AGUIAR, C. (2013). A paisagem rural de Bragança (séc. XIX e XX). In: Bragança na época contemporânea (1820-2012) 15-31. Porto: CEPESE - Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade & Município de Bragança.

AMARO, D. (2010). Recuperação de Pombais Tradicionais. Porto: Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte.

ANDRÉ, R. (2022). Coleção de Espectadores (espetáculo). Guimarães.

Associação dos Arquitectos Portugueses. (1988 [1961]). Arquitectura Popular em Portugal, 1º volume: Zona 1: Minho, Zona 2: Trás-os-Montes, Lisboa: Associação dos Arquitectos Portugueses

ASSUNTO, R. (2013). Paisagem e Estética. In: SERRÃO, Adriana V. (coord.)Filosofia da paisagem: uma antologia. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa.

BARBOSA, J. C. (2001, Setembro). Valorização e Aproveitamento Das Construções Rurais Tradicionais em Trás-os-Montes Como Elementos do Meio Rural e da Actividade Agrária. “Mundo” Rural e Património presented at the 1º Congresso de Estudos Rurais. , Vila Real.

BEAVOUIR, S. (1970 [1949]). O segundo sexo - livro 1: Fatos e Mitos. São Paulo: Difusão Europeia do Livro

BELO, D., DAVEAU, S. & MATTOSO, J. (2013). Portugal: O sabor da Terra - Um retrato histórico e geográfico por regiões. Lisboa: Círculo de Leitores

BRANCO, A. A., et al., (2013). Bragança na época contemporânea (1820-2012). (SOUSA F. [coord.] Investigação CEPESE - Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade), Bragança: Câmara Municipal de Bragança.

CAPELA, J. (2017). Forno do Povo: o templo românico da arquitetura popular na Serra do Larouco. In: Outras Fronteiras, Novas Geografias: Intercâmbios e Diálogos Territoriais, Colecção Iberografias, Vol.32. Lisboa: Âncora Editora.

CAPELA, J. (2005). Forno do Povo: o templo românico da arquitectura popular (Dissertação). Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, Coimbra.

CAPRA, F. (1986 [1982]). O Ponto de Mutação: a Ciência a Sociedade e a Cultura Emergente

CARVALHO, J. R. (2017). Trás-os-Montes, o nordeste. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

DIAS, C. C. (2013). Memórias de Trás-os-Montes e Alto Douro nos 55 anos do 'Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa'. Guimarães: Opera Omnia.

FERNANDES, M. (2020). Arquitectura De Terra, Kairós - Boletim do Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do Património, n.8, 60-69

FERREIRA, M. E., MONTEIRO, J. DO., SILVA R. H. D. & PEREIRA, E. (2022). Dicionário: Quem é Quem na Museologia Portuguesa – edição revista e ampliada. Instituto de História da Arte, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade NOVA de Lisboa. <https://doi.org/10.34619/oelt-t7xq>

LEAL, J. (2000). Etnogrfias Portuguesas (1870 – 1970): Cultura Popular e Identidade Nacional, Portugal de Perto. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

LEMO, F. S. (2001). Para a História da Arqueologia Portuguesa: Leite de Vasconcellos e a Arqueologia Transmontana. In: O Arqueólogo Português, Série IV, Vol. 19. 13-28.

Matos, Fonseca & Associados, RCL imagem e comunicação. (2014). Guia Terra Fria Transmontana: viagem à natureza. Bragança: Associação de Municípios Terra Fria do Nordeste Transmontano.

MORAIS, J. (2000). Graça Morais: na cabeça de uma mulher está a história de uma aldeia.

NOBRE, J. A. (2004). Cabanhas, casulhos e palombares na Terra de Miranda. Mogadouro: Instituto da Conservação da Natureza - Parque Natural do Douro Internacional

NORBERG-SCHULZ, C. (1991). Genius Loci: Towards a Phenomenology of Architecture. New York: Rizzoli.

OLIVEIRA, E.V., GALHANO, F., PEREIRA B. (1976). *Alfaia Agrícola Portuguesa*, Lisboa: Instituto de Alta Cultura.

OLIVEIRA, E.V & GALHANO, F. (2003 [1992]). *Arquitectura Tradicional Portuguesa*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

PEIXOTO, A. R. (1990 [1967]). *Etnografia Portuguesa: Obra Etnográfica Completa, série Portugal de Perto*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

PIGNATELLI, Marina. (2019). *Cadernos de Orações Cripto-Judaicas e Notas Etnográficas dos Judeus e Cristãos-Novos de Bragança*. Lisboa: Etnográfica Press.

PINTO, A. C. L. R. (2015). *Judeus, 'jóia da coroa transmontana': Proposta de criação de uma Rota Cultural dos Judeus em Trás-os-Montes (Dissertação)*. Faculdade de letras universidade de Coimbra, Coimbra.

REDENTOR, A. (2002). *Epigrafia romana na região de Bragança., Trabalhos de arqueologia, n.24*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.

RIBEIRO, O.(1989). *Opúsculos Geográficos, II - Pensamento Geográfico*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

SANCHES, M. J. (2019). *Os Primeiros habitantes do território bragançano*. In: SOUSA, F. *Bragança: das origens à revolução liberal de 1820*. 19-67. Porto: CEPESE - Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade & Município de Bragança

SARAMAGO, J. (2018 [2009]). *O Caderno*. Porto: Porto Editora.

STEINHARDT, I. (2014). *Criptojudes em Portugal: 'Deus, antes de ser português, foi judeu!'*, *WebMosaica: Revista do Instituto Cultural Judaico Marc Chagall*, n.6 (2), 133-142.

TABORDA, V. (2011 [1932]). *Alto Trás-os-Montes. (Estudo Geográfico)*. Coimbra: Imprensa da Universidade.

TAVARES, G. M. (2013). *Atlas do Corpo e da Imaginação: teorias, fragmentos e imagens*. Lisboa: Caminho.

TELLES, G. R., (2004). *A paisagem é tudo. Pessoas e Lugares, série II, n.16 4-5*

TERESO, J.P., HONRADO, J.P., PINTO, A.T. & REGO, F.C. (eds.). (2011). Florestas do Norte de Portugal: História, Ecologia e Desafios de Gestão. Porto: Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos - Rede de Investigação em Biodiversidade e Biologia Evolutiva.

VERGUEIRO, J. V. M. (2016). Inventário dos Pombais de Uva (Dissertação). Escola Superior Gallaecia, Vila Nova de Cerveira.

WISEU, A. (2015). A Memória do Outro: o Sistema de Valores Transmontanos no Estado Novo. In: CEM - Cultura, Espaço e Memória, n.6, 179-197. CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço & Memória» (Faculdade de Letras da Universidade do Porto) & Edições Afrontamento

Bibliografia

ANDRÉ, P., et al. (2016). *Arquitectura Popular. Tradição e Vanguarda*. Lisboa: [coord.] MIA'CET-IUL, Centro de Estudos sobre a Mudança Socioeconómica e o Território.

ANDRADE, A. J. (2004). *Estudos Sefarditas em Trás-os-Montes. O caso do Jornal Terra Quente. Cadernos de Estudos Sefarditas*.

ANDRADE, A. J., GUIMARÃES, M. F. (2015). *Judeus em Trás-os-montes: a Rua da Costanilha*. Lisboa: Âncora.s.

ASSUNTO, R., et al. (2011). *Filosofia da Paisagem. Uma Antologia*. Lisboa: Universitas Olisiponensis: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa

ALVES F. M. (Abade do Baçal). (1909-1940). *Memórias arqueológico-históricas do Distrito de Bragança*. Bragança.

ALVES, F. M. (Abade do Baçal). (1924-1925). *Os Judeus no Distrito de Bragança*. Bragança: Tipografia Piçarro e Assunção.

ALVES, F. M. (Abade do Baçal). (1929). *Portugal: Trás-os-Montes*. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa.

Associação dos Arquitetos Portugueses. (1988). *Arquitectura Popular em Portugal, 1º volume: Zona 1: Minho, Zona 2: Trás-os-Montes*. Lisboa: 3ª edição.

BALSA, C., TEIXEIRA, J. S. (2018). *Recursos Geológicos de Trás-os-Montes. Passado, presente e perspectivas futuras*. Bragança: Instituto Politécnico de Bragança.

BARBOSA, J. C. (2001, Setembro). *Valorização e Aproveitamento Das Construções Rurais Tradicionais em Trás-os-Montes Como Elementos do Meio Rural e da Actividade Agrária. "Mundo" Rural e Património presented at the 1º Congresso de Estudos Rurais*. Vila Real.

BASTO, E. A. L., BARROS, H. (1943). *Inquérito à Habitação Rural Vol. 1. A Habitação Rural no Norte de Portugal (Minho, Douro-Litoral, Trás-os-Montes e Alto-Douro)*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa.

BRANCO, A. A., et al. (2013). Bragança na época contemporânea (1820-2012). (SOUSA F. [coord.] Investigação CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade), Bragança: Câmara Municipal de Bragança.

BELO, D., DAVEAU, S., MATTOSO, J. (2013). Portugal: O sabor da Terra - Um retrato histórico e geográfico por regiões. Lisboa: Círculo de Leitores.

BETTENCOURT, A. M. S., ALVES, L. B. (2009). Dos Montes, das Pedras e das Águas: Formas de interação com o espaço natural da pré-história à actualidade. Braga: Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória», Associação Portuguesa para o Estudo do Quaternário.

BORGES, J. A. (2006). Gentes de Vinhais. Guimarães: Cidade Berço.

CABRAL, A. (1979). Trás-os-Montes e Alto-Douro. Lisboa: Direção Geral da Divulgação.

CALSAS, E. C. (1991). A Agricultura Portuguesa Através dos Tempos. Lisboa: INIC.

CAPELA, J. (2005). Forno do Povo: o templo românico da arquitetura popular. (Dissertação). Coimbra: Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

CAPELA, Joana et al. (2017) Outras Fronteiras, Novas Geografias: Intercâmbios e Diálogos Territoriais, Coleção Iberografias Vol. 32. Lisboa: Âncora Editora.

CAPRA, F. (1986 [1982]). O Ponto de Mutação: a Ciência a Sociedade e a Cultura Emergente

CARVALHO, J. R. (2017). Trás-os-Montes, o nordeste. Lisboa: Fundação Manuel dos Santos.

CAVEIRO, C. S. (2013). Avoengo, Memórias do tempo da minha avó. Retrato de uma Aldeia rural no Nordeste transmontano pelos anos trinta. Edição de autor

CÉSAR, A. (1959). Trás-os-Montes e Alto Douro (Antologia). Lisboa: Bertrand.

CHATWIN, B. (1998 [1987]). The Songlines. Londres: Penguin Books

CORBOZ, A. (2001) Le territoire comme palimpseste et autres essais.
Besançon: Éditions de l'imprimeur.

COSTA, A. J. E. (2005). Velhas Canções Transmontanas Vol.1. Chaves: Edição de autor

COSTA, F. R. (1944). Inquérito à Habitação Rural. Crítica à Obra. Estudo e Soluções do Problema. Lisboa: Seara Nova.

CRIADO, H. P. (1994). En la Raya de Portugal. Solidaridad y Tensiones en la Comunidad Judeoconversa. Salamanca: Universidad de Salamanca.

DIAS, J., GALHANO, F. (1986). Aparelhos de Elevar a Água de Rega. Contribuição para o estudo do regadio em Portugal. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

DIAS, A. J. (1950). Abrigos Pastoris na Serra do Soajo. Trabalhos de Antropologia e Etnologia XII.

DIAS, A. J. (1953). Rio de Onor. Comunitarismo Agro-Pastoril. Porto: Instituto de Alta Cultura.

DIAS, A. J., OLIVEIRA, E. V., GALHANO, F. (1959). Sistemas Primitivos de Moagem em Portugal. Moinhos, Azenhas e Atafonas. Vol. 1: Moinhos de Água e Azenhas. Porto: Instituto de Alta Cultura.

DIAS, A. J., OLIVEIRA, E. V., GALHANO, F. (1959b). Sistemas Primitivos de Moagem em Portugal. Moinhos, Azenhas e Atafonas. Vol. 2. Porto: Instituto de Alta Cultura.

DIAS, A. J., OLIVEIRA, E. V., GALHANO, F. (1963). Sistemas Primitivos de Secagem e Armazenagem de Produtos Agrícolas. Os Espigueiros Portugueses. Porto: Instituto de Alta Cultura.

DIONÍSIO, S. (1970). Guia de Portugal Vol. VI e VII: Trás-os-Montes e Alto Douro. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

DIONÍSIO, S. (1995). Guia de Portugal: Trás-os-Montes e Alto Douro: Lamego, Bragança e Miranda. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

DUSSAUD, C. et al. (2013). Georges Dussaud. Bragança: Câmara Municipal de Bragança.

ELMANO, A. (2006). Vila de Vinhais. Vinhais: Câmara Municipal de Vinhais.

FERNANDEZ, S. (1964). Recuperação de aldeias em Rio de Onor (CODA Concurso para a Obtenção do Diploma de Arquitecto). Porto: Escola Superior de Belas Artes do Porto

FERNANDEZ, S. (2011). Rio de Onor 1963-65, JOELHO Journal of Architecture Culture) n.2, Intersecções: Antropologia e Arquitectura. Coimbra: Departamento de Arquitectura da Universidade de Coimbra

FONTES, A. L. (1985). Cultura Transmontana e Autarquias. In: Estudos Transmontanos, Instituto Português do Património Cultural. Vila Real: Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Vila Real.

GALHANO, F. (1978). Moinhos e Azenhas de Portugal. Lisboa: Associação Portuguesa dos Amigos dos Moinhos.

GIRÃO, A. (1941). Atlas de Portugal. Coimbra

GONÇALVES, R. M. (2003). Arquitectura Humana no Nordeste Transmontano. Meio Rural do Alto Nordeste Transmontano. Bragança: Corane Edições.

HOCKEN, P. (2006). The Marranos. A History in Need of Healing. Dallas: Toward Jerusalem Council II.

LEAL, J. (2000). Etnografias Portuguesas (1870-1970): Cultura Popular e Identidade Nacional, Portugal de Perto. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

LEMOS, F. S. (2001). Para a História da Arqueologia Portuguesa: Leite de Vasconcellos e a Arqueologia Transmontana. In: Arqueólogo Português, Série IV, Vol. 19.

LIMÃO, J. (2004). Terra Fria Transmontana: Recuperação do património e valorização da paisagem rural. Pessoas e Lugares. Jornal de Animação da Rede Portuguesa.

MACHADO, C. M. (1999). Terras Bragançanas, um olhar sobre o passado. Edição dos Herdeiros de C.H.M.M.

MENDES, J. M. A. (1985[1980]). Trás-os-Montes nos Finais do Séc. XVIII. (Alguns aspectos Económico-Sociais). Série Estudos. Bragança: Instituto Politécnico de Bragança.

MARTINS, P. F. A. (1928). Folklore do Concelho de Vinhais. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

MARTINS, P. F. A. (1990). Alguns Apontamentos Etnográficos e Folclóricos sobre o Casamento na Região Vinhaense. Vinhais: Câmara Municipal de Vinhais.

MEA, E. C. A. (1997). Judaísmo no séc.XX: a fénix renascida em Trás-os-Montes, Páginas da História de Bragança-Miranda: Congresso Histórico dos 450 anos da Fundação (1545-1995). Bragança: Comissão de Arte Sacra de Bragança-Miranda.

MORIN, E. (2017[1990]). Introdução ao Pensamento Complexo. 6ª Edição. Lisboa: Edições Piaget.

MOUTINHO, M. (1995). Arquitectura Popular Portuguesa. 3ª Edição. Lisboa: Editorial Estampa.

NOBRE, J. A. (2004). Cabanas, casulos e palombares na Terra de Miranda. Mogadouro: Instituto da Conservação da Natureza – Parque Natural do Douro Internacional.

NORBERG-SCHULZ, C. (1991). Genius Loci: Towards a Phenomenology of Architecture. New York: Rizzoli.

OLIVEIRA, E. V., GALHANO, F. (2003). Arquitectura Tradicional Portuguesa. Lisboa: Editora Dom Quixote.

OLIVEIRA, E. V., GALHANO, F. (1992). Arquitectura Tradicional Portuguesa. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

OLIVEIRA, E. V., GALHANO, F., PEREIRA, B. (1969) Construções Primitivas em Portugal. Lisboa: Estudos de Etnologia – Instituto de Alta Cultura.

OLIVEIRA, E. V., GALHANO, F., PEREIRA, B. (1983). Tecnologia Tradicional Portuguesa. Sistemas de Moagem. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica.

OLIVEIRA, E. V., GALHANO, F., PEREIRA, B. (1976). Alfaia Agrícola Portuguesa. Lisboa: Instituto de Alta Cultura.

OLIVEIRA, E. V., GALHANO, F. (1992). Arquitectura tradicional portuguesa: Portugal de Perto. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

OLIVEIRA, I. (2011). A Fotografia no Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal. Coimbra: Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

PEGADO, J. A. M. (1905). Os Prados Naturais do Norte de Portugal (Lameiros). Com umas Noções Geraes de Praticultura. Lisboa: Instituto de Agronomia e Veterinária.

PIGNATELLI, M. (2022). Cadernos de Orações Cripto-Judaicas e Notas Etnográficas dos Judeus e Cristãos-Novos de Bragança. Lisboa: Etnográfica Press.

PINELO TIZA, A. (2015). Inverno ágico. Ritos e Mistérios Transmontanos. Vol. 1. 2ª Edição. Lisboa: Âncora Editora.

PINTO, A. C. L. R. (2015). Judeus. Joia da coroa transmontana – Proposta de criação de uma Rota Cultural dos Judeus em Trás-os-Montes. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

ROCHA, A. P. (1990). Etnografia Portuguesa. Obra Etnográfica Completa. Portugal de Perto. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

RUDOFISKY, B. (1987). Architecture without Architects: a short introduction to non-pedigreed architecture. New Mexico: University of New Mexico Press.

SANCHES, M. J. (2019). Os Primeiros Habitantes do Território Bragançano. Capítulo 1. In: SOUSA, F. (2019). Bragança: das origens à revolução liberal de 1820. Bragança: Município de Bragança e CEPESSE.

SANTOS, A. M. (2004) Flora e Fauna na Toponímia Transmontana. Vila Real e Bragança: Governos Civis de Vila Real e Bragança.

TAVARES, G. M. (2013). Atlas do Corpo e da Imaginação: Teorias, Fragmentos e Imagens. Lisboa: Caminho.

TABORDA, V. (1932). Alto Trás-os-Montes. Coimbra: Imprensa da Universidade.

TERESO, J. P., HONRADO, J. P., PINTO, A. T., REGO, F. C. (2011). Florestas do Norte de Portugal: História, Ecologia e Desafios de Gestão. Porto: Rede de Investigação em Biodiversidade e Biologia Evolutiva.

VERGUEIRO, J. V. M. (2016). Inventário dos Pombais de Uva (Dissertação). Escola Superior Gallaecia, Vila Nova de Cerveira.

WISEU, A. (2015). A Memória do Outro: O Sistema de Valores dos Transmontanos no Estado Novos. In: CEM n°6. Cultura, Espaço e Memória.

VASCONSELOS, J. L. (1985). Por Trás-os-Montes. O Arqueólogo Português. Volume XXI Lisboa: INCM.

STEINHARDT, I. (2014). Criptojudéus em Portugal: Deus, antes de ser português, foi judeu!. Rio Grande do Sul: WebMosaica Revista do Instituto Cultural Judaico Marc Chagall.

<https://web.archive.org/web/20100303032110/http://www.bragancanet.pt/cultura/vocabulario/>

filmes:

ARGOZELO - À PROCURA DOS RESTOS DAS COMUNIDADES JUDAICAS.
Realização: Fernando Matos Silva. Produção: Cinequipa - Cooperativa de Cinema Experimental. Portugal: Cinequipa - Cooperativa de Cinema Experimental. 1977. (104 min.) (documentário)

A METAMORFOSE DOS PÁSSAROS; ; Realização: Catarina Vasconcelos.
Produção: Primeira Idade: Pedro Fernandes Duarte, Joana Gusmão, Catarina Vasconcelos. 2020. (101 min.) (documentário, ficção)

TRÁS-OS-MONTES; Realização: António Reis e Margarida Martins Cordeiro.
Produção: RTP - rádio e televisão de Portugal, Tobis Portuguesa e CPC - Centro Português de Cinema. Portugal: VO Filmes. 1976. (108 min.)
(docuficção | etnoficção)

MÁSCARAS - À PROCURA DOS RESTOS DAS COMUNIDADES JUDAICAS;
Realização: Noémia Delgado. Produção: CPC - Centro Português de Cinema. Portugal: IPC - Instituto Português de Cinema. 1976. (116 min.)
(documentário | antropológico)

O HOMEM DE TRÁS-OS-MONTES; Realização: Miguel Moraes Cabral.
Produção: Garden Films. Co-Produção: Bear Team Production, Le Fresnoy - Studio National Des Arts Contemporains. Portugal: PORTUGAL FILM - Portuguese Film Agency, 2017. (29 min.) (ficção | curta metragem)

MUSGO; Realização: Alexandra Guimarães e Gonçalo L. Almeida. Produção: RAISPARTA. Portugal:????, 2021. (?? min.) (docuficção etnografica | curta metragem)

NA CABEÇA DE UMA MULHER ESTÁ A HISTÓRIA DE UMA ALDEIA;
Realização: e produção: Joana Morais, 2000. (32 min.) (documentário)

ÍNDICE DE IMAGENS

I_Figura 1 mulheres rurais transmontanas nos trabalhos diários 1950 p.2

fonte: Arquivo Artur Pastor (<https://arturpastor.tumblr.com/>)

I_Figura 2 fotografia da bisavó Inês, 1951 p.4

fonte: I. O.

I_Figura 3 Chloe, rodeada de flores a tentar recuperar da doença no coração.

L'écume des jours, adaptação cinematográfica de Boris Vian, 1968 p.4

fonte: L'écume des jours

I_Figura 4 Fotografia de Nunes p.5

fonte: I. O.

I_Figura 5 fotografia microscópica de uma célula P.6

fonte: www.clarin.com/buena-vida/sorprendente-microscopia-adn-ve-traves-ojos-celula_0_scFyeG4li.html

I_Figura 6 mulheres rurais nos ofícios diários, 1950 p.7

fonte: William Eugene Smith, Spanish Village

I_Figura 7 The Powers of ten. Ideia de escala e de repetição de padrões. Tudo se repete na natureza, a imagem inicial do filme assemelha-se muito à imagem final mesmo sendo de escalas de aproximação a um objeto completamente distante. p.9

fonte: The Powers of Ten, Charles and Ray Eames

I_Figura 8 mulheres aborígenes a retratarem a memória das suas ancestrais, a partir das songlines p.10

fonte:<https://irr.org.uk/article/voices-of-hope-the-power-of-creative-resistance/>

I_Figura 9 rituais aborígenes: danças das songlines, feitas ao longo dos percursos marcados no território australiano p.11

fonte: <https://outofmygord.com/2014/11/06/the-unintended-consequences-of-technology/>

I_Figura 10 resgate da tradição dos caretos transmontanos no documentário “Máscaras” de Noémia Delgado 1976 p.12

fonte: “Máscaras” de Noémia Delgado

I_Figura 11 representação de mulher transmontana a fiar

fonte: 2ª edição de “Ilustração Portuguesa” no 297, 30 de Outubro de 1911

I_Figura 12 representações de mulher a fiar em postais portugueses: à esquerda da série “Portugal em Silhuetas, ilustrador desconhecido, ed. António Vieira, Lda., Lisboa, s.d e à direita campanha publicitária do vinho “Bujarcas Colares, 1939 p.13

fonte: à esquerda: série “Portugal em Silhuetas, ilustrador desconhecido, ed. António

Vieira, Lda., Lisboa, s.d; à direita campanha publicitária do vinho “Bujarcas Colares, 1939

I_Figura 13 representação estereotipada da casa rural transmontana, 1933 p.14

fonte: Raul Lino

I_Figura 14 recorte do “Mapa de Imagens Regionais” de Amorim Girão, 1941 p.14

fonte: GIRÃO, Aristides de Amorim (1941, 2ª edição 1958), Atlas de Portugal. Coimbra

I_Figura 16 montagem da imagem regional da região transmontana com reformulação do conceito de paisagem proposto por Girão para o feminino p.15

fonte: I. O.

I_Figura 15 “Imagens regionais” de Amorim Girão 1941 p.16

fonte: GIRÃO, Aristides de Amorim (1941, 2ª edição 1958), Atlas de Portugal.
Coimbra

I_Figura17 litografia de Graça Morais representativa da memória do trabalho da mulher na paisagem transmontana, sem título, s.d p.18

fonte: Graça Morais

I_Figura 18 esquema explicativo do conceito de lugares-do-saber p.19

fonte: I. O.

II_Figura 1 mulheres a apanharem batata em Trás-os-Montes, Artur Pastor p.21

fonte: Arquivo Artur Pastor (<https://arturpastor.tumblr.com/>)

II.I_Figura1 mapa de localização da aldeia da bisavó Inês p.23

fonte: I. O.

II.I_Figura 2 mapa de localização de Nunes nas bacias hidrográficas portuguesas, 1941. P.24

fonte: Cartas Militares consultadas no Departamento de Geografia da Universidade do Minho

II.I_Figura 3 Carta geológica da Região Bragança-Vinhais, 1918 p.26

fonte: Cartas Militares consultadas no Departamento de Geografia da Universidade do Minho

II.I_Figura 4 formações geológicas na aldeia de Nunes, 2020 p.27

fonte: I. O.

II.I_Figura 5 vestígios arqueológicos da Lorga de Dine: cerâmicas pré-históricas p.28

fonte: Sanches. Os Primeiros habitantes do território Bragançano.

II.I_Figura 6 mapa de vestígios arqueológicos da zona periférica de Nunes, indicativos das primeiras mulheres a habitarem este território p.29

fonte: I. O.

II.I_Figura 7 Ponte romana “das Vinhas”, Vinhais p.31

fonte: Guia Da Terra Fria Transmontana

II.I_Figura 8 migrações da comunidade judaica na Europa ao longo dos séculos p.33

fonte: <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/acervo/diaspora-descubra-como-judeus-se-espalharam-pelo-mundo-743351.phtml>

II.I_Figura 9 Fraga dos Três Reinos p.34

fonte: http://www.rotaterrafría.com/pages/220/?geo_article_id=7583

II.I_Figura10 mapa de contraste das zonas nas quais a mulher podia ser judia ou era forçada a demonstrar fé cristã. P.35

fonte: I. O.

II.I_Figura 11 vestígio de estrela de David na entrada de uma propriedade rural no concelho vinhaense p.36

fonte: <http://www.rebordelo.net/cripto-judaismo/fotografias/p-10.html>

II.II_Figura 1 expressão da primeira página do estudo de Leite de Vasconcellos: Por Trás-os-Montes. P.37

fonte: Leite de Vasconcellos

II.II_Figura 2 fotografias da obra de Leite de Vasconcellos “Por Trás-os-Montes” p. 38

fonte: Leite Vasconcellos

II.II_Figura 3 obras etnográficas relevantes para a leitura da paisagem transmontana do início do séc. XX p.39

II.II_Figura 4 Casa transmontana p.40

Fonte: Vergílio Taborde

II.II_Figura 5 montagem das cartas militares de Nunes pp.41-42

fonte: I. O.

II.II_Figura 6 identificação de arquiteto Carlos Carvalho Dias que lhe permitia ter mais fácil acesso ao contexto rural transmontano p.44

fonte: <https://journals.openedition.org/etnografica/10073?lang=es>

II.II_Figura 7 crianças a pastorarem e Trás-os-Montes, 1950/60 p.45

fonte: Arquivo Artur Pastor (<https://arturpastor.tumblr.com/>)

II.II_Figuras 8 mulheres a lavar a terra e menina a buscar água na fonte, 1950/60 p.46

fonte: Arquivo Artur Pastor (<https://arturpastor.tumblr.com/>)

II.III_Figura 1 mulher transmontana a lavar no rio p.47

fonte: Arquivo Artur Pastor (<https://arturpastor.tumblr.com/>)

II.III_Figura 2 mapa de formas de exploração agrícola em Portugal, 1941 p.48

fonte: Cartas Militares consultadas no Departamento de Geografia da Universidade do Minho

II.III_Figura 3 duas jovens na apanha da batata em Trás-os-Montes, 1950/60 p.49

fonte: Arquivo Artur Pastor (<https://arturpastor.tumblr.com/>)

II.III_Figura 4 grupo de mulheres na apanha da batata em Trás-os-Montes, 1950/60 p.50

fonte: Arquivo Artur Pastor (<https://arturpastor.tumblr.com/>)

II.III_Figura 5 mulheres a trabalharem na sementeira em Trás-os-Montes, Artur Pastor p.51

fonte: Arquivo Artur Pastor (<https://arturpastor.tumblr.com/>)

II.III_Figura 6 comunidade transmontana após trabalho nas terras de centeio p.52

fonte: Arquivo Artur Pastor (<https://arturpastor.tumblr.com/>)

II.III_Figura 7 densidade populacional no distrito de Bragança segundo o estudo geográfico de Vergílio Taborda p.53

fonte: Vergílio Taborda

II.III_Figura 8 paisagem de produção agrária de Nunes, 2020 p.54

fonte: I. O.

II.III_Figura 9 telhados ilustram o modo de vida comunitário das aldeias transmontanas, 1961 p.54
fonte: Inquéritos à arquitetura popular portuguesa.

II.III_Figura 10 área e estrutura urbana de Nunes segundo a economia de subsistência o n de habitações era proporcional ao n de bocas possível de alimentar com as terras de plantio à disposição p.55
fonte: I. O.

II.III_Figura 9 representação da paisagem vinhaense na revista “Ilustração Portuguesa”, 1911 p.56
fonte: Ilustração Portuguesa

III_Figura 1 mulheres vendem pão numa feira em Trás-os-Montes, 1950/60 pp. 57-58
fonte: Arquivo Artur Pastor (<https://arturpastor.tumblr.com/>)

III.I_Figura 1 mapa dos diferentes tipos de alimentação nas regiões portuguesas, 1941 p.59
fonte: GIRÃO, Aristides de Amorim (1941, 2ª edição 1958), Atlas de Portugal. Coimbra

III.I_Figura 2 mulheres a venderem pão numa feira em Trás-os-Montes, 1950/60 p.60
fonte: Arquivo Artur Pastor (<https://arturpastor.tumblr.com/>)

III.I_Figura 3 artigo da revista “Ilustração Portuguesa” sobre a feira de gado (Feira de Santo António) de Vinhais, 1911 p.61
fonte: Ilustração Portuguesa

III.I_Figura 4 sementeira do centeio na folha do pão P.62
fonte: <https://books.openedition.org/etnograficapress/2178>

III.I_Figura 5 secção explicativa do sistema agrário da aldeia da bisavó p.63
fonte: I. O.

III.I_Figura 6 pastoras a carregarem gado ovino em Trás-os-Montes, 1980
p.64

fonte: Arquivo Artur Pastor (<https://arturpastor.tumblr.com/>)

III.I_Figura 7 mapa do sistema agrário de Nunes, com espécies da flora retiradas do estudo geográfico de Rozeira em 1933 pp.65-66

fonte: I.O.

III.II_Figura 1 reparações nas habitações transmontanas feitas pelos locais (Onor) p.67

fonte: Vergílio Taborda

III.II_Figura 2 formações geológicas na aldeia de Nunes, 2020 p.68

fonte: I.O.

III.II_Figura 3 rua de aldeia transmontana na qual se produzia adubo, 1932
p.69

fonte: Arquivo Artur Pastor (<https://arturpastor.tumblr.com/>)

III.II_Figura 4 forno de telha comunitário de Romariz, em Nunes, 2021 p.70

fonte: I. O.

III.II_Figura 5 processo manual de produção de telha em Romariz, antigo lugar pertencente a Nunes, 2010 p.70

fonte: Raul Coelho. (Portal das Freguesias de Vinhais: <https://www.facebook.com/people/Portal-das-Freguesias-do-Concelho-de-Vinhais/100064552965573/>)

III.II_Figura 6 processo manual de produção de telha em Romariz, antigo lugar pertencente a Nunes, 2010 p.71

Fonte: Raul Coelho. (Portal das Freguesias de Vinhais: <https://www.facebook.com/people/Portal-das-Freguesias-do-Concelho-de-Vinhais/100064552965573/>)

III.II_Figura 7 cortelho de madeira em parcela agrária privado em Nunes, 2021 p.71

fonte: I. O.

III.II_Figura 8 entrada para cortes numa habitação em Nunes, 2021 p.72
fonte: I. O.

III.II_Figura 9 meninas a fiarem à beira de um abrigo de pastor, muito provavelmente enquanto vigiam o gado, 1950/60 p.73
fonte: Arquivo Artur Pastor (<https://arturpastor.tumblr.com/>)

III.II_Figura 10 abrigo de pastor móvel, de palha p.74
fonte: Arquivo Artur Pastor (<https://arturpastor.tumblr.com/>)

III.II_Figura 11 abrigo de pastor móvel, de madeira p.74
fonte: Arquivo Artur Pastor (<https://arturpastor.tumblr.com/>)

III.II_Figura 12 “Section Valley” de Patrick Geddes, 1923 p.75
fonte: Patrick Gueddes

III.III_Figura 1 piso “de produção” da casa típica transmontana (Onor???)
p.76
fonte: Vergílio Taborda

III.III_Figura 2 mapa de relações entre a casa da bisavó e os dispositivos arquitetónicos “do povo” espalhados pelo território p.77
fonte: I. O.

III.III_Figura 3 representação da casa rural transmontana p.78
fonte: Etnografica press

III.III_Figura 4 como a casa da bisavó, na forma como se encontra conservada nos dias de hoje, dá indícios de ter tido, no passado, varanda contínua com as habitações vizinhas, pressupõe-se que se enquadrasse na tipologia de “casa média” enunciado no Inquérito à Arquitetura Popular em Portugal p.79
fonte: I. O.

III.III_Figura 5 representação de planta tipo de uma casa rural transmontana p. 80
fonte: I. O.

III.III_Figura 6 interior de um quarto de família uma casa transmontana, 1950/60 p.81

fonte: Arquivo Artur Pastor (<https://arturpastor.tumblr.com/>)

III.III_Figura 7 zona umbral numa habitação tradicional em Nunes: presença da varanda, das escadas e da sombra do piso inferior, 2021 p.82

fonte: I. O.

III.III_Figura 8 crianças a brincar em aldeia de Trás-os-Montes: usavam as escadas das casas como espaço partilhado, 1950/60 p.83

fonte: Arquivo Artur Pastor (<https://arturpastor.tumblr.com/>)

III.III_Figura 9 escadas numa habitação tradicional em Nunes: é visível a continuidade com a varanda e a entrada para o abrigo animal no piso inferior, 2021 p.83

fonte: I. O.

III.III_Figura 10 mulher transmontana a comer caldo no interior da sua cozinha, 1950/60 p.84

fonte: Arquivo Artur Pastor (<https://arturpastor.tumblr.com/>)

III.III_Figura 11 produtos a fumar no teto de cozinha transmontana: é notória a presença marcante do escano e da lareira 1950/60 p.85

fonte: Arquivo Artur Pastor (<https://arturpastor.tumblr.com/>)

III.III_Figura 12 mulher transmontana a comer pôr o pão no forno p.86

fonte: Arquivo Artur Pastor (<https://arturpastor.tumblr.com/>)

III.III_Figura 13 pão de centeio no forno p.86

fonte: Arquivo Artur Pastor (<https://arturpastor.tumblr.com/>)

IV_Figura 1 mulheres nas acarrejas do centeio pp. 87-88

fonte: Arquivo Artur Pastor (<https://arturpastor.tumblr.com/>)

IV.I_Figura 1 delimitação aproximada de parcelas associada a uma quinta de uma aldeia transmontana p.89

fonte: I. O.

IV.I_Figura 2 mapa da divisão da propriedade rústica nacional por km², 1941 p.90

fonte: GIRÃO, Aristides de Amorim (1941, 2^a edição 1958), Atlas de Portugal. Coimbra

IV.I_Figura 3 mapa das quintas de Nunes integradas no sistema agrário p.91

fonte: I.O.

IV.I_Figura 4 mulher a varrer a eira depois da debulha em Trás-os-Montes p.93

fonte: Arquivo Artur Pastor (<https://arturpastor.tumblr.com/>)

IV.I_Figura 5 construção das medas de palha p.94

fonte: Arquivo Artur Pastor (<https://arturpastor.tumblr.com/>)

IV.I_Figura 6 medas de palha em aldeia transmontana, 1980 p.95

fonte: Arquivo Artur Pastor (<https://arturpastor.tumblr.com/>)

IV.I_Figura 7 secção de moinho de água de roda horizontal, como seria o modelo de Nunes p.96

fonte: I. O.

IV.I_Figura 8 pombal que a bisavó usava, em Nunes, 2021 p.97

fonte: I. O.

IV.I_Figura 9 secção de columbarium romano, possível influência das construções transmontanas p.98

fonte: <https://www.metmuseum.org/art/collection/search/344223>

IV.I_Figura 10 secção de pombal transmontano p.99

fonte: I. O.

IV.I_Figura 11 planta de interior e planta de coberturas de um pombal em ferradura, como o da bisavó Inês p.99

fonte: I. O.

IV.II_Figura 1 mulheres a tosquiarem as ovelhas no espaço adjacente às casas p.100

fonte: Arquivo Artur Pastor (<https://arturpastor.tumblr.com/>)

IV.II_Figura 2 dia no qual se deixa o gado ir para os terrenos já colhidos para comerem os restos de plantação e deixarem o terreno mais limpo para posteriormente ser adubado” p.100

fonte: Arquivo Artur Pastor (<https://arturpastor.tumblr.com/>)

IV.II_Figura 3 grupo de mulheres na ceifa do centeio em Trás-os-Montes, 1980 p.101

fonte: Arquivo Artur Pastor (<https://arturpastor.tumblr.com/>)

IV.II_Figura 4 plantio do centeio: sementeiras p.101

fonte: Arquivo Artur Pastor (<https://arturpastor.tumblr.com/>)

IV.II_Figura 5 esquema de conexões entre os ciclos de plantio, lunares, menstruais, sazonais e do pão, das mulheres transmontanas do início do séc.XX pp.103-104

fonte: I. O.

IV.III_Figura 1 masseira, peneira e pão: mulher transmontana em confronto com fertilidade da terra, 1950/60 p.105

fonte: Arquivo Artur Pastor (<https://arturpastor.tumblr.com/>)

IV.III_Figura 2 escadas, varanda e cortes em casa tradicional p.106

fonte: I. O.

IV.III_Figura 3 esquema transformação centeio pp.107-108

fonte: I. O.

IV.III_Figura_4 mapa dos dispositivos arquitetónicos que constituíam o sistema agrário da Quinta do Porpinto: percursos do centeio até à produção final do “pão do povo” p.109

fonte: I. O.

V_Figura 1 crianças a percorrerem os percursos de uma aldeia transmontana, 1950/60 pp. 111-112

fonte: Arquivo Artur Pastor (<https://arturpastor.tumblr.com/>)

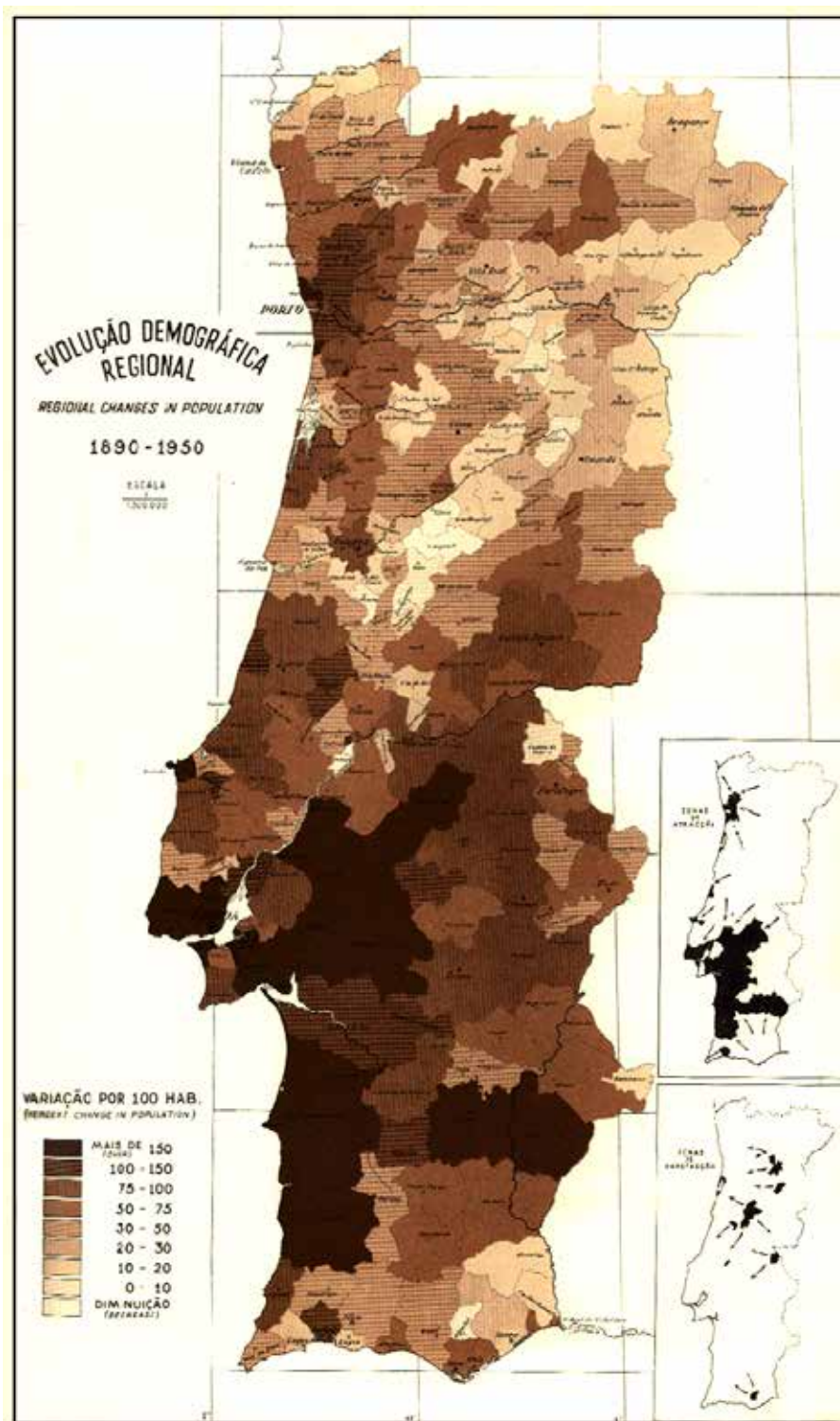
V_Figura 2 percursos de Inês pp.113-114

fonte: I. O.

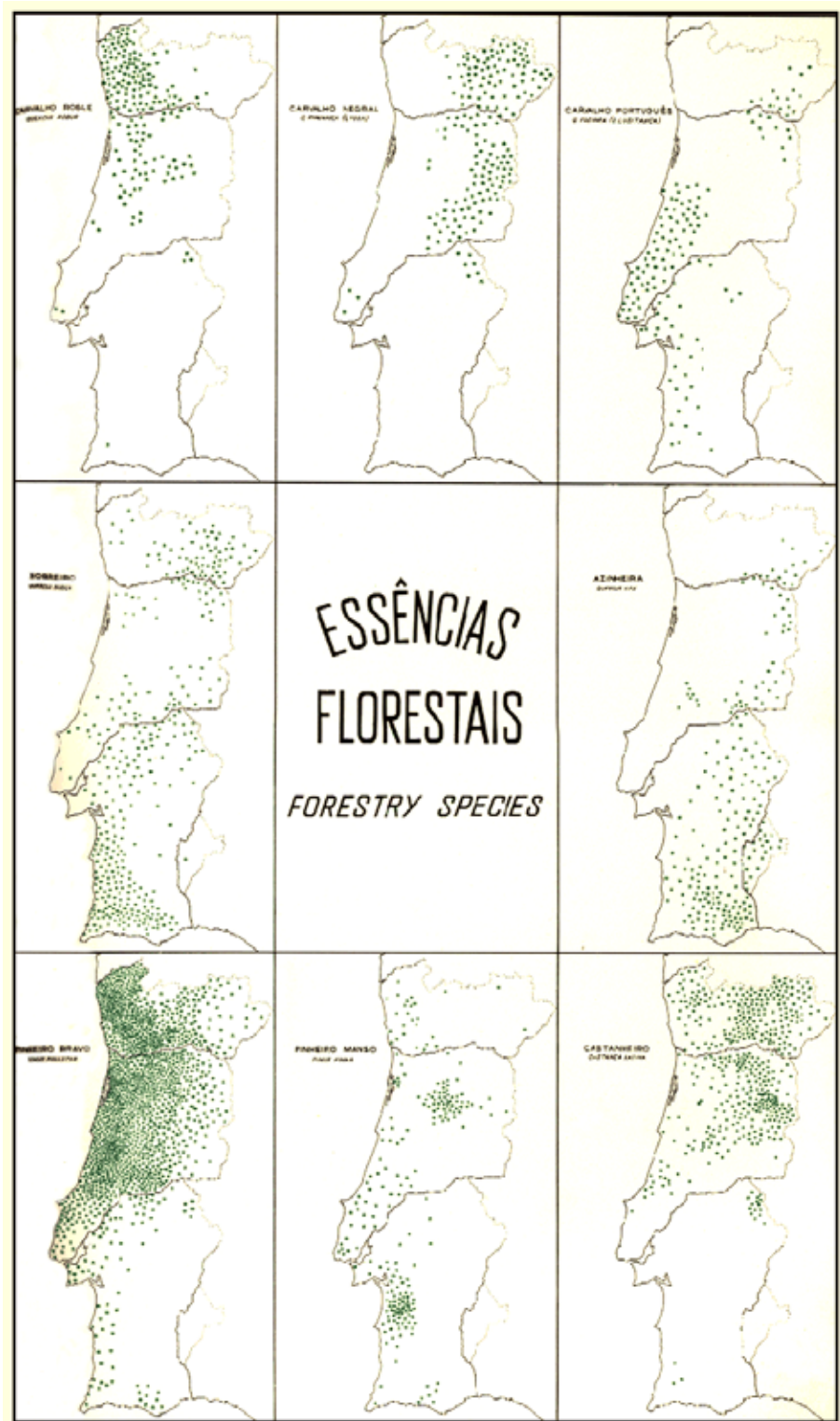
V_Figura 3 registo fotográfico das considerações pessoais sobre o trabalho desenvolvido p.116

fonte: I. O.

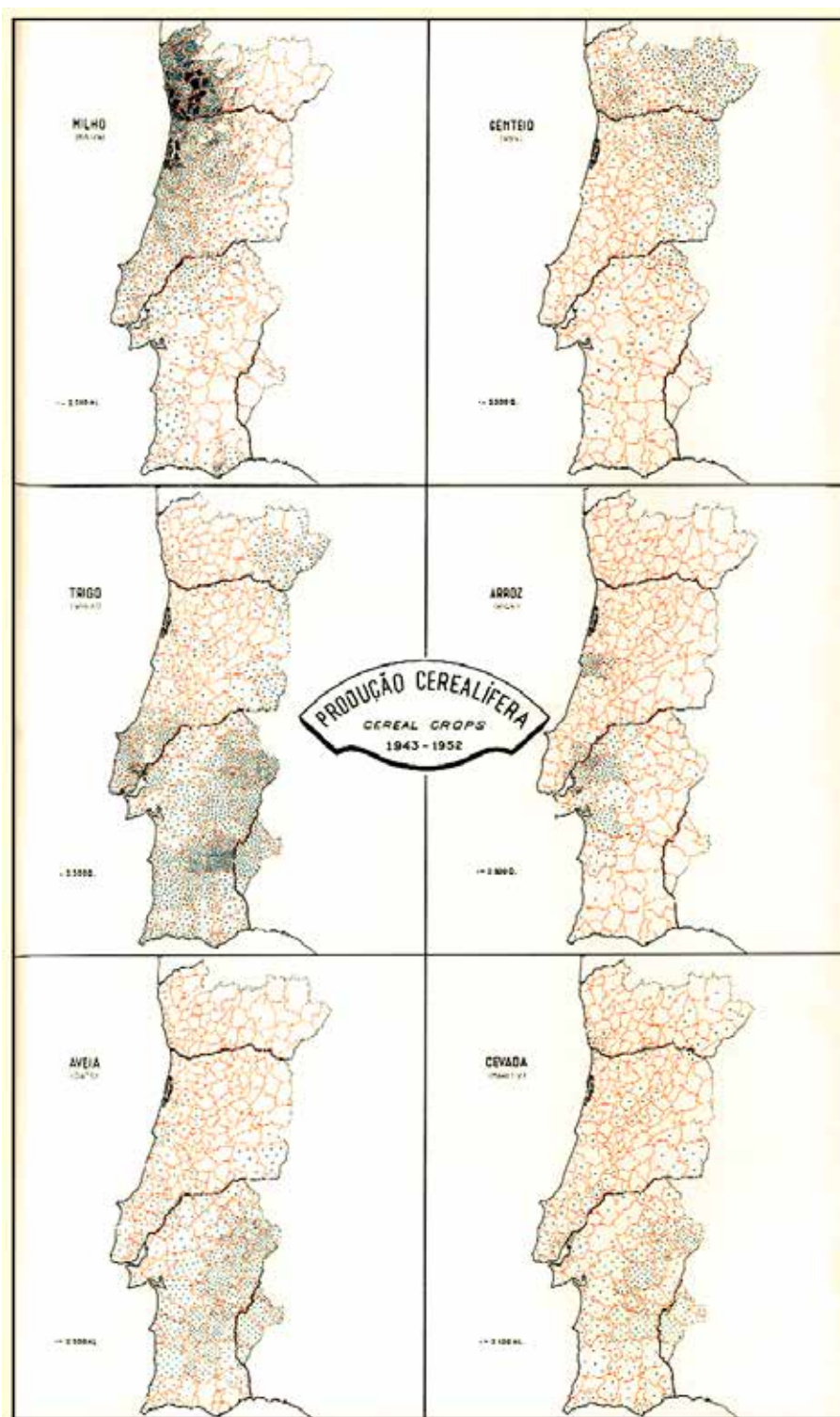
ANEXOS



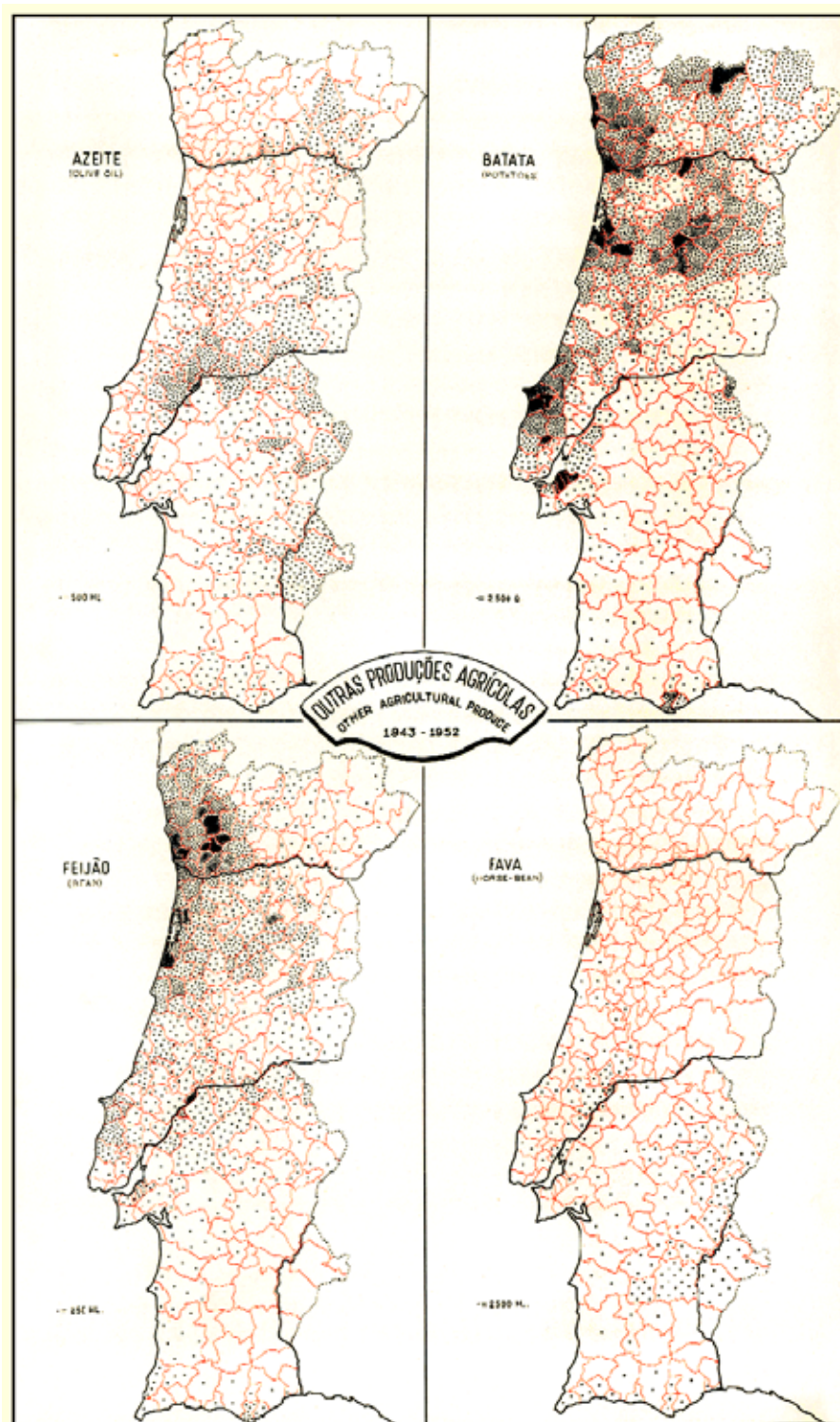
in GIRÃO, Aristides de Amorim (1941, 2ª edição 1958), Atlas de Portugal. Coimbra



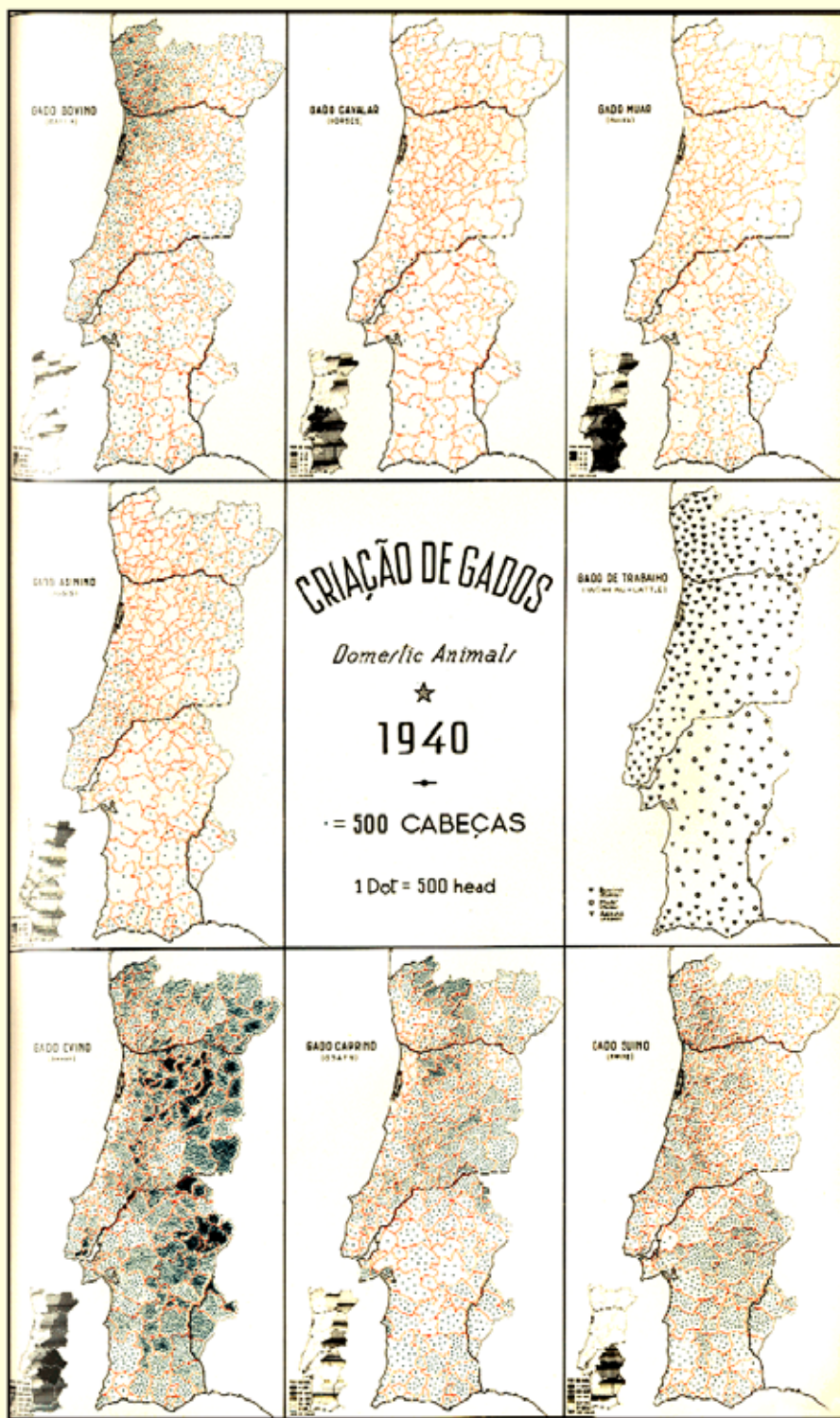
in GIRÃO, Aristides de Amorim (1941, 2ª edição 1958), Atlas de Portugal. Coimbra



in GIRÃO, Aristides de Amorim (1941, 2ª edição 1958), Atlas de Portugal. Coimbra



in GIRÃO, Aristides de Amorim (1941, 2ª edição 1958), Atlas de Portugal. Coimbra



in GIRÃO, Aristides de Amorim (1941, 2ª edição 1958), Atlas de Portugal. Coimbra